



EPAL relatório e contas 2007

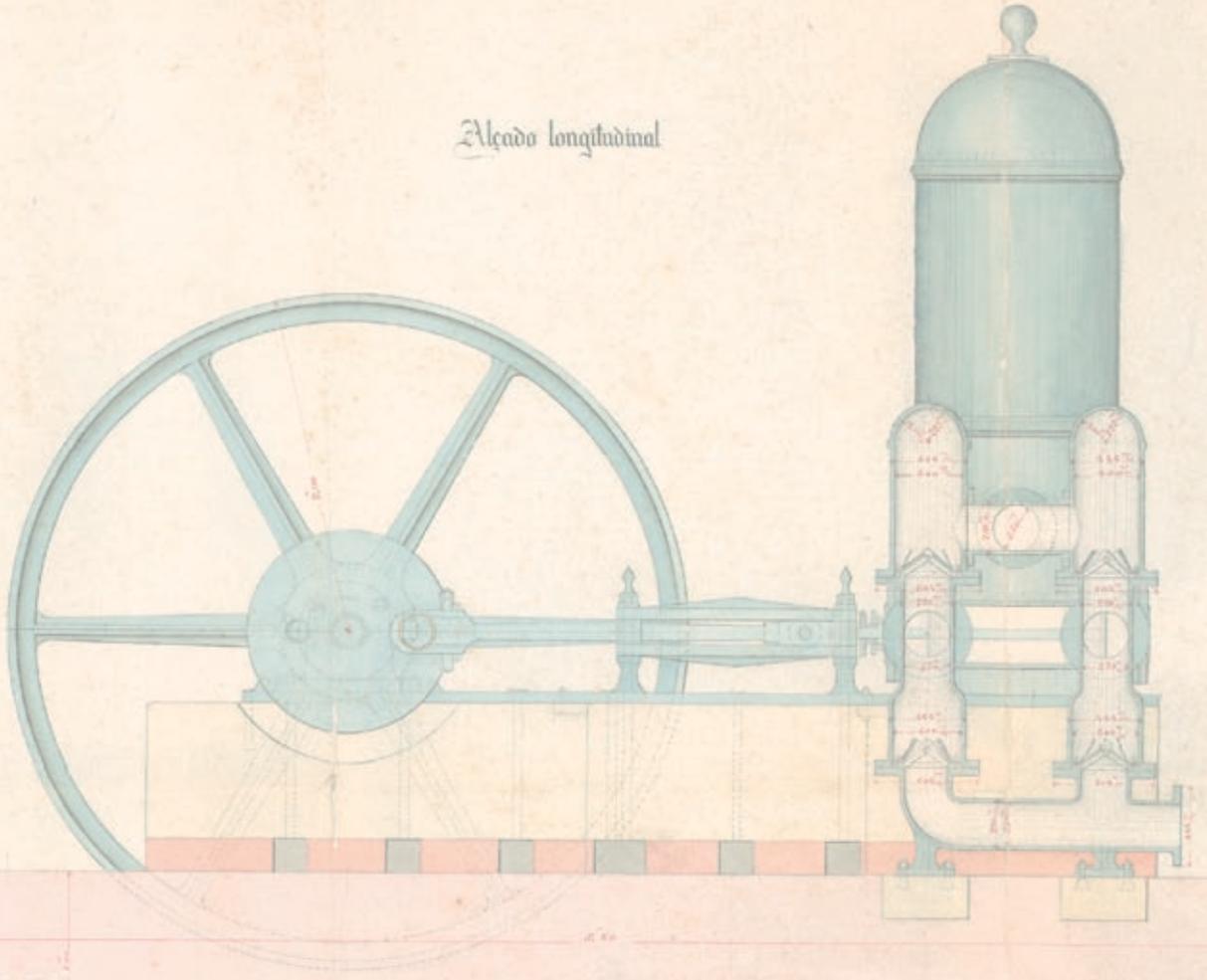




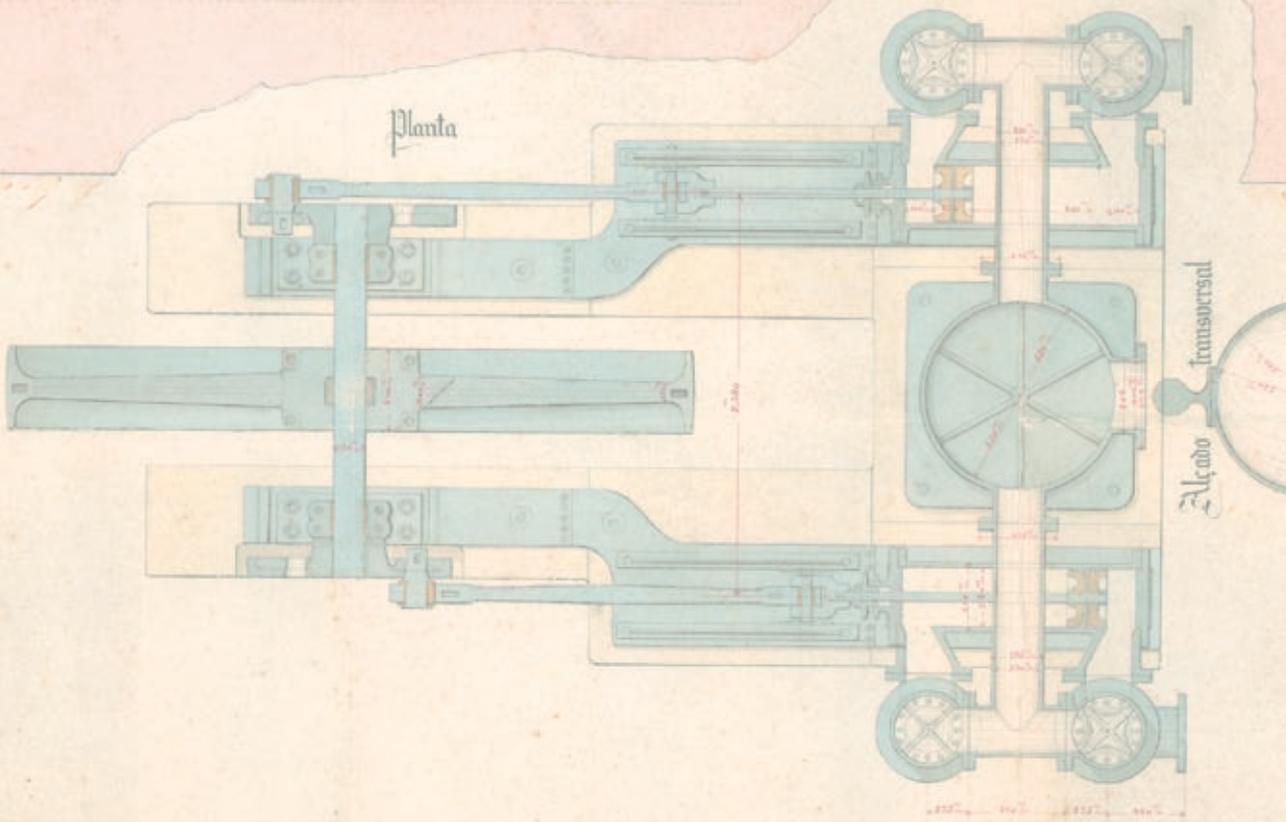
EPAL relatório e contas **2007**



Alçado longitudinal



Planta

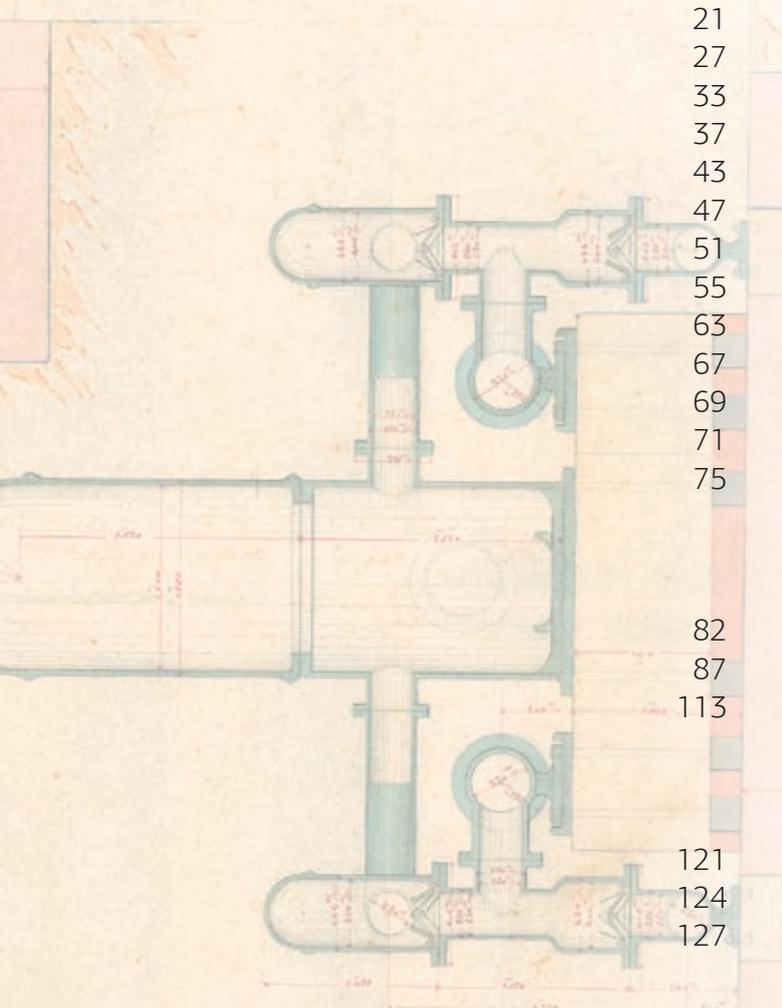


Alçado transversal

COMPANHIA DAS AGUAS DE LISBÔA

BOMBAS PARA LEVAR AGUAS DO ALVIELLA AO RESERVATÓRIO DO POMBAL.

Escala de 1/20



índice

INTRODUÇÃO

Indicadores principais
Mensagem do Presidente

RELATÓRIO DE GESTÃO

Qualidade da água
Clientes
Produção e distribuição
Investimentos
Pessoas
Sistemas e processos
Outras actividades
Sustentabilidade
Desempenho financeiro
Gestão de riscos
Perspectivas futuras
Proposta de aplicação de resultados
Controlo e administração da sociedade
Agradecimentos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Balanço e Demonstrações financeiras
Notas Anexas às Demonstrações financeiras
Elementos Contabilísticos exigidos pelo POC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório e parecer do fiscal único
Certificação legal das contas
Relatório de auditoria

09

11

17

21

27

33

37

43

47

51

55

63

67

69

71

75

82

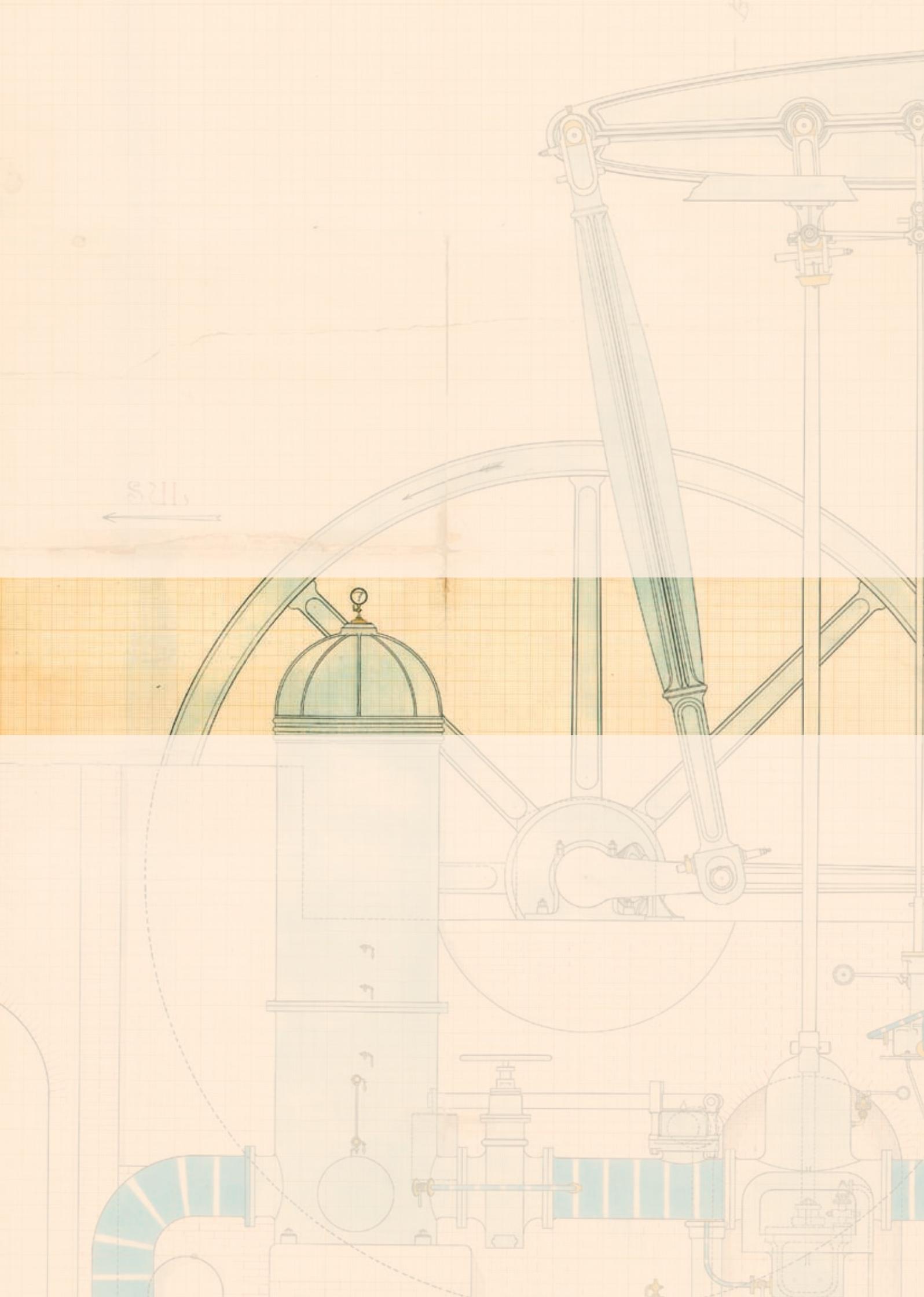
87

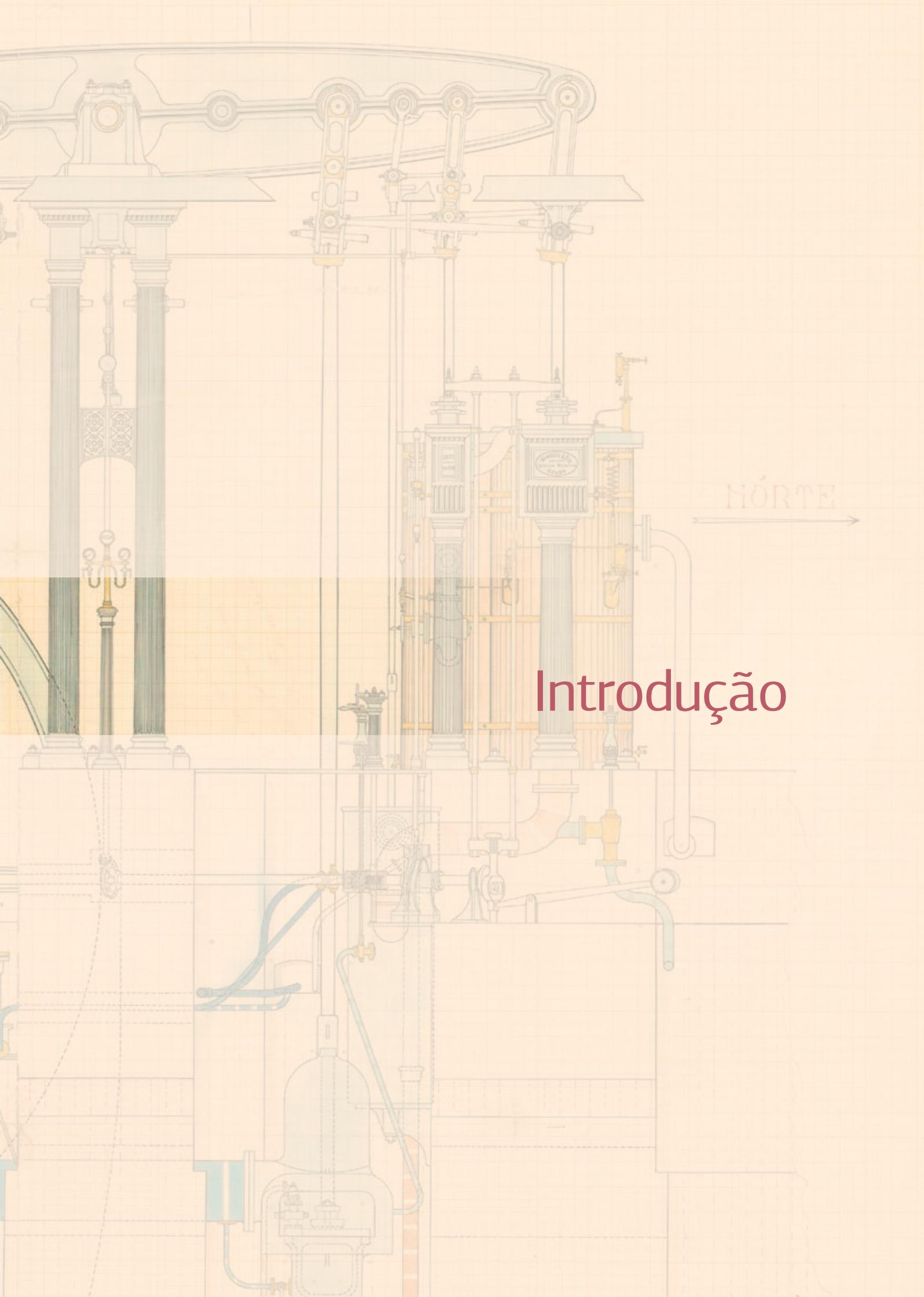
113

121

124

127





Introdução



Indicadores principais

ACTIVIDADE

	2003	2004	2005	2006	2007
Volume total de água vendida, m ³	221 530 171	223 497 363	217 610 502	210 363 526	209 854 898
Número de clientes directos	336 433	338 981	341 799	344 564	346 169
Número de consumidores ¹	2 556 955	2 577 629	2 594 033	2 608 042	2 618 861
Água vendida por consumidor, m ³	86,7	86,7	83,9	80,7	80,1
Número de municípios abastecidos	26	26	26	26	26
Área total abastecida, km ²	5 443	5 406	5 406	5 406	5 406
Conduitas/tubagens renovadas, km	84	66	88	70	28
Perdas totais/água captada, %	16,8%	17,0%	14,8%	13,9%	13,7%
Capacidade diária de produção, m ³	1 017 000	1 047 000	1 047 000	1 047 000	1 110 000

¹ População residente na área abastecida (dados relativos ao ano anterior)

CONTA DE EXPLORAÇÃO

montantes em milhares de euros

	2003	2004	2005	2006	2007
Proveitos da venda de água	131 146	136 464	134 034	134 424	137 377
Outros proveitos	4 994	5 598	5 639	4 482	4 606
Proveitos totais de exploração	136 197	142 266	139 673	138 906	141 983
Proveitos da venda de água/totais de exploração, %	96,3%	96,1%	96,0%	96,8%	96,8%
Ebitda ¹	61 825	69 002	65 684	57 875	71 113
Amortizações do imobilizado	27 221	26 961	27 189	27 899	30 427
Ebit ²	34 604	42 041	38 495	29 976	40 686
Resultados antes de impostos	29 529	36 665	33 295	23 265	31 785
Resultado líquido do exercício	20 436	26 024	23 788	16 329	24 391
Cash flow	54 851	60 689	56 344	52 289	51 106

¹ Resultados antes de encargos financeiros, impostos e amortizações

² Resultados antes de encargos financeiros e impostos

BALANÇO

montantes em milhares de euros

	2003	2004	2005	2006	2007
Capital social	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
Capital próprio	334 548	343 093	345 906	343 780	356 461
Reservas de reavaliação	104 110	101 340	118 165	114 105	107 369
Passivo	316 031	332 276	341 880	371 405	366 879
Activo líquido total	650 580	675 369	687 786	715 185	723 339
Capital próprio/activo líquido total, %	51,4%	50,8%	50,3%	48,1%	49,3%
Endividamento bancário MLP	143 380	143 605	175 208	202 190	211 171
Investimento ¹	39 950	59 520	57 372	57 194	32 532
Rentabilidade do capital próprio, %	6,1%	7,6%	6,9%	4,7%	6,8%
Rentabilidade do activo, %	3,1%	3,9%	3,5%	2,3%	3,4%

¹ Novo, ilíquido de amortizações



Mensagem do Presidente

O ano de 2007 fechou com um resultado económico acima do inicialmente perspectivado. A prática efectiva de uma política de contenção de custos e de racionalização dos investimentos foram factores determinantes na obtenção dos bons resultados. Para o nível alcançado foi também relevante o reconhecimento de proveitos relativos a subsídios ao investimento. Este conjunto de factores permitiu que o aumento tarifário autorizado se revelasse próximo do adequado à garantia de uma remuneração justa do capital empregue.

Ao nível operacional permitimo-nos destacar o cumprimento rigoroso dos planos de controlo legal da qualidade da água, tendo sido efectuadas 66 866 determinações com apenas 0,23% de valores não conformes. Se adicionarmos os planos internos de controlo operacional e de vigilância em água de abastecimento, mais 96 721 determinações com 0,05% de não conformidades, facilmente concluímos que a água fornecida

pelo sistema público de abastecimento é o produto para consumo humano mais rigorosamente controlado.

Deve ser destacado o facto de, em 2007, se ter registado o mais baixo volume de perdas de água: 13,7 % da água captada, sendo que na rede de Lisboa correspondeu a 17,2%, o que significa uma descida de 30,4 milhões de m³ em 2004 para 19,4 milhões de m³ em 2007.

O desenvolvimento de uma cultura de serviço ao cliente é uma linha de orientação estratégica da gestão da empresa. Com o objectivo de alcançar as melhores práticas, a EPAL participou em 2007 num estudo internacional de benchmarking promovido pela International Water Association e designado *Customer Services Process Benchmarking Study*, abrangendo as actividades de relacionamento com o cliente. Neste exercício a EPAL foi qualificada como *"one of the better performers of the benchmarked peer group"*. À satisfação pelo resultado acrescenta-se a identificação de oportunidades de melhoria a serem prosseguidas no futuro.

No decurso de 2007 a EPAL manteve uma estratégia consistente de gestão da rede de distribuição de Lisboa com a concretização de 75 ZMC's, abrangendo 56% da rede e 51% dos clientes, no que é o maior caso de implementação de ZMC's monitorizadas em contínuo no nosso país num projecto com conclusão prevista para 2009. Na mesma linha foi desenvolvida uma nova abordagem para a melhoria da macromedição, envolvendo a implantação de dezoito caudalímetros de grande dimensão dos quais cinco foram já objecto de concretização em 2007. É nossa convicção que a medição e a monitorização do funcionamento de toda a rede de adução e distribuição de água, com a análise e gestão de caudais e pressões, constituem instrumento indispensável para uma gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos disponíveis.

A garantia de abastecimento e de qualidade da água fornecida aos clientes da empresa constitui-se como a principal razão dos investimentos realizados. Foi concluída a expansão da capacidade de produção da ETA da Asseiceira de 500 000 m³ para 625 000 m³, com alteração do método de tratamento introduzindo a flotação e a ozonização intermédia. Foi concretizado o reforço de abastecimento de água ao município de Mafra. Já no início de 2008 foi recebido das autoridades competentes o licenciamento final que vai permitir o lançamento

do concurso público internacional para a construção do novo Laboratório Central da EPAL.

Durante o ano de 2007 a EPAL elaborou, com o apoio de consultor externo, um estudo para a conceptualização de um **Modelo Integrado de Gestão de Activos**: a performance da empresa depende em grande medida da optimização do ciclo de vida dos seus activos pelo que o desenvolvimento deste projecto é uma prioridade da gestão em termos de garantia de níveis de serviço ao cliente, rentabilização do capital empregue e sustentabilidade técnica e ambiental das operações.

O trabalho desenvolvido permitiu a definição das bases e medidas a concretizar, quer ao nível organizacional e processual, quer ao nível dos sistemas de informação e estruturas base de informação. Tal facto levou o Conselho de Administração da EPAL a lançar uma Transformação Organizacional da empresa, denominada **Visão EPAL**, que visa atingir o alinhamento estratégico da organização com os novos processos de Gestão de Activos, bem como responder a oportunidades de crescimento do negócio.

A gestão dos Recursos Humanos tem sido uma aposta permanentemente reforçada através de políticas sustentadas de formação a todos os níveis, procurando assegurar a vocação da empresa como um espaço de realização pessoal e profissional. Esta orientação assumiu uma nova expressão quando se definiu como objectivo a melhoria generalizada dos níveis de escolaridade dos trabalhadores da EPAL, com a adesão ao Programa das Novas Oportunidades.

Foi também possível, com a diminuição do número global de trabalhadores que, pela primeira vez, desceu abaixo dos 800 efectivos, admitir ao serviço da empresa mais 30 novos colaboradores durante o ano de 2007 o que significa que neste último triénio a EPAL criou um total de 65 novos postos de trabalho.

No âmbito da revisão do Acordo de Empresa realizaram-se várias sessões de negociação com as organizações sindicais: neste processo a Administração da empresa procurou desenvolver um clima de diálogo franco, com a apresentação de propostas que se aproximassem das expectativas de todos e garantissem a rentabilidade da EPAL e o seu desenvolvimento futuro. Não foi possível a conclusão das negociações ainda em 2007, mas o avanço do processo negocial deixa antever que tal possa ocorrer em 2008.

A gestão de uma empresa de abastecimento de água para consumo humano é hoje uma tarefa polifacetada: a sustentabilidade da exploração de um recurso que, sendo indispensável à vida, se encontra sujeito a várias agressões de carácter ambiental e objecto de um escrutínio público crescente na gestão dos seus usos, obriga as empresas a tomarem em linha de conta um conjunto de variáveis de forma a justificarem as suas opções de gestão num enquadramento de regulação económica.

A EPAL, atenta à sua posição de referência na comunidade em que se insere, procura reflectir na sua actividade essas tendências e preocupações. Por isso mesmo assumiu como suas as orientações que as políticas públicas têm vindo a tomar quanto à biodiversidade e às alterações climáticas. Sendo evidentes os impactos prováveis, a médio e longo prazo, na sua capacidade de cumprir a missão de abastecimento de água a empresa procura delinear estratégias e parcerias para enfrentar esses desafios.

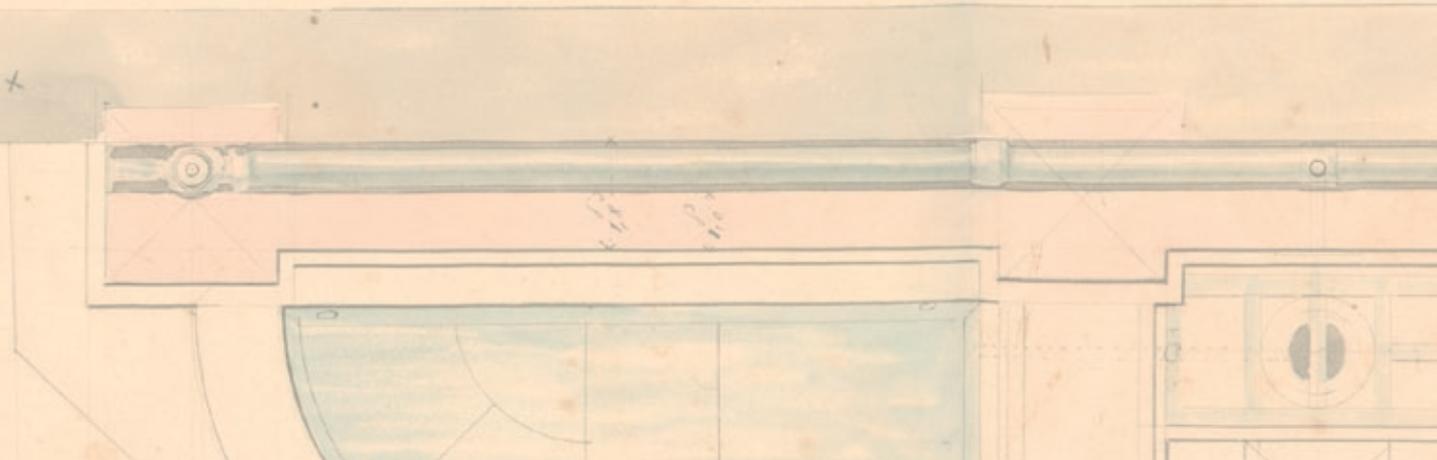
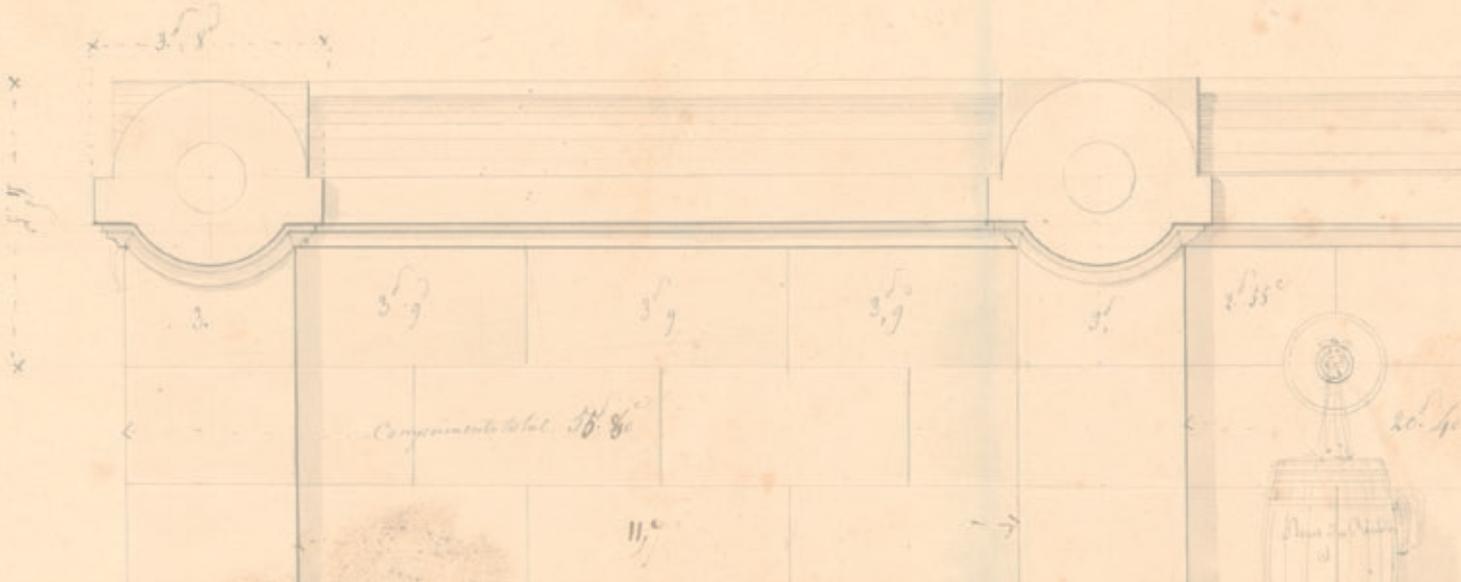
Na sequência desta orientação foi assinado um acordo voluntário de parceria com o ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente para desenvolver um conjunto de acções no âmbito de um Plano de Conservação das Zonas Ribeiras e das Zonas Húmidas da Albufeira do Castelo do Bode, principal origem de água do sistema de abastecimento da EPAL.

Também as preocupações com a redução das emissões de carbono estiveram na base de um protocolo assinado com a ADENE – Agência para a Energia, tendo em vista a racionalização energética e o aproveitamento de fontes limpas e endógenas de energia primária.

No fecho de um ciclo de gestão a EPAL perspectiva-se como uma entidade gestora moderna, tecnicamente capaz, financeiramente sólida, ambientalmente sustentável e socialmente responsável.

João Manuel Lopes Fidalgo
Presidente







Relatório de Gestão

How many
of
1852.



Qualidade da Água

O Sistema de Gestão da Qualidade da EPAL garante o controlo de processos e parâmetros nas diversas fases de captação, tratamento, transporte e distribuição da água. O controlo de qualidade é assegurado pelo laboratório central da empresa e pelos laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra.

Processo de monitorização

O Laboratório Central (LAB) é o órgão responsável pela concepção, implementação e gestão do Programa de Monitorização da Qualidade da Água (PMQA).

Em 2007, o LAB cumpriu o programa previsto no PMQA de amostragem e análise da água captada (superficial e subterrânea), aduzida, fornecida a entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e distribuída na cidade de Lisboa. O objectivo do programa foi obter dados e informações para apoiar e orientar as acções de gestão da qualidade da água.

O PMQA aprovado pelo conselho de administração da EPAL incidiu sobre dois tipos de controlo: o controlo legal e o controlo operacional ou de vigilância.

Enquanto o *controlo legal* – exercido pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) – se refere ao cumprimento dos requisitos legais aos quais a EPAL está obrigada enquanto entidade gestora de sistemas de abastecimento de água para consumo humano, o *controlo operacional ou de vigilância* tem por objecto comprovar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detectar, em tempo útil, possíveis anomalias, ocasionais ou sistemáticas, de modo a permitir a tomada de medidas preventivas eficazes. Neste programa foi dada especial atenção à monitorização da qualidade microbiológica e do cloro residual, através da realização de colheitas diárias.

Controlo legal

Este tipo de controlo incluiu as seguintes campanhas de amostragem:

1. Controlo da qualidade da água abastecida na cidade de Lisboa, através da colheita de amostras de água na torneira do consumidor – 1 274 *pontos de amostragem*;

2. Controlo da qualidade da água fornecida às entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água, através da realização de colheitas de amostras de água para análise em pontos de amostragem instalados nas diversas entregas aos municípios/entidades gestoras ou, para os casos em que, por motivos funcionais/estruturais, tal instalação não foi possível, em pontos de amostragem representativos dessas entregas – 93 *pontos de amostragem*;
3. Monitorização da qualidade da água abastecida a clientes directos através do sistema de adução/transporte, realizando colheitas de amostras de água para análise em pontos de amostragem instalados nas diversas entregas aos clientes/instituições localizados geograficamente em áreas de intervenção de outras entidades gestoras – 7 *pontos de amostragem*;

Controlo operacional ou de vigilância

Este tipo de controlo incluiu as seguintes campanhas de amostragem:

1. Monitorização da qualidade da água distribuída na cidade de Lisboa através da colheita de amostras de água em pontos fixos de amostragem pertencentes ao sistema da rede de distribuição da cidade de Lisboa, com o objectivo de cobrir sistematicamente todas as zonas altimétricas de abastecimento assim como os pontos importantes/críticos da rede (entradas na rede de distribuição da cidade, reservatórios, etc.) – 85 *pontos de amostragem*;
2. Monitorização da qualidade da água ao longo do sistema de adução/transporte através da colheita de amostras de água para análise nos pontos de amostragem representativos do sistema de adução/transporte da EPAL, com o objectivo de avaliar a evolução da qualidade da água ao longo do seu sistema de transporte (saída das ETAs, pontos da adução representativos das misturas de águas de diferentes origens, etc.) e os pontos de entrega de água da Área de Produção e Transporte à rede de distribuição da cidade de Lisboa – 34 *pontos de amostragem*;
3. Monitorização da qualidade da água nas origens, com colheitas de amostras de água para análise nas diversas origens de água utilizadas pela EPAL para produção de água para consumo humano, com o objectivo de avaliar a evolução

da qualidade da água e rastrear eventuais resultados anómalos ao longo do sistema de captação, tratamento, transporte e abastecimento – 51 *pontos de amostragem*.

Determinações em 2007

No âmbito do PMQA, foram colhidas 7 260 amostras de água em 270 pontos de amostragem fixos representativos de todo o sistema da EPAL (captações, ETAs, adutores, entregas a entidades gestoras e rede de distribuição da cidade de Lisboa) e em 1 274 pontos de amostragem em torneiras de consumidores da cidade de Lisboa. Realizaram-se 179 137 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água, com a distribuição constante do quadro seguinte.

Determinações em 2007 no sistema de abastecimento da EPAL

	N.º determinações (espécies)
Controlo legal	
Clientes directos através da adução	1 138
Entregas a entidades gestoras de sistemas de distribuição de água	44 488
Rede de distribuição da cidade de Lisboa (Torneiras de consumidores)	21 240
Sub-total	66 866
Controlo operacional/vigilância	
Captações subterrâneas	8 957
Captações superficiais	6 253
ETA (águas de processo)	340
Sistema de adução	49 114
Rede de distribuição da cidade de Lisboa (Pontos fixos)	47 607
Sub-total	112 271
Total	179 137

Caracterização nos diversos pontos

Qualidade da água nas origens

No Rio Zêzere – Albufeira do Castelo do Bode, os resultados obtidos em 2007 indicaram uma melhoria da qualidade da água relativamente a 2006.

A ocorrência de valores de coliformes fecais superiores ao valor máximo recomendado (VMR) não teve um carácter sistemático, sendo facilmente resolúvel pelo tratamento da estação da Asseiceira.

No Rio Tejo – Valada Tejo, os resultados obtidos nas amostras de água colhidas ao longo do ano 2007 não registaram valores superiores aos valores máximos admissíveis (VMA), o que indiciou uma melhoria da qualidade desta captação relativamente a 2006, ano em que se registaram valores superiores aos VMA para os parâmetros temperatura e côm.

As ocorrências de valores de coliformes totais e de coliformes fecais superiores ao VMR da Classe A2 não tiveram carácter sistemático, sendo elimináveis através do processo de tratamento da estação de Vale da Pedra.

No Rio Alviela – Nascente dos Olhos de Água, a água captada caracterizou-se por ser uma água mineralizada, não se tendo registado, ao longo do ano 2007, nenhuma determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1.

A água captada nas origens subterrâneas da Ota e Alenquer, localizadas em aquífero calcário, caracterizou-se por ser bastante mineralizada, medianamente dura ou dura e ligeiramente cloretada e sulfatada. Ao longo do ano 2007, registou-se somente uma determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1.

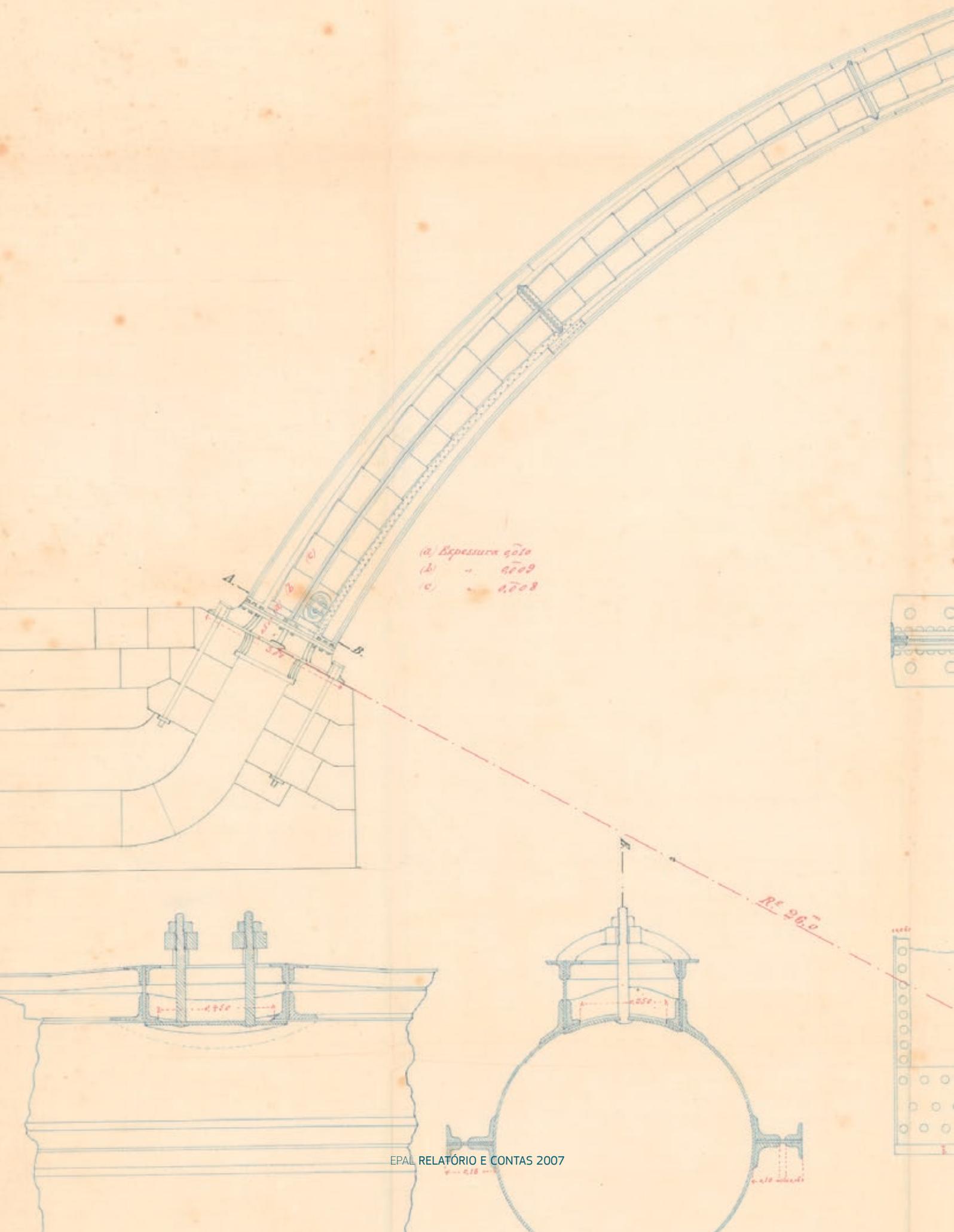
A água das captações subterrâneas das Lezírias, situadas no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio, caracterizou-se por ser uma água bastante mineralizada e medianamente dura, cloretada e sulfatada. Nestas captações subterrâneas, os parâmetros temperatura e bário registaram valores que excederam o VMA da Classe A1.

As captações subterrâneas situadas nos aluviões (Poços de Valada) caracterizaram-se por serem águas muito mineralizadas. A temperatura e o bário foram os parâmetros cujos valores excederam o VMA da Classe A1.

Qualidade da água para consumo humano

Para cumprimento dos requisitos legais de controlo da qualidade da água na rede de distribuição da cidade de Lisboa foram efectuadas 21 240 determinações, com a realização de colheitas diárias em torneiras de consumidores particulares e públicos (hospitais, escolas, centros de saúde, etc.) abastecidos a partir da rede de distribuição da cidade de Lisboa.

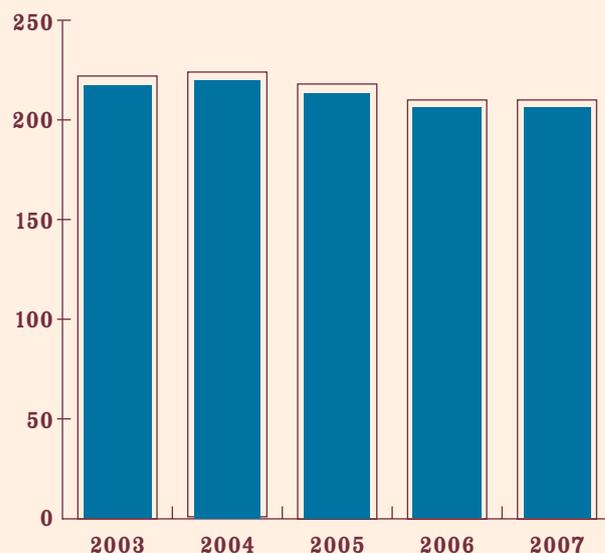
Com base nos valores obtidos nestas amostras, foi possível concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a qualidade da água distribuída cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0,23 % das determinações de espécies realizadas.



Clientes

Apesar de o volume de água vendida ter vindo a descer nos últimos anos, os volumes vendidos estabilizaram em 2007.

Água vendida em milhões de m³ -
2003-2007



Clientes directos e clientes municipais e multi-municipais

Os clientes da EPAL são classificados em *clientes directos*, quando a água é fornecida para consumo próprio, e em *clientes municipais e multi-municipais*, quando a água é fornecida para distribuição a terceiros.

Em 2007, a EPAL vendeu 209 854 898 m³ de água, dos quais 71,3% a clientes municipais e multi-municipais e 28,7% a clientes directos.

Durante o ano, a EPAL continuou a abastecer 26 municípios, cinco dos quais através da empresa multi-municipal Águas do Oeste.

Os municípios fornecidos foram: Alcanena, Amadora, Batalha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Odivelas, Mafra, Oeiras, Ourém, Porto de Mós, Sintra, Santarém, Tomar, Torres Novas, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha, directamente; Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, através da Águas do Oeste.

Volume de água vendida em 2007, por tipo de cliente

Tipo de cliente	Milhões de m ³	Quota do total, %	Varição em relação a 2006, %
Clientes municipais	133,3	63,5%	-0,6%
Clientes multi-municipais	16,3	7,8%	6,4%
Total clientes municipais e multi-municipais	149,6	71,3%	0,1%
Clientes domésticos de Lisboa	28,9	13,8%	-0,8%
Outros clientes directos	31,3	14,9%	-1,6%
Total clientes directos	60,2	28,7%	-1,2%
Todos os clientes	209,9	100,0%	-0,2%

Em 2007, o número de clientes directos titulares de contratos de abastecimento aumentou 0,47% para 346 169 (344 564 em 2006).

Qualidade do atendimento

No fornecimento de água pela EPAL aos seus clientes é essencial não só a qualidade do produto fornecido mas também a qualidade dos serviços associados ao seu fornecimento. Das consultas efectuadas aos seus clientes, a EPAL concluiu que a continuidade do fornecimento e a facturação correcta e regular estão entre as características que os clientes mais valorizam.

Quando o serviço prestado pela EPAL não corresponda às expectativas dos seus clientes, estes tomam a iniciativa de a contactar. Outro motivo importante do contacto dos clientes com a empresa é o pagamento da conta da água directamente aos seus balcões. Por estas razões, o atendimento que a EPAL dispensa aos seus clientes é objecto de grande cuidado e seguimento para que o cliente tenha uma experiência positiva cada vez que contacta com a empresa.

No ano de 2007 a EPAL participou num estudo internacional de *benchmarking* promovido pela *Water Services Association of Australia (WSAA)*, em colaboração com a *International Water Association (IWA)*, relativo ao conjunto de actividades que compõem o serviço de clientes.

O estudo incluiu a análise dos processos de atendimento a clientes, segregando o atendimento presencial, o atendimento via *contact centre* e funções de *back-office*, leitura de contadores, facturação, cobrança, controlo de crédito e serviços domiciliários, que foram objecto de análises comparativas separadas

A EPAL obteve um bom posicionamento em todos os processos analisados, tendo, a nível global, sido identificada com uma das melhores empresas do grupo.

Na análise a cada um dos processos do atendimento, o desempenho revelado pelo *contact centre* e o processo de facturação e serviços domiciliários foram reconhecidos como excelentes e os melhores do grupo.

No âmbito do estudo, foi ainda salientada a muito forte cultura de serviço ao cliente, a igualmente forte cultura de gestão suportada no acompanhamento de indicadores de desempenho, a clareza da organização e da definição de responsabilidades e a existência de processos bem documentados e compreendidos.

Como factores que contribuíram para o excelente resultado obtido há a destacar a certificação da área de clientes directos pela NP EN ISO 9001:2000 e o sistema integrado de gestão de clientes, AQUAmatrix, desenvolvido pela EPAL. O AQUAmatrix é um sistema integrado em que toda a informação relevante sobre os clientes está acessível aos operadores de atendimento facilitando o relacionamento com os clientes e a resolução de problemas.

Clientes municipais e multi-municipais

Com o objectivo de melhorar o relacionamento da EPAL com esta categoria de clientes, realizaram-se em 2007 diversos contactos personalizados e reuniões de trabalho.

As 43 reuniões realizadas tiveram como objectivo principal a análise conjunta dos assuntos pendentes para encontrar a melhor maneira de os resolver. Outra preocupação importante

foi adaptar cada vez mais o serviço prestado pela EPAL às necessidades dos seus clientes.

Entre as medidas mais importantes tomadas nas reuniões listam-se as seguintes:

- A regularização dos débitos que se arrastavam desde 1994 com os SMAS de Oeiras/Amadora;
- A conclusão das negociações para reforço do abastecimento de água ao município do Cartaxo;
- O desenvolvimento de diversos estudos de avaliação dos impactos do novo aeroporto;
- A apresentação de proposta de reforço do abastecimento de água ao município de Santarém;
- A criação dum novo ponto de entrega ao município de Alcanena para o Centro de Interpretação das Nascentes dos Olhos de Água;
- A realização de visitas conjuntas ao novo sistema de fornecimento de água ao município de Mafra no âmbito do reforço do abastecimento;
- A apreciação do processo de reabilitação do Aqueduto Tejo juntamente com as OGMA e com os SMAS de Vila Franca de Xira e de Loures/Odivelas;
- A análise com os municípios de Ourém e de Porto de Mós dos subsistemas de abastecimento de água afectos a estes clientes;
- O desenvolvimento de negociações com os SMAS de Sintra com vista à resolução de diversos assuntos pendentes;
- A análise conjunta do débito dos SMAS de Loures/Odivelas.

Cientes directos

Em Outubro foi alterado o modelo de funcionamento da Loja da Sede com a extensão do sistema de gestão de filas de espera às duas salas de atendimento, que passaram a estar abertas das 8h30 às 19h30 todos os dias úteis.

Na Sala de Pagamentos/Informações passaram a ser unicamente atendidas as situações de pagamentos e recebimentos e de leituras e modos de pagamento, enquanto que na Sala de Atendimento Geral passou a estar concentrado um atendimento mais personalizado, relacionado com contratos e processos de abastecimento e com a prestação de esclarecimentos.

O tempo de espera no atendimento presencial apresentou

uma melhoria significativa, com 83% dos clientes a serem atendidos em menos de 15 minutos de espera na Loja da Sede e na Loja do Cidadão contra 80% em 2006. Nas duas lojas foram atendidos 201 507 clientes, menos 9% do que os 221 262 clientes do ano anterior.

Das 212 672 chamadas telefónicas atendidas, 81% tiveram um tempo de espera inferior a 30 segundos, uma melhoria de 78% relativamente a 2006.

Índices de desempenho

	2005	2006	2007
Tempo de espera nas Lojas (da Sede e do Cidadão) (% de clientes atendidos em menos de 15 minutos)	78%	80%	83%
Nº de clientes atendidos nas Lojas (da Sede e do Cidadão)	234093	221262	217057
Tempo de espera no Contact Centre (% de clientes atendidos em menos de 30 segundos)	60%	78%	81%
Nº de clientes atendidos no Contact Centre	207 465	213 248	212 672

Os 8 121 faxes/cartas remetidos pelos clientes à EPAL foram respondidos numa média de 5 dias e 90% dos 6 547 atendimentos pela Internet foram efectuados no espaço de uma hora.

Níveis de satisfação

Cientes municipais e multi-municipais

Com o objectivo de conhecer o grau de satisfação, as necessidades e as expectativas desta categoria de clientes, foi efectuado em 2007 um inquérito de satisfação aos clientes municipais e multi-municipais da EPAL.

De um modo geral, os clientes manifestaram a sua satisfação com o produto fornecido e com a qualidade do serviço prestado pela empresa. Os clientes mostraram-se "satisfeitos" e mesmo "muito satisfeitos" com a qualidade do produto fornecido, que foi igualmente considerado pela maioria dos clientes o atributo mais importante da oferta da EPAL e o mais mencionado como *O Melhor da EPAL*. O grau de satisfação com o serviço prestado pela EPAL foi de 95%, com 90% a atribuir a nota de



Revestimento das Obras de Remodelação da Rede de Lisboa para maior comodidade do transeunte

“satisfeito” com o serviço prestado e 5% a atribuir a nota de “muito satisfeito”.

Clientes directos

No último Índice de Satisfação de Clientes, realizado em 2006, o índice global de satisfação aumentou de 6,5 para 6,7, o que deu uma indicação de que, à semelhança dos anos anteriores, os critérios de qualidade do serviço considerados mais importantes – regularidade do fornecimento, pressão da água, avisos de interrupção no abastecimento e qualidade da água – mantiveram uma apreciação positiva.

Em 2007, em resposta às sugestões de melhoria apresentadas pelos clientes, foram desenvolvidas diversas iniciativas, entre as quais a desburocratização do atendimento, a fiscalização e o controlo de qualidade dos serviços de assistência técnica e o reforço da comunicação com o cliente.

Relativamente à qualidade da água nos atributos cor, cheiro e sabor – o critério de avaliação considerado mais relevante pelos clientes – e em resposta às solicitações dos clientes inquiridos, foi efectuada uma campanha subordinada ao tema “Água da EPAL – Perguntas frequentes” com o envio de um folheto com a conta da água aos 350 mil clientes da empresa.

Durante o Verão foi realizada a campanha *Leituras registadas, contas acertadas!*, cujo objectivo foi sensibilizar os clientes para a importância da leitura em dia como suporte à facturação dos consumos. Esta acção foi, numa primeira fase, dirigida aos clientes do segmento Comércio/Indústria, a que se seguirá, em 2008, o segmento de Clientes Domésticos.

Reclamações

Clientes municipais e multi-municipais

Durante 2007 foram registadas e tratadas no Departamento de Clientes Municipais oito reclamações, das quais quatro referentes a facturação de água e a serviços prestados e as restantes quatro relacionadas com outros motivos.

Num espírito de estreita colaboração e parceria entre a EPAL e os seus clientes, o referido departamento também registou e deu resposta a oito pedidos de esclarecimento e a duas solicitações.

Clientes directos

Em 2007 foram apresentadas 15 300 reclamações, o que representou um decréscimo de 7,4% relativamente a 2006.

As interrupções no abastecimento continuam a ser o principal motivo de reclamação, com 53% do total, embora tenham sido abertos menos 1 364 processos relativamente ao ano anterior.

Do total das reclamações analisadas no *back office* ou que motivaram uma deslocação ao local, 88,7% foram resolvidas no prazo de 15 dias. Em 2006, esta percentagem tinha sido de 82,7%.

No que respeita a processos escritos, a capacidade da empresa em responder no prazo de 15 dias manteve-se nos 76,6%, embora o número de reclamações apresentadas por escrito em 2007 tivesse aumentado cerca de 50% em relação a 2006.

Do total de reclamações resolvidas, 73,3% foram deferidas e 26,7% indeferidas.

Num inquérito à satisfação dos clientes quanto ao modo como a EPAL resolveu as reclamações, cerca de 60% dos inquiridos manifestaram o seu agrado com o tratamento dado pela empresa à questão apresentada.

Controlo de crédito

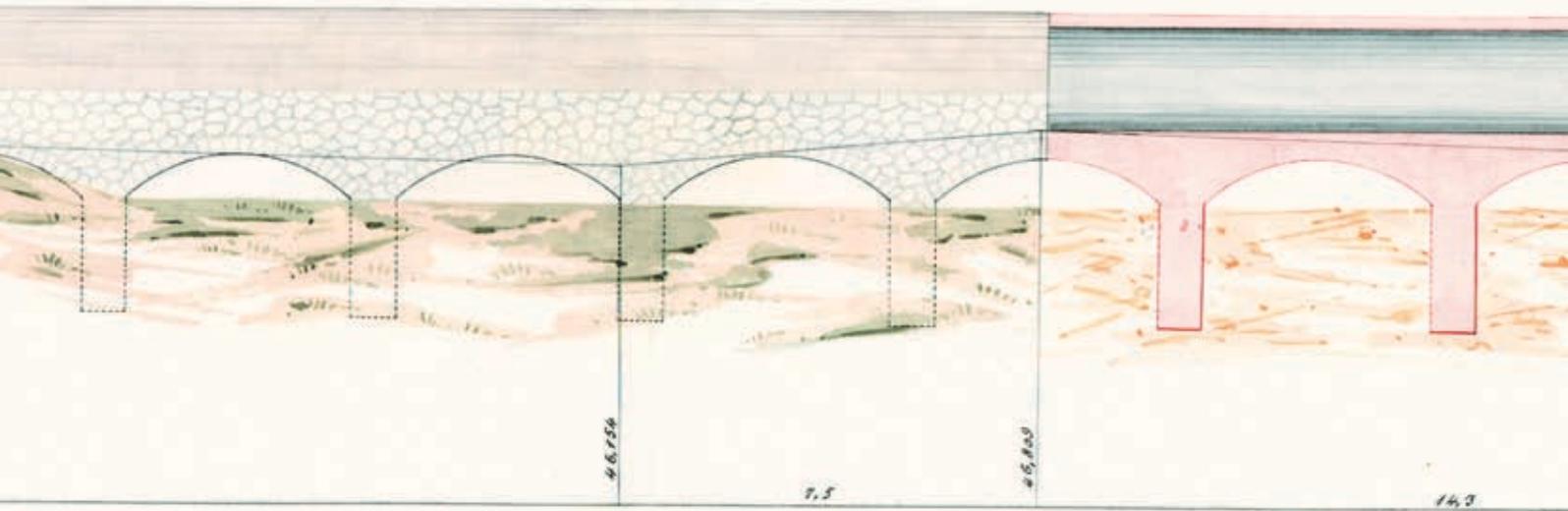
Durante o ano de 2007 foram emitidas 2 172 913 facturas, mais 18 909 do que em 2006. Ao mesmo tempo, verificou-se um decréscimo de 0,3% no número de anomalias em leituras. Em consequência do aumento dos contactos com os clientes, reduziu-se o número de visitas para confirmação de leituras.

Quanto à evolução dos saldos de clientes entre 2006 e 2007, constatou-se um agravamento de 14,5% na situação devedora dos clientes. A Parque Expo teve um peso significativo nesta evolução, uma vez que os seus débitos vencidos aumentaram mais de 667 000 euros entre 2006 e 2007, ou seja, 60,3%.

Durante 2007, o prazo de pagamento nominal de facturas reduziu-se gradualmente a partir do mês de Maio e passou de 15 para 12 dias úteis, o que não chegou para compensar o incremento da dívida da Parque Expo.

Relativamente ao Estado, as entidades com maior valor em débito vencido em 31 de Dezembro eram o Hospital Júlio de Matos com 253 872 euros e o Estabelecimento Prisional de Lisboa com 343 296 euros, que juntos representavam 64% da dívida vencida do Estado.

Em 2007, foi criada a *Conta de Entidade Pagadora*, uma modalidade de facturação inovadora para grandes clientes com vários locais de consumo que teve boa aceitação, principalmente por parte da banca e das grandes empresas de serviços. Durante o ano de 2008 prevê-se a adesão de instituições e organismos públicos, com vantagens inequívocas em economia de custos e na gestão da informação, tanto para a EPAL como para os seus clientes. Este serviço caracteriza-se pelo envio, para a morada indicada pelo cliente, de uma relação das facturas referentes aos vários locais para onde o fornecimento de água foi contratado.



Produção e Distribuição

O fornecimento de água potável pela EPAL compreende um ciclo de actividades que vão desde a captação na origem até à torneira do consumidor, passando pelo transporte e pelo tratamento.

Produção

O sistema de produção da EPAL tem uma capacidade diária de 1 110 000 m³ e compreende três subsistemas:

- Castelo do Bode, inaugurado em 1987, ampliado em 1996 e em 2007, e actualmente o principal subsistema com uma capacidade de produção de 625 000 m³ diários;
- Tejo, inaugurado em 1940 e ampliado em 1963, com uma capacidade de produção de 220 000 m³ diários;
- Alviela, em exploração desde 1880, com uma capacidade de produção de 55 000 m³ diários.

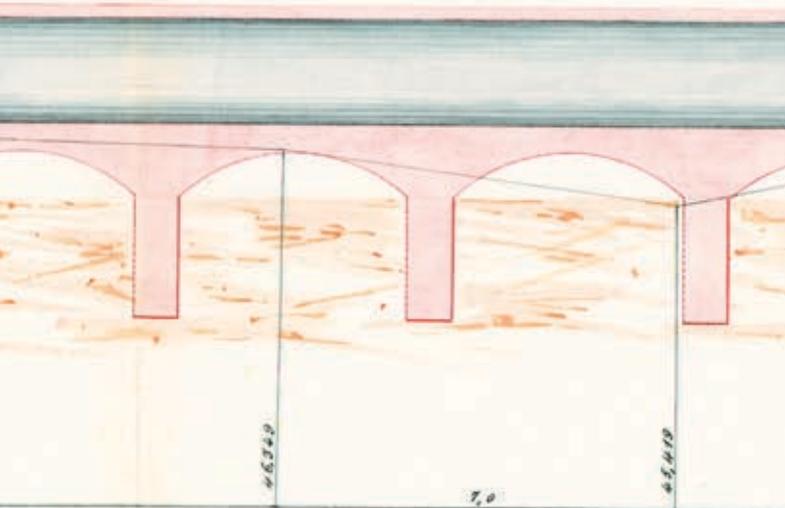
O subsistema Tejo compreende, ainda, um conjunto de captações subterrâneas com uma capacidade de captação da ordem dos 210 000 m³/dia. A exploração destes três subsistemas é sustentada por um vasto conjunto de infra-estruturas destinadas ao transporte da água captada e tratada.

Para além dos 745 km de adutores (condutas de grande diâmetro) que utiliza para transporte da água com grande caudal, a EPAL tem duas estações de tratamento, uma na Asseiceira e outra em Vale da Pedra.

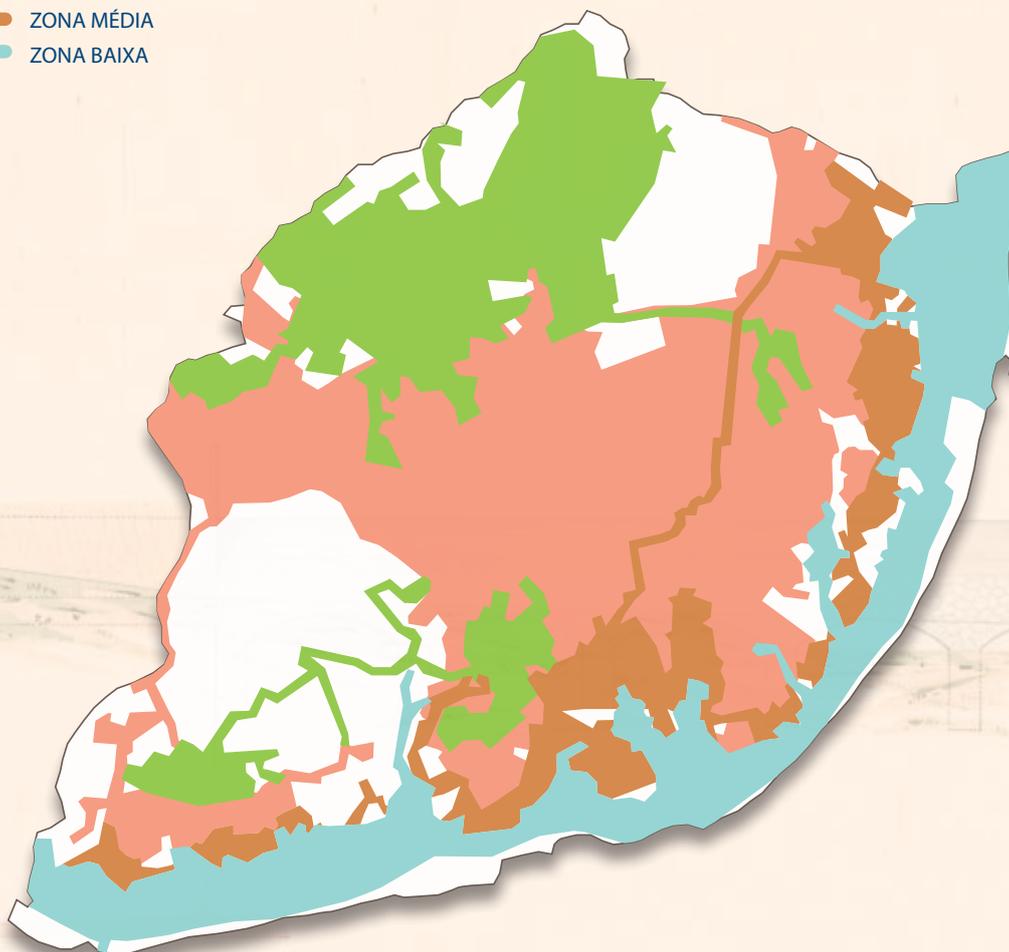
Na Estação de Tratamento de Água (ETA) da Asseiceira, entrou em funcionamento em Setembro de 2007 o novo processo que utiliza o ozono e, conseqüentemente, reduz a utilização de cloro, com simultânea introdução da floculação e da flotação. Com esta alteração, a capacidade de tratamento aumentou de 500 000 m³/dia para 625 mil m³/dia.

Distribuição

A rede geral de distribuição tem 1 427 km e é constituída por 14 reservatórios, 9 estações elevatórias e 77,5 mil ramais de ligação. Esta estrutura permite o abastecimento directo em Lisboa a uma área de 85 km² com 509 751 habitantes (estimativa do INE para 31 de Dezembro de 2006). A rede é abastecida pelos aquedutos *Alviela* e *Tejo* e pelos adutores *Vila*



- ZONA SUPERIOR
- ZONA ALTA
- ZONA MÉDIA
- ZONA BAIXA



Franca de Xira/Telheiras e de *Circunvalação*, cujas capacidades diárias de fornecimento a Lisboa são de 35 000 m³, 360 000 m³, 240 000 m³ e 60 000 m³, respectivamente.

A rede de distribuição compreende quatro zonas: a Baixa, a Média, a Alta e a Superior, definidas em função das cotas altimétricas da cidade.

Além de fornecer a cidade de Lisboa, a EPAL fornece também, directa ou indirectamente, 25 municípios a oeste e a norte da cidade.

Perdas de água

Em 2007, a EPAL teve um total de 774 roturas na sua rede de transporte e distribuição.

O volume das perdas de processo, correspondente à diferença entre a água captada e a água produzida, mais as variações das cisternas das estações de tratamento, representou 0,04% do volume de água captada.

A diferença entre a água produzida e a água fornecida – perdas totais – registou uma melhoria em 2007.

Água captada, produzida e fornecida – m³

	2007	% de água captada	2006	% de água captada
Água captada	243.192.708	100,00%	244.350.667	100,00%
Castelo do Bode	163.762.580	67,34	160.603.912	65,72
Tejo	52.381.424	21,54	48.913.798	20,01
Alviela	5.638.242	2,32	5.225.801	2,13
Subterrâneas	21.312.491	8,76	29.414.171	12,04
- Perdas de processo	97.971	0,04%	192.985	0,1%
= Água produzida	242.879.655	99,87%	244.063.092	99,88%
- Perdas em APT	13.513.566	5,56%	10.560.262	4,32%
- Perdas em ADS	19.408.684	7,98%	23.408.986	9,58%
= Água fornecida	209.957.405	86,33%	210.093.844	85,98%

O volume de perdas no transporte até à entrada em Lisboa e à entrega às entidades gestoras municipais e multi-municipais foi de 13,5 milhões de metros cúbicos, equivalente a 5,6% da água produzida. Na distribuição em Lisboa, as perdas foram de 19,4 milhões de metros cúbicos, o que correspondeu a 17,2% da água entrada na cidade. O volume total de água perdida correspondeu a 32,9 milhões de metros cúbicos, ou seja, 13,7% do total de água captada, o que representou uma ligeira

melhoria relativamente a 2006.

Neste contexto, a acção desenvolvida pela empresa, desde 2002, para renovar extensivamente a rede de distribuição até 2010 tem contribuído para a diminuição do número de roturas e para a redução das perdas. O esforço significativo de investimento realizado pode observar-se pela extensão da nova tubagem instalada:

Nova tubagem instalada em 2002-2007, metros lineares



Monitorização de fugas na rede

Rede de distribuição

As Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC's) voltaram a revelar-se um meio importante no combate às fugas na rede. As ZMC's são uma ferramenta fundamental de análise do comportamento da rede que permitem, duma forma rápida e expedita, a identificação das anomalias de abastecimento e de pressão. A segmentação em zonas de monitorização também serve para avaliar o desempenho das diversas zonas de abastecimento no âmbito da definição da necessidade de intervenção para a detecção das fugas, da reabilitação das condutas e das auditorias de carácter comercial para identificação de consumos fraudulentos.

Em 2007, manteve-se um ritmo elevado de implementação de ZMC's através dum objectivo ambicioso para se atingir 75 ZMC's implementadas e monitorizadas em contínuo. Este

processo foi complexo e é o maior caso de implementação de ZMC's monitorizadas em contínuo em Portugal, envolvendo várias entidades da empresa a trabalhar em parceria.

Em 2007 foram implementadas 41 novas ZMC's, com uma cobertura de mais 109 000 clientes e 405 km de rede em relação a 2006. Neste contexto, foi realizado um grande esforço na Zona Baixa e na Zona Alta para se responder às prioridades e às preocupações dos Departamentos de Exploração (ODS) e de Manutenção (MDS) quanto ao desempenho da rede nestas zonas alvo e à necessidade de se localizar rapidamente os problemas encontrados. O objectivo é atingir até ao final de 2008 cerca de 110 ZMC's, incorporando um total de 73% dos clientes e 79% da rede, ou seja, cerca de 257 000 clientes e 983 km de rede. Para atingir esta meta será necessário implementar mais 35 ZMC's, com uma cobertura de mais 83 000 clientes e mais de 300 km de rede. A cobertura do resto da rede está prevista para 2009.

Implementação das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) no final de 2007

Área de Abastecimento (AA)	2006			2007		
	No. ZMC	No. Clientes	Rede (km)	No. ZMC	No. Clientes	Rede (km)
Zona Baixa	4	8.616	50,0	16	32.028	171,7
Zona Média	12	16.448	73,0	17	29.209	122,4
Zona Alta	9	16.555	76,2	27	77.411	260,0
Zona Superior Charneca	4	10.080	26,0	10	21.890	77,0
Zona Superior Monsanto	5	13.448	49,5	5	13.448	49,5
TOTAL	34	65.147	274,7	75	173.986	680,6
		19%	23%		51%	56%

Implementação das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) até 2009

Área de Abastecimento (AA)	Previsto 2008			Previsto 2009		
	No. ZMC	No. Clientes	Rede (km)	No. ZMC	No. Clientes	Rede (km)
Zona Baixa	22	48.331	231,8	23	48.831	233,8
Zona Média	24	47.009	178,5	26	51.802	193,4
Zona Alta	40	112.809	387,3	70	186.156	591,4
Zona Superior Charneca	18	35.394	132,4	19	39.894	146,4
Zona Superior Monsanto	6	13.628	53,5	6	13.628	53,5
TOTAL	110	257.171	983,5	144	340.311	1.218,6
		76%	81%		100%	100%



Projecto de macromedição para combate às perdas de água. Instalação de medidores de caudal.

Rede de transporte

Em 2007 foram implementados vários projectos de melhoria da macromedição. O objectivo foi melhorar a monitorização e a análise de caudais e pressões, permitindo quantificar melhor as perdas do sistema EPAL e assim identificar os locais mais necessitados de intervenção urgente ou de reabilitação. Durante 2007, realizaram-se as primeiras cinco instalações, das dezoito previstas, de caudalímetros de grande diâmetro na rede de produção e transporte. As restantes treze serão realizadas em 2008. O programa de expansão do número dos sistemas de telemetria para análise dos consumos dos clientes municipais e dos recintos da EPAL resultou em mais 34 locais monitorizados.

Em complemento ao projecto de macromedição, foram feitas várias detecções para localização de fugas potenciais com recurso à tecnologia SAHARA. Este sistema comercializado pela *Water Research Centre (WRC)* é actualmente o sistema mais fiável para inspecionar condutas de grande diâmetro. O SAHARA foi usado pela primeira vez em Portugal num projecto da EPAL em Março de 2007. Durante este primeiro projecto com o sistema foram realizadas 27 inspecções que abrangeram

cerca de 21 quilómetros das redes de produção e transporte e de distribuição, em que foi identificado um total de 25 fugas. Segundo as estimativas dos técnicos, terão sido poupados cerca de 5 000m³/dia. No seguimento do êxito deste projecto, foi proposto o desenvolvimento dum segundo projecto com o SAHARA em 2008.

Gastos de energia

Em 2007 iniciou-se um novo plano quinquenal de racionalização de energia nas sete instalações consideradas grandes consumidoras (Vila Franca de Xira, Olivais, Castelo de Bode, Amadora, Valada Tejo, Vale da Pedra e Telheiras).

Durante o ano foram consumidos 138 milhões de Kwh de electricidade, cerca de 2 milhões de Kwh, ou 1,2%, menos do que em 2006. A redução da ordem do 1,1 milhão de Kwh conseguida pelas seis instalações de consumo intensivo deveu-se, sobretudo, a acções de beneficiação desenvolvidas no quadro das actividades de manutenção preventiva nos equipamentos das estações elevatórias dos Olivais, de Telheiras, de Valada Tejo e de Vila Franca de Xira.

Investimentos

Em 2007 as despesas de investimento foram de 32,5 milhões de euros, significativamente abaixo dos anos anteriores.

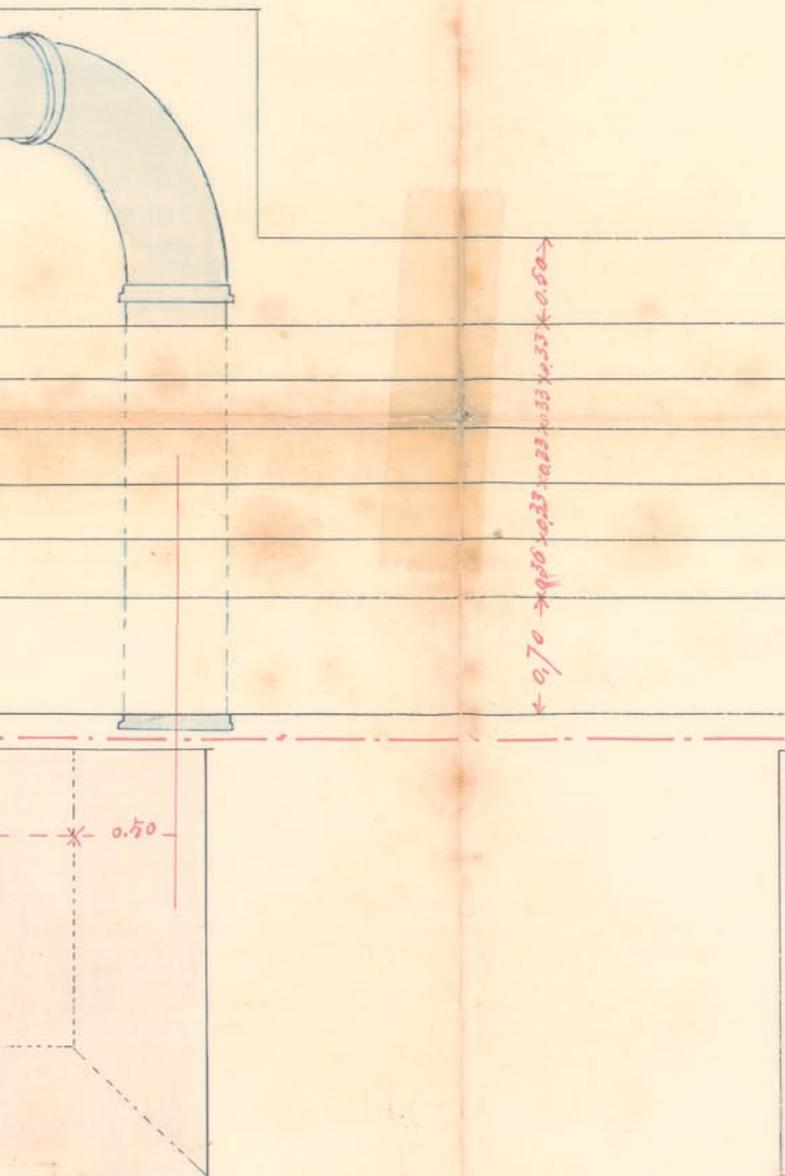
Esta evolução resultou da aplicação dum conjunto de medidas que visaram uma gestão mais eficiente dos activos, das quais se salienta o desenvolvimento de ferramentas de análise e de selecção de investimentos através da aplicação duma matriz multi-critério para ordenação das prioridades de reabilitação na rede de distribuição.

Os principais investimentos foram realizados na garantia do abastecimento, com especial incidência no reforço do abastecimento ao município de Mafra, na ampliação do subsistema do Castelo do Bode e na renovação da rede de distribuição.

O reforço do abastecimento de água ao município de Mafra contempla a construção de quatro troços de conduta, três reservatórios intermédios e duas estações elevatórias. O novo sistema, que funcionará em regime gravítico e elevatório, permitirá aduzir um caudal de 36 000 m³/dia e será constituído por uma conduta em ferro fundido dúctil DN700, numa extensão total aproximada de 18,7 km. A responsabilidade de execução das obras foi partilhada entre a EPAL e a Câmara Municipal de Mafra, cabendo a este município a construção das componentes mais próximas do Reservatório da Venda do Pinheiro, designadamente, um troço de conduta, um reservatório e uma estação elevatória.

Na ETA da Asseiceira também foram realizados investimentos que permitiram a alteração do método de tratamento de água da estação e substituir a pré-oxidação com cloro pela oxidação intermédia com ozono. A oxidação é precedida duma nova operação, a flotação, e duma floculação, já existente. Estas duas operações destinam-se a reduzir os materiais orgânicos e inorgânicos em suspensão de modo a otimizar os efeitos da aplicação do ozono. Registe-se que os investimentos na ETA da Asseiceira se enquadram no projecto de ampliação da capacidade de produção do subsistema do Castelo do Bode, de 500 mil para 625 mil metros cúbicos/dia.

A conduta da Ota – infra-estrutura cuja construção remonta ao final da década de 50 e é constituída por tubos em betão armado pré-esforçado de 3m de comprimento e 800mm de





Projecto de macromedição para combate às perdas de água.
Instalação de medidores de caudal nas condutas elevatórias de Vale da Pedra



Duplicação do Adutor de Castelo do Bode entre a Quinta da Marquesa e a Central Elevatória de Vila Franca de Xira

diâmetro, numa extensão de 2 100 metros – foi recuperada através da utilização duma tecnologia inovadora, denominada *Subline*. Esta conduta assegura o transporte da água das captações da Ota até ao aqueduto Alviela com vista à satisfação das necessidades do abastecimento, nomeadamente, a Alenquer, a Torres Vedras e a Mafra.

Foram integralmente cumpridos os objectivos de operacionalização das zonas de monitorização e controlo na

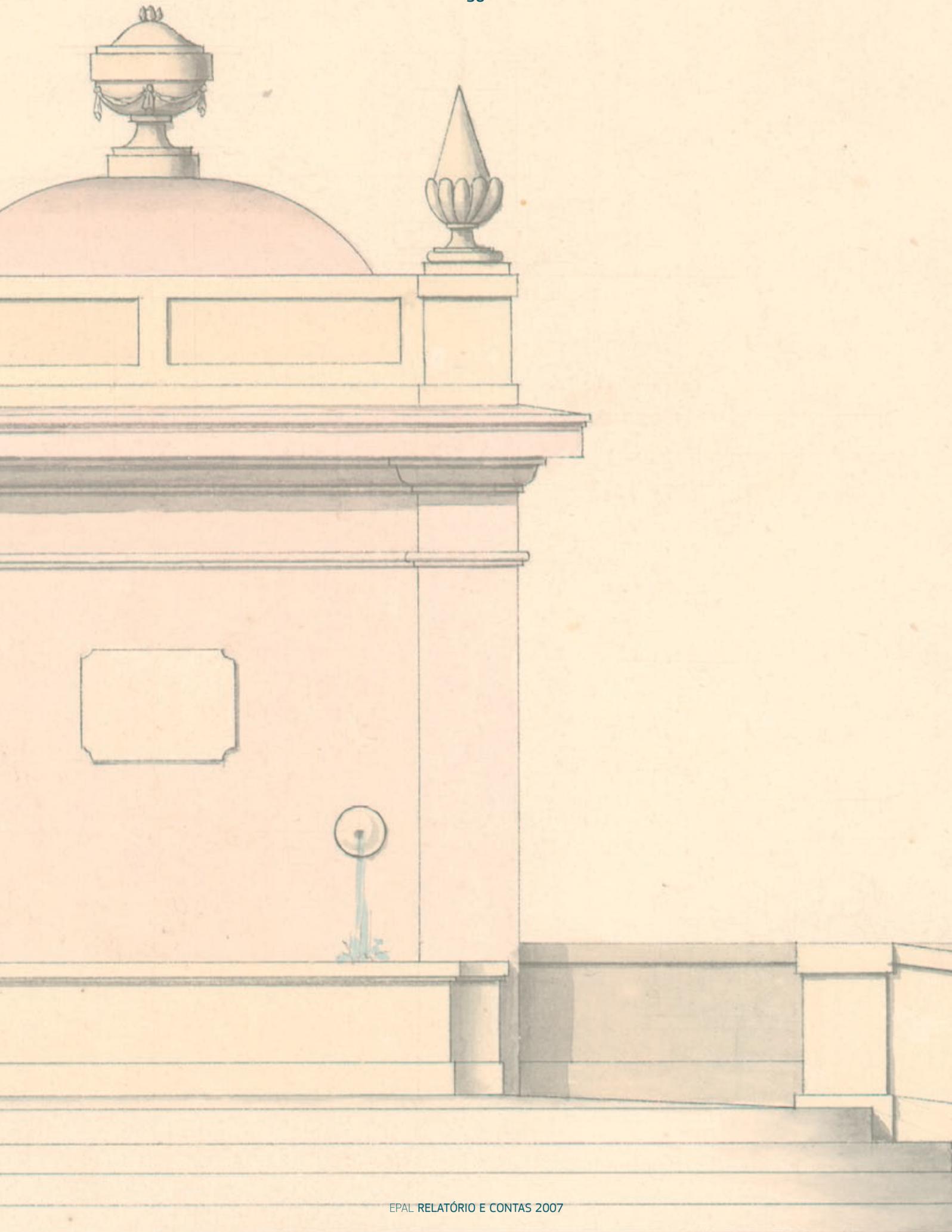
rede de distribuição, tendo sido instaladas 41 ZMC's, e foram lançados 15 concursos para a renovação da rede que, no fim do ano, contou com mais dezanove quilómetros renovados.

No âmbito dos sistemas de informação, a empresa renovou em 2007 o parque de servidores com o objectivo de assegurar a uniformização dos equipamentos de processamento de dados.

Os investimentos mais importantes são discriminados no quadro seguinte:

Investimentos em 2007

Investimentos	milhares de euros
Garantia do abastecimento	27.113
Reforço do abastecimento a Mafra	11.692
Ampliação do subsistema do Castelo do Bode	8.639
Renovação da rede de distribuição	5.135
Ampliação da rede de distribuição	559
Outros	1.088
Segurança das infra-estruturas	2.072
Aqueduto do Alviela	1.920
Outros	152
Inovação tecnológica	1.384
Macro medição na produção e transporte de água	382
Reformulação da tecnologia de comunicações	284
Avaliação da eficiência da rede de distribuição	253
Actualização do Aquamatrix	100
Substituição faseada de contadores e integração na telegestão	87
Outros	278
Garantia da qualidade	989
Aumento da capacidade de armazenamento de cloro	292
Renovação de equipamentos laboratoriais	229
Projecto de construção do novo laboratório central	226
Outros	242
Melhoria dos sistemas de informação	765
Outros	209
TOTAL	32.532



As pessoas

Quadro de pessoal

A 31 de Dezembro de 2007 a EPAL empregava 795 trabalhadores nas suas diversas instalações, dos quais 198 no edifício da sede em Lisboa e os restantes 597 noutras instalações da empresa.

Admissões e saídas

Em 2007 entraram ao serviço da empresa 30 novos colaboradores, dos quais 29 admitidos com contrato a termo, tendo cessado funções 36 trabalhadores. A distribuição dos movimentos de pessoal pelas diversas áreas e a sua comparação com o ano anterior são ilustradas no quadro seguinte:

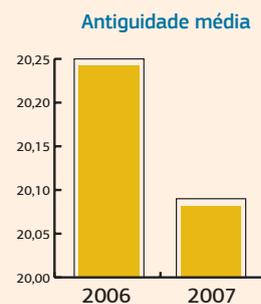
Efectivos por unidade orgânica

Unidade orgânica	2006	2007
Área de Produção e Transporte	217	218
Área de Distribuição	308	300
Áreas de Suporte	261	262
Outras	15	15
EPAL	801	795

Idade e antiguidade médias

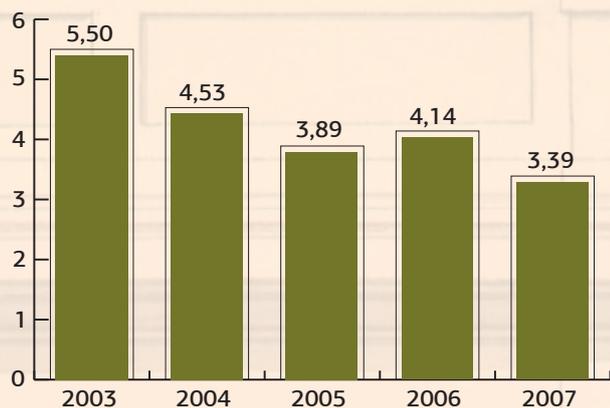
A idade média dos colaboradores da EPAL voltou a baixar em 2007 e era no final do ano de 45,95 anos. A antiguidade média também diminuiu e era de 20,09 anos no final de 2007.

Idade e antiguidade médias dos quadros da EPAL



Absentismo

Em 2007 a taxa de absentismo foi de 3,39%, a mais baixa dos últimos anos, que correspondeu a 48 134 horas num potencial de 1 420 874. Os tipos de faltas mais recorrentes foram a doença e os acidentes de trabalho.



Formação

Actividades

Com um custo global de 335 663 euros, que representa um acréscimo de 15% em relação ao ano anterior, foram proporcionadas aos colaboradores da empresa 255 acções de formação, das quais 19 internas. Estiveram envolvidos nas acções de formação 588 trabalhadores dos vários níveis de enquadramento. A distribuição das horas de formação pelos diversos níveis de enquadramento apresenta-se no quadro seguinte:

Nível de enquadramento	Nº de formandos	Nº participantes	Horas de formação
Dirigentes e quadros superiores	314	93	5.829
Quadros médios	304	149	6 017,5
Encarregados e mestres	34	28	737,5
Profissionais altamente qualificados	153	108	2 999,5
Profissionais qualificados	254	204	5 603,5
Profissionais semi-qualificados	7	6	108,5
Totais	1.066	588	21 295,5

Paralelamente à formação corrente nas diversas áreas profissionais, teve relevância em 2007 a aposta no reforço da

formação superior dos quadros da EPAL. Neste contexto, a empresa custeou seis pós-graduações e dois mestrados a quadros superiores e médios e apoiou quatro teses de mestrado.

No âmbito da formação adaptada à situação laboral, a empresa proporcionou a três trabalhadores formação avançada em detecção de fugas, no Reino Unido. De destacar, ainda, o curso sobre redes de média e alta tensão, organizado expressamente para 80 técnicos da empresa, que foi ministrado pela EDP.

Nível habilitacional

Quanto ao nível habilitacional verifica-se que a formação escolar mais significativa passou a ser o ensino secundário, representando 24% do efectivo total. A evolução registada, nos últimos três anos, no número de trabalhadores com habilitações do ensino superior – 155 em 2005, 163 em 2006 e 187 em 2007 – revela uma tendência nítida para a maior qualificação dos trabalhadores da EPAL.

A distribuição do efectivo total pelos diversos níveis de habilitação escolar, em termos comparativos com o ano transacto, é a seguinte:

Níveis de Habilitações	2006	2007
1º. Ciclo do Ensino Básico	113	94
2º. Ciclo do Ensino Básico	193	182
3º. Ciclo do Ensino Básico	145	145
Ensino Secundário	187	186
Ensino Superior Politécnico	27	26
Ensino Superior Univer	136	162

Segurança e higiene no trabalho

Os principais indicadores de segurança sofreram em 2007 um agravamento face a 2006, ano em que os índices foram os melhores dos últimos dez anos.

Medicina no trabalho

Em 2007 realizaram-se 1 265 exames de medicina do trabalho, dos quais 565 periódicos e 639 ocasionais.

A empresa dispõe de salas de estomatologia nos recintos da

Indicadores

Indicadores	2007	
TF - Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	20,23	
Tf - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	16,34	
Tg - Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,71	714 ¹
TG - Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	0,91	912 ¹

¹ Cálculo realizado respeitando a recomendação da OIT – Organização Internacional do Trabalho, usadas as fórmulas:
 TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10⁶ : horas de exposição ao risco;
 Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10⁶ : horas de exposição ao risco

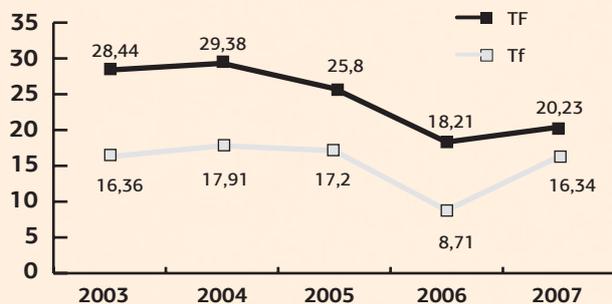
Houve 26 acidentes de trabalho, que deram origem a 918 dias de baixa, e 7 acidentes *in itinere*, que causaram 138 dias de baixa. Quatro acidentes ocorridos em anos anteriores deram origem a 254 dias de baixa em 2007.

sede e dos Olivais, onde foram registadas 1 642 consultas.

Nas instalações da sede e dos Olivais funcionaram postos da ARS – Administração Regional de Saúde, onde se realizaram 3 524 consultas.

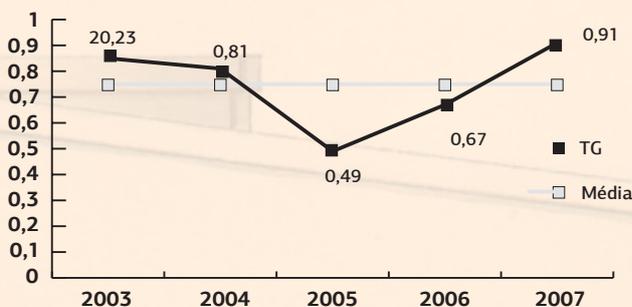
Paralelamente, realizaram-se campanhas de vacinação anti-gripal e de doação voluntária de sangue com a participação de 380 trabalhadores.

Evolução das taxas de frequência nos últimos 5 anos



TF = N.º total de acidentes X 10⁶ : horas de exposição ao risco
 Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta X 10⁶ : horas de exposição ao risco

Evolução da taxa de gravidade nos últimos 5 anos



TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10³ : horas de exposição ao risco



Deteção de fugas



Inspeção ao Aqueduto Alviela

Ao longo do ano foi desenvolvido o plano de contingência da empresa para a Gripe Aviária, tendo sido identificados os serviços, funções e trabalhadores prioritários, estudados os stocks de materiais e equipamentos recomendáveis, desenvolvidas acções de formação e sensibilização e mantidos os contactos de comunicação com as autoridades de saúde.

Acordo de Empresa

No âmbito da revisão do Acordo de Empresa (AE), decorreram em 2007 várias sessões de negociação com as organizações sindicais com o propósito de modificar o Regime Complementar das Pensões de Reforma de modo a transformar gradualmente o Plano de Pensões de Benefício Definido num Plano de Pensões de Contribuição Definida, dando aos trabalhadores com perspectivas de se reformarem proximamente a possibilidade de optarem por um dos planos.

Ainda no âmbito desta negociação, a EPAL procurou adequar

o clausulado do AE aos normativos constantes do Código do Trabalho nas matérias consideradas imperativas pelo Código.

O avanço do processo negocial deixa antever a conclusão dum acordo com todas as organizações sindicais no início de 2008.

Fundo de pensões

O Fundo de Pensões da EPAL atingiu o valor de 48,4 milhões de euros no final de 2007. Durante o ano, a empresa contribuiu com 2,6 milhões de euros para o património do fundo.

As contribuições efectuadas tiveram um impacto importante no financiamento das responsabilidades, tendo o nível de financiamento segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do Instituto de Seguros de Portugal atingido os 115%.

Protocolo Iniciativa Novas Oportunidades

No quadro da *Iniciativa Novas Oportunidades* foi celebrado um protocolo de colaboração com a Agência Nacional para a

Qualificação (ANQ) e com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), pelo qual a EPAL se comprometeu a incentivar, facilitar e promover a progressão dos níveis de qualificação dos seus trabalhadores ao nível do 9º e do 12º anos de escolaridade. O objectivo que se fixou foi obter até 2010 a progressão de 25% dos 420 trabalhadores que não têm esses níveis.

Protocolo Igualdade de Oportunidades no acesso das pessoas com deficiência ao emprego, ao trabalho e à integração profissional

Foi igualmente celebrado um protocolo com o IEFP no âmbito do qual a EPAL se comprometeu a incluir na sua política de recursos humanos e de contratação de pessoal orientações e critérios para eliminar a discriminação de pessoas com deficiência no acesso ao emprego, para promover as oportunidades de emprego através da realização de estágios profissionais de pessoas com deficiência e para identificar actividades e ocupações passíveis de serem desempenhadas por deficientes. No domínio da acessibilidade a empresa comprometeu-se ainda a criar espaços de acessibilidade universal e a adaptar postos de trabalho às características das pessoas com deficiência.

Intervenção social

Nos seis refeitórios da EPAL – que foram objecto de 178

acções de fiscalização – foram servidas 92 324 refeições, em que a comparticipação dos trabalhadores foi de 0,14 € por refeição.

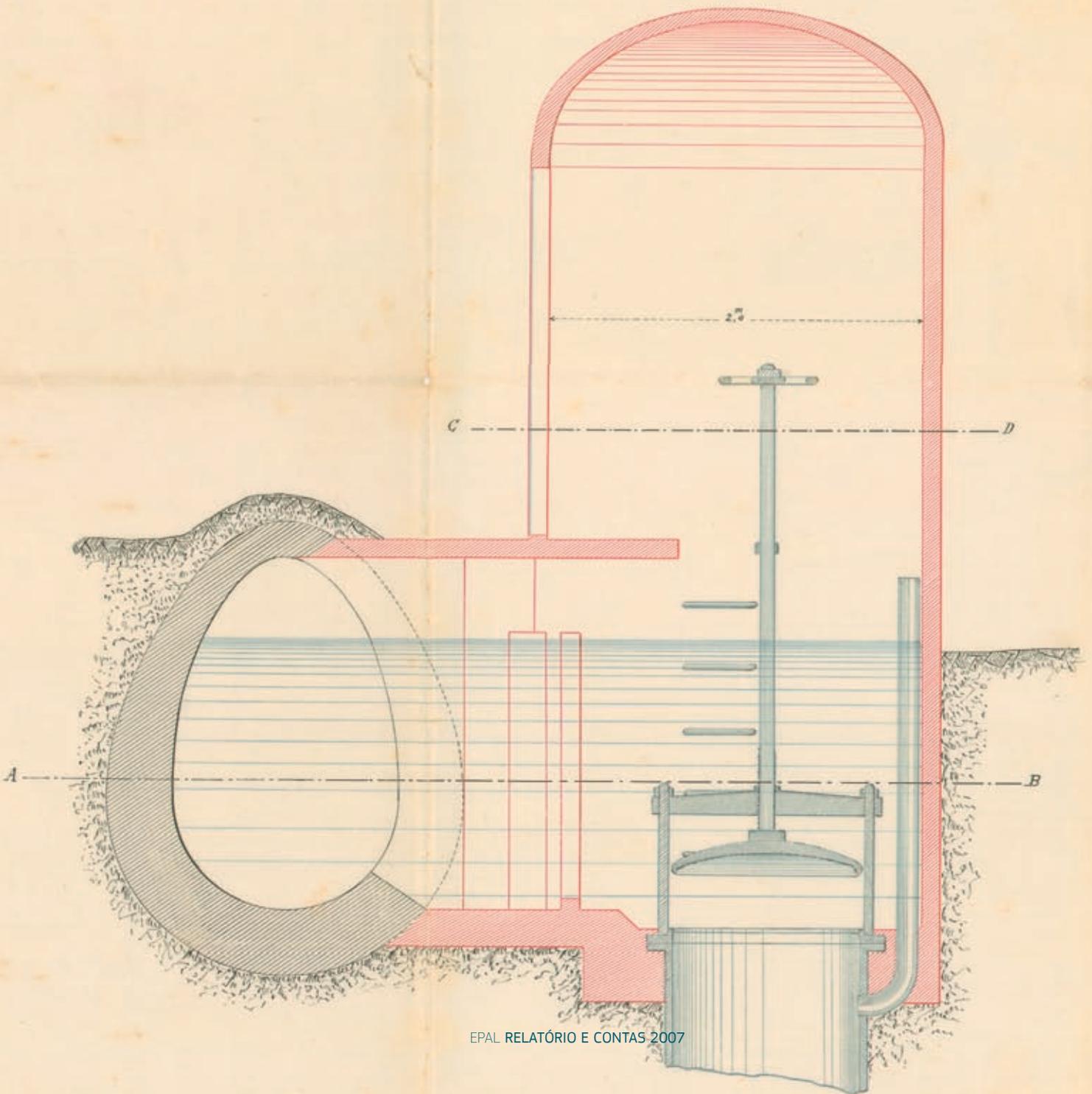
No final do ano, o seguro de doença que a empresa mantém para os seus trabalhadores no activo, pré-reformados, cônjuges e dependentes abrangia 1 022 titulares, 531 cônjuges e 450 dependentes, num total de 2 003 pessoas seguras.

Realizou-se o tradicional *Programa OTL Infantil e Juvenil* em que participaram 39 filhos de trabalhadores, com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos. Para os jovens dos 18 aos 25 anos foi implementado o *Programa OTL Empresa*, que compreendeu a realização de estágios de três semanas em vários serviços da empresa, no período de férias, em que participaram 47 jovens.

Foram distribuídos cabazes de Natal a todos os trabalhadores no activo, pré-reformados e reformados, bem como aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços que desenvolveram diariamente actividades na empresa.

Aos trabalhadores que se encontravam de serviço na noite de Natal foram distribuídas 89 ceias.

A EPAL deu um subsídio de 74 000 euros para financiar as actividades da Casa de Pessoal e um subsídio de 60 000 euros para financiar a AREPAL, associação de reformados da empresa.



Processos e Sistemas

Processos

Modelo integrado de gestão de activos

A EPAL tem endereçado o desafio estratégico de aumentar a criação de valor através dos activos que suportam a sua actividade. Com efeito, sendo a EPAL uma empresa de capital intensivo, a sua sustentabilidade económica depende significativamente da optimização da performance dos activos. A concretização deste objectivo engloba necessariamente a minimização dos custos de aquisição, operação e manutenção ao longo do seu ciclo de vida garantindo e melhorando, em simultâneo, os níveis de serviço ao cliente.

Neste enquadramento, a EPAL elaborou, com a colaboração de um consultor externo, um estudo para a conceptualização do “Modelo Integrado de Gestão de Activos” (MIGA).

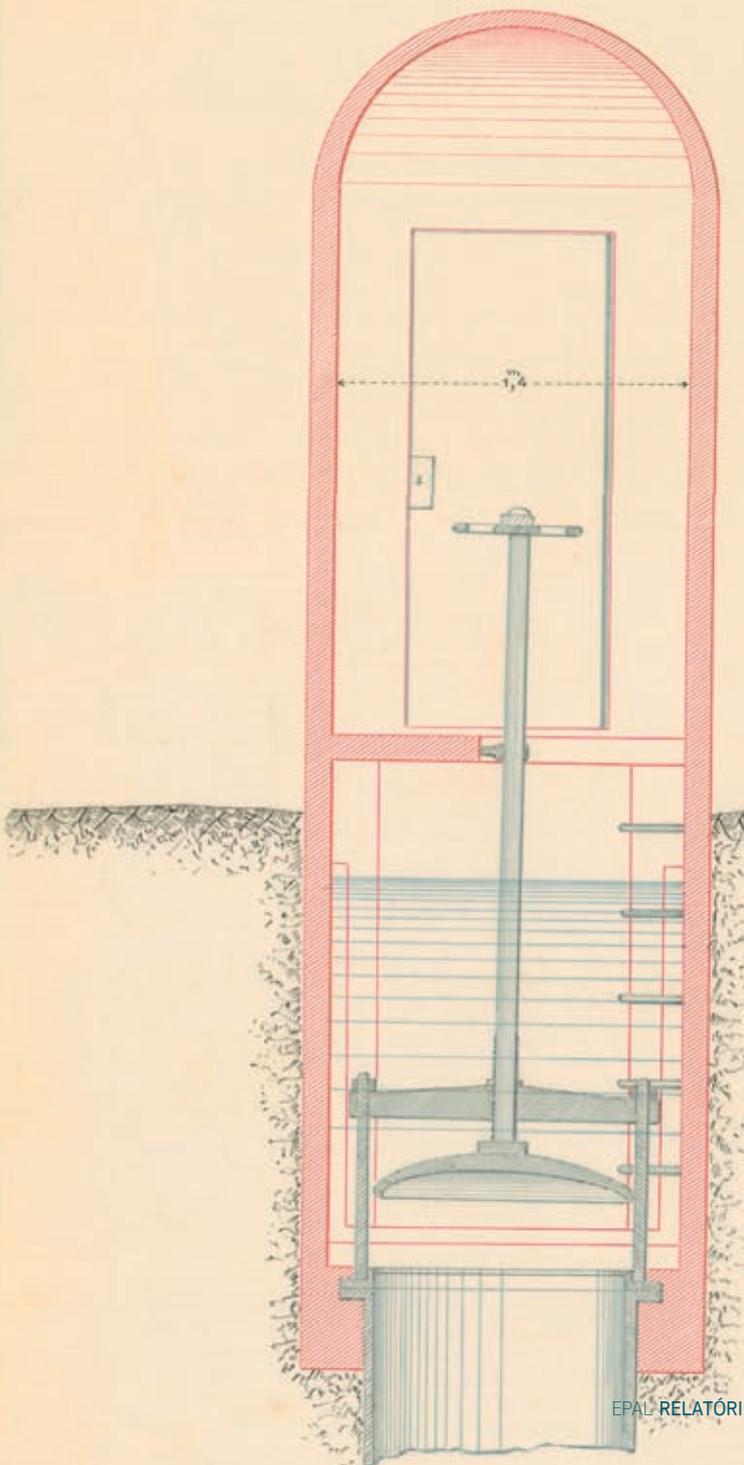
O Modelo versou sobre os seguintes aspectos: organização, processos, informação, estruturas base e sistemas de informação. Cada uma destas vertentes desempenha um papel fundamental para dar resposta ao novo paradigma de gestão.

Na vertente Organização, o Modelo aponta, a par das funções já existentes de Investimento, Manutenção e Operação, para a necessidade da criação de uma função “Gestão de Activos”, que terá como principais atribuições o desenvolvimento de um Plano de Gestão de Activos, com identificação dos investimentos necessários, a definição de políticas de manutenção e o acompanhamento do desempenho dos activos.

Respeitante à vertente de análise Processos, foi elaborado um Manual de Processos, no qual foram identificados e descritos os principais processos e sub-processos necessários para uma integrada gestão dos activos.

No plano da Informação, foram identificados os Indicadores de Desempenho Chave que, quer numa óptica de eficácia (garantia de um abastecimento com qualidade, quantidade e fiabilidade), quer numa óptica de eficiência (garantir os mesmos níveis de eficácia com menos recursos, ou, com os mesmos recursos, garantir níveis maiores de eficácia), permitem monitorizar o desempenho e informar os modelos de tomada de decisões.

Da vertente Estruturas Base resultou a elaboração do Dicionário de Activos, Regras de Correspondência e Atributos. Neste



documento, estão identificadas as grandes naturezas de activos da EPAL, é feita a sua descrição e identificadas as respectivas fronteiras. Para cada natureza de activo, foram discriminadas as unidades bem que a compõem (partes que são mantidas ou operadas individualmente), para as quais, por sua vez, foi redigida a respectiva definição, estabelecidas as fronteiras e identificados os atributos que as caracterizam, bem como os Sistemas de Informação em que cada atributo deverá residir. Para além disso, foram definidas as regras de correspondência relativamente à informação relevante sobre um dado activo entre as componentes técnica (ex: troço da rede), de investimento (ex: frente de obra) e financeira (ex: extensão de rede de determinado material e diâmetro de dado ano), e também as regras de capitalização de um activo ou parte dele (unidade bem).

Finalmente, na vertente Sistemas de Informação foram identificados os Sistemas de Suporte à informação necessária para a gestão integrada dos activos (Telegestão, Máximo, Aquamatrix, IMC, GInteraqua, PAI e SAP), bem como as ligações existentes e a estabelecer futuramente entre esses sistemas.

Face ao exposto, pode concluir-se que a implementação (em curso) do Modelo Integrado de Gestão de Activos na EPAL representa um passo decisivo para que a EPAL possa continuar a prestar um serviço de referência aos seus *stakeholders*, nomeadamente Clientes (através de um abastecimento de água com quantidade, qualidade e fiabilidade adequadas e com um justo valor tarifário) e Accionista (através da optimização do retorno dos investimentos).

Centralização dos processos de compra

Em 2007 foi implementado, com os objectivos que a seguir se enunciam, o projecto de centralização dos processos de compra de bens e de fornecimento de serviços externos no LOG – Gabinete de Logística:

- redução do custo total;
- racionalização e transparência do processo de aquisição;
- renovação e alargamento das relações com fornecedores.

Os processos geridos pelo LOG corresponderam a nove categorias diferentes de compra num montante anual estimado de 5 696 milhares de euros em adjudicações. Em quatro categorias de compras o nível de integração relativamente ao valor total de aquisição excedeu 80%.

Relativamente às fontes de fornecimento de bens promoveu-se a entrada de novos fornecedores no ranking por montante facturado e criaram-se condições para a renovação da base de dados e o conseqüente aumento de competitividade. O reflexo desta actuação foi uma redução de custos significativa.

Outras iniciativas foram lançadas como o planeamento de necessidades, o estabelecimento de procedimentos e a avaliação e qualificação de fornecedores.

Sistemas de informação

A área de sistemas desenvolveu a sua acção em 2007 em quatro frentes: (1) estabilização da infra-estrutura tecnológica, (2) migração e actualização tecnológica de aplicações críticas de negócio, (3) integração das aplicações existentes na empresa e (4) desenvolvimento dum portal empresarial para apoio à gestão de topo.

Estabilização da infra-estrutura tecnológica

Face à necessidade de uniformizar o parque de cinquenta servidores da EPAL e de racionalizar os investimentos em sistemas operativos e bases de dados de suporte às aplicações instaladas na empresa, procedeu-se à renovação tecnológica dos equipamentos. Esta renovação permitiu não só rentabilizar os investimentos no desenvolvimento de aplicações como aumentar a satisfação dos utilizadores e reduzir os custos de quebras de serviço.

Migração e actualização de aplicações

Dada a exigência crescente das funcionalidades solicitadas, houve necessidade de integrar novos processos e funções nas aplicações críticas de suporte ao negócio. Esta integração foi efectuada através da migração das próprias aplicações para versões mais recentes e funcionalmente mais adequadas e através de novos desenvolvimentos por equipas internas. Neste domínio destacaram-se:

- A migração do AQUAmatrix®, a suite aplicacional de suporte à gestão comercial de águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos, para a mais recente plataforma tecnológica – o *ORACLE Application Server 10g e Forms & Reports 10g*, que possibilitou uma melhoria significativa do desempenho daquela ferramenta e a disponibilização de funcionalidades de exportação de dados para o MS Excel;

- A melhoria contínua do iMC – Integração, Monitorização e Controlo, em cuja plataforma aplicacional foram desenvolvidas novas funcionalidades para visualização integrada das ZMC's – Zonas de Monitorização e Controlo, para inclusão das ZMT's – Zonas de Monitorização de Transporte e para incorporação de dados de grandes e pequenos clientes com telemetria;
- A unificação dos modelos de dados de suporte ao Sistema de Informação Geográfica, que abrangeu a informação relacionada com as áreas de negócio de Produção e Transporte e de Distribuição, tendo-se constituído na empresa um único modelo de informação georeferenciada;
- Os desenvolvimentos para adaptação à legislação em vigor da aplicação *LIMS – Laboratory Information Management System*, que suporta as actividades laboratoriais da empresa. Estes novos desenvolvimentos permitiram também a disponibilização de dados ao IRAR, entidade reguladora do sector da água e resíduos;
- A actualização tecnológica do Centro de Comando da ETA da Asseiceira, tendo por pressuposto a uniformização das aplicações do sistema de telegestão, o que possibilitou a transferência de informação entre os diferentes centros de comando, e o acesso, a partir de qualquer local, à informação operacional de toda a empresa;
- A aquisição e o início da implementação do suporte aplicacional para Gestão do Arquivo Histórico e Bibliográfico, com o qual se pretende catalogar e disponibilizar ao público em geral, e aos investigadores e historiadores em particular, o espólio histórico da EPAL.

Integração das aplicações

Sendo uma das grandes preocupações da empresa o cruzamento de informação entre as diferentes aplicações instaladas de modo a aumentar a fiabilidade da tomada de decisões, houve que implementar mecanismos de "orquestração" entre algumas das aplicações consideradas críticas, designadamente a integração do iMC com o Sistema de Informação Geográfica e com o Sistema de Telegestão e destes com o AQUAmatrix®.

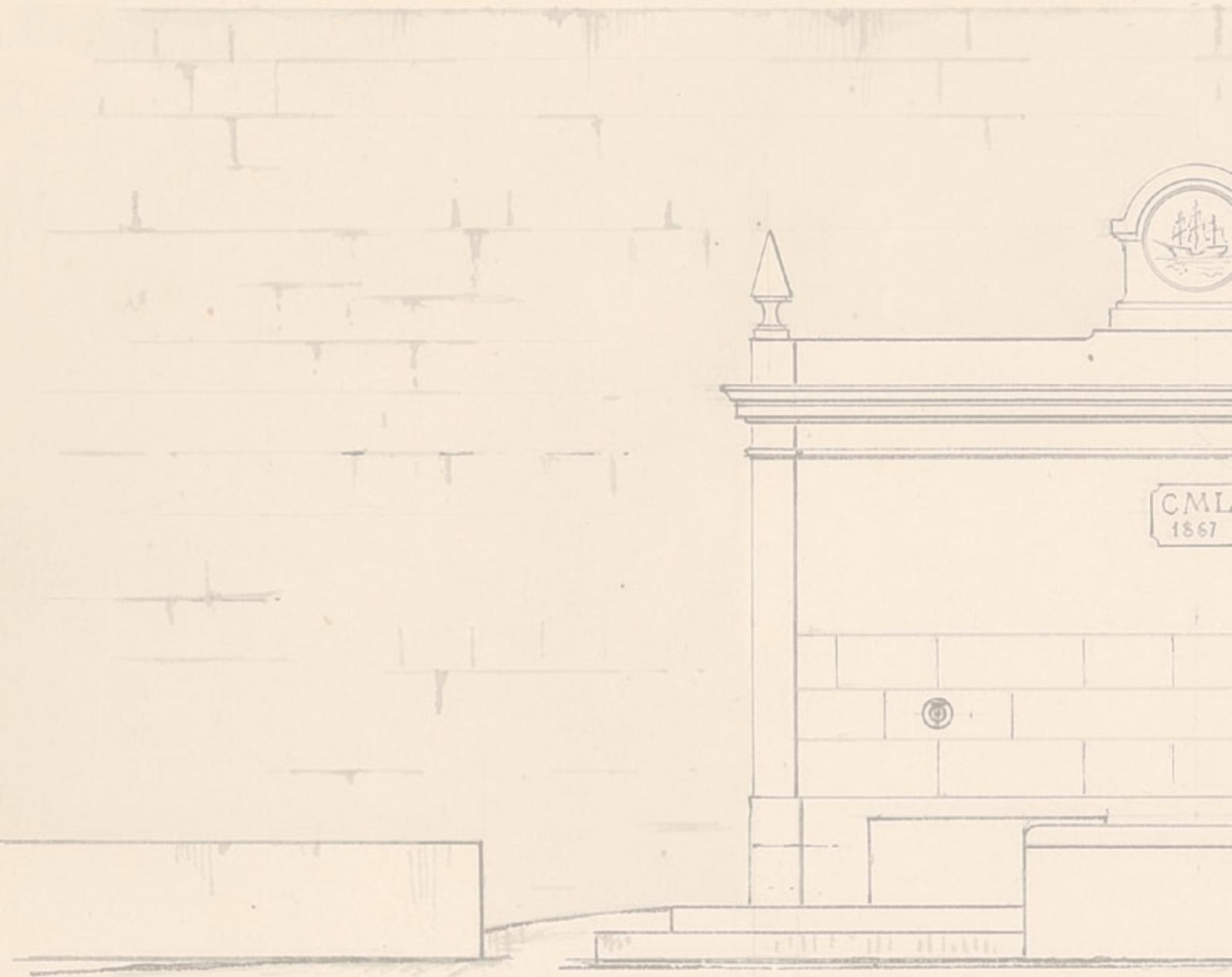
Dando resposta às necessidades de integração identificadas no âmbito do Modelo Integrado de Gestão de Activos, foi conceptualizada a integração das seguintes aplicações: Sistema

de Informação Geográfica, Sistema de Manutenção e Gestão de Activos – Maximo, Sistema de Gestão dos Laboratórios – LIMS, o SAP nos domínios financeiros e contabilísticos, o PAI para suporte ao planeamento dos investimentos e o AQUAmatrix®.

Business Intelligence

Na sequência da "orquestração" das aplicações referidas, foram aprofundados os trabalhos com vista à construção de instrumentos de gestão, através dos quais, numa forma rápida, integrada e coerente, qualquer gestor de topo ou intermédio poderá utilizar a informação relevante para a sua área de intervenção, numa verdadeira óptica de Business Intelligence.

Como consequência do desenvolvimento deste conceito, e como primeiro passo, foi implementada a ferramenta de *Business Intelligence* do AQUAmatrix®, que permite a análise tática e estratégica dos principais domínios da gestão comercial, com possibilidade de elaboração pelos utilizadores de relatórios *ad hoc* directamente da base de dados em produção, para que todas as análises pretendidas se baseiem numa única fonte de dados.



Outras Actividades

Comercialização e enquadramento funcional do AQUAmatrix®

O AQUAmatrix®, a suite aplicacional de suporte à Gestão Comercial de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos, utilizada pela EPAL e disponibilizada em regime de ASP – Application Service Provider, é uma das ferramentas à disposição dos operadores de água, saneamento e resíduos para suporte das suas actividades de gestão comercial e de relacionamento com clientes. Em consequência, sentiu-se a necessidade de melhorar os níveis de serviço já prestados, assim como de efectuar o posicionamento estratégico deste produto no mercado.

Neste contexto, a EPAL decidiu posicionar o AQUAmatrix® como um produto de gestão da informação que deveria obedecer a um planeamento rigoroso no mercado das utilities. Para o efeito, foi desenvolvido um novo *business plan* onde foram estudados o dimensionamento e segmentação do mercado alvo, a configuração e a avaliação de cenários estratégicos, os estudos económico-financeiros e os cenários organizativos, tendo por base o know-how que a EPAL e os seus clientes têm do AQUAmatrix.



Visita do Ministro do Ambiente ao stand da EPAL no ENEG 2007



A EPAL foi a primeira empresa a realizar um seminário na Argélia, no âmbito dos estudos de reabilitação de redes de distribuição

Face ao exposto, procedeu-se à concentração das competências de consultoria comercial e de processos de negócio, de desenvolvimento da aplicação nas vertentes de manutenção correctiva e evolutiva, assim como da área de *Help Desk* e de apoio técnico aos clientes, orientada para as questões técnicas e funcionais deste novo produto da EPAL.

Projecto Argélia

Em consórcio com a COBA – Consultores de Engenharia e Ambiente, a EPAL está a efectuar desde 2005 um estudo de diagnóstico e reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável às cidades argelinas de Bejaia, Tizou-Ouzou e Chlef*.



A equipa da EPAL actuou em 3 cidades argelinas

Os trabalhos a executar em cada uma das três cidades foram repartidos por diversas missões, cabendo especificamente à EPAL as missões de apoio à gestão técnica e comercial nas seguintes áreas:

- Auditoria ao sistema de gestão comercial e proposta de reorganização;
- Inventários de clientes, contadores e ramais;
- Avaliação da gestão técnica da rede;
- Estudo da viabilidade dum sistema de telegestão;
- Formação em detecção de fugas.



Laboratório de Contadores

Em 2007 realizaram-se acções de formação em detecção de fugas e três campanhas (uma em cada cidade) com o objectivo de avaliar a eficiência das redes locais e de detectar a existência de fugas, tendo sido também apresentados os relatórios da gestão comercial. O projecto será concluído em Março de 2008 com a apresentação dos Relatórios de Avaliação da Gestão

Técnica bem como dos estudos respeitantes à implementação dum sistema de Telecontrolo e Telegestão.

Prestação de serviços laboratoriais

No âmbito da prestação de serviços de análise a entidades externas foram recebidas no Laboratório Central da EPAL 1 631 amostras em que se realizaram cerca de 16 387 ensaios relativos à qualidade da água, o que correspondeu a cerca de 7,7 % da actividade do LAB.

A prestação de serviços do Laboratório de Contadores para o exterior envolveu a reparação de 1 198 contadores e a calibração ou verificação de 5 397 contadores e 11 caudalímetros.



Laboratório Central da EPAL



Sustentabilidade

A EPAL publicou em 2007 o seu segundo relatório de sustentabilidade, que foi, à semelhança do que já tinha acontecido no ano anterior, elaborado de acordo com os critérios definidos pela GRI – Global Reporting Initiative.

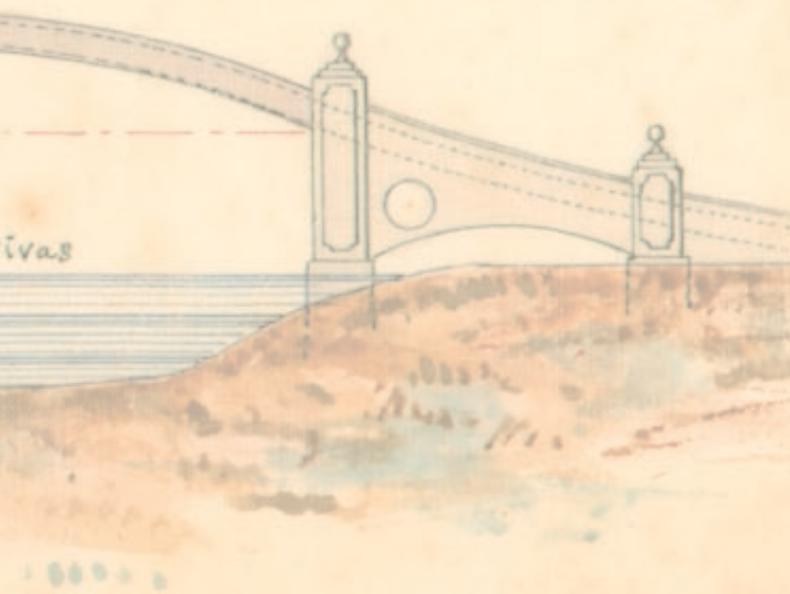
A acção da empresa no domínio da sustentabilidade assenta nos 12 princípios internacionalmente aceites e que são:

- Prevenção
- Precaução
- Poluidor – Pagador
- Cooperação
- Integridade ecológica
- Melhoria contínua
- Equidade intra e inter-gerações
- Integração
- Democracia
- Subsidiariedade
- Envolvimento da comunidade e transparência
- Responsabilização

As perspectivas definidas e especialmente trabalhadas em 2007 no âmbito da sustentabilidade compreenderam-se na gestão integrada do ciclo urbano da água, no reforço da capacidade de produção da estação de tratamento da Asseiceira e na modernização tecnológica da estação de tratamento de Vale da Pedra, no novo Laboratório Central, no aumento da capacidade de transporte de água, renovação da rede de distribuição de Lisboa, desenvolvimento das zonas de monitorização e controlo, no modelo integrado de gestão de activos, na sustentabilidade do fundo de pensões e no desenvolvimento do sistema de gestão da qualidade.

Entre os contributos conseguidos para a sustentabilidade destacam-se, no plano económico, ganhos de eficiência na produção de água, a rentabilização dos capitais investidos e a salvaguarda da capacidade de cumprimento dos compromissos com reformas.

No plano ambiental, a minimização de impactes ambientais, a monitorização, controlo e redução de perdas de água, o desenvolvimento de acções com ganhos de eficiência energética e o controlo da produção e do tratamento de resíduos. Relativamente às perdas de água todas as acções





A II Regata "Troféu EPAL 2007" contou com uma equipa da Casa



Atletas paralímpicos da equipa de natação portuguesa, patrocinada pela EPAL vão a caminho de Pequim

previstas tiveram realização, tendo sido ultrapassadas quatro das metas estabelecidas. Quanto à eficiência energética, apesar das metas ambiciosas para os consumos específicos das sete instalações consumidoras intensivas da empresa, foi possível cumpri-las em cinco delas, tendo-se registado um consumo global anual inferior ao de 2006, na ordem do milhão de kWh. No domínio dos resíduos foram alcançadas todas as metas propostas, tendo três delas sido ultrapassadas.

No plano social destacam-se a celebração de protocolos com estabelecimentos de ensino, a intensificação das acções de formação dos colaboradores, a recuperação do património arquitectónico e cultural, nomeadamente dos arcos monumentais do Aqueduto das Águas Livres, do sistema de iluminação nocturna do monumento e do arquivo fotográfico e documental da empresa, bem como a promoção do uso eficiente da água,

O Museu da Água, que festejou os seus 20 anos de existência, recebeu 56 952 visitantes e patrocinou várias iniciativas que compreenderam a realização de 15 exposições, 11 individuais e 4 colectivas, e 66 visitas culturais. Manteve-se, pelo décimo ano consecutivo, o projecto Serviço Pedagógico Águas Livres, que abrangeu 200 mil alunos de 1 200 escolas do primeiro e segundo ciclos, de norte a sul do país.

O envolvimento da EPAL com as partes interessadas teve especial expressão na outorga de protocolos e memorandos de colaboração com várias entidades. Para além do apoio à equipa paralímpica de natação, com vista à sua participação nos Jogos Paralímpicos de Pequim, foi constituído o Fórum de Entidades Representativas da População e Actividades de Lisboa, no

qual foram convidados a participar representantes da Câmara Municipal de Lisboa e de Juntas de Freguesia da capital, várias entidades públicas e associações empresarias e organizações ambientais e de defesa do consumidor.

Foi estabelecido um memorando de entendimento com o ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente para o estabelecimento de uma parceria visando um compromisso relativo à promoção e conservação da Biodiversidade. Nos termos desse memorando a EPAL propôs-se desenvolver um "Plano para a Conservação das Ribeiras e Zonas Húmidas da Bacia Drenante Adjacente à Albufeira do Castelo do Bode.

Outorgou-se um protocolo com a ADENE – Agência para a Energia, nos termos do qual a EPAL se comprometeu a promover a auditoria energética e à qualidade do ar nos edifícios da sede e a desenvolver projectos visando a viabilização da produção de energia hidráulica, eólica e fotovoltaica.

Foi assinado um protocolo com a Agência Nacional para a Qualificação e o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, no âmbito do programa Novas Oportunidades, visando a certificação ao nível do 9º e 12º anos de escolaridade, até 2010, de 25% dos trabalhadores da empresa que não têm o ensino secundário completo.

Ainda com o Instituto de Emprego e Formação Profissional celebrou-se um protocolo visando a colaboração das duas entidades na promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência.



O Museu da Água da EPAL comemora o Dia Internacional dos Museus

A Empresa apoiou o projecto de instalação do Museu do Neo-Realismo em Vila Franca de Xira, com um donativo de 50 000 Euros, correspondendo ao pedido formulado pela câmara Municipal no contexto do reconhecimento da importância histórica que o concelho em causa possui ao nível do abastecimento de água onde, inclusivamente, estão instaladas muitas das infra-estruturas da Empresa e de que a água foi meio e instrumento de diversas formas de expressão artística do Neo-Realismo.

Finalmente, destaca-se o protocolo outorgado com o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pelo qual as partes se comprometeram a colaborar activamente nas acções de recuperação e restauro dos monumentos e

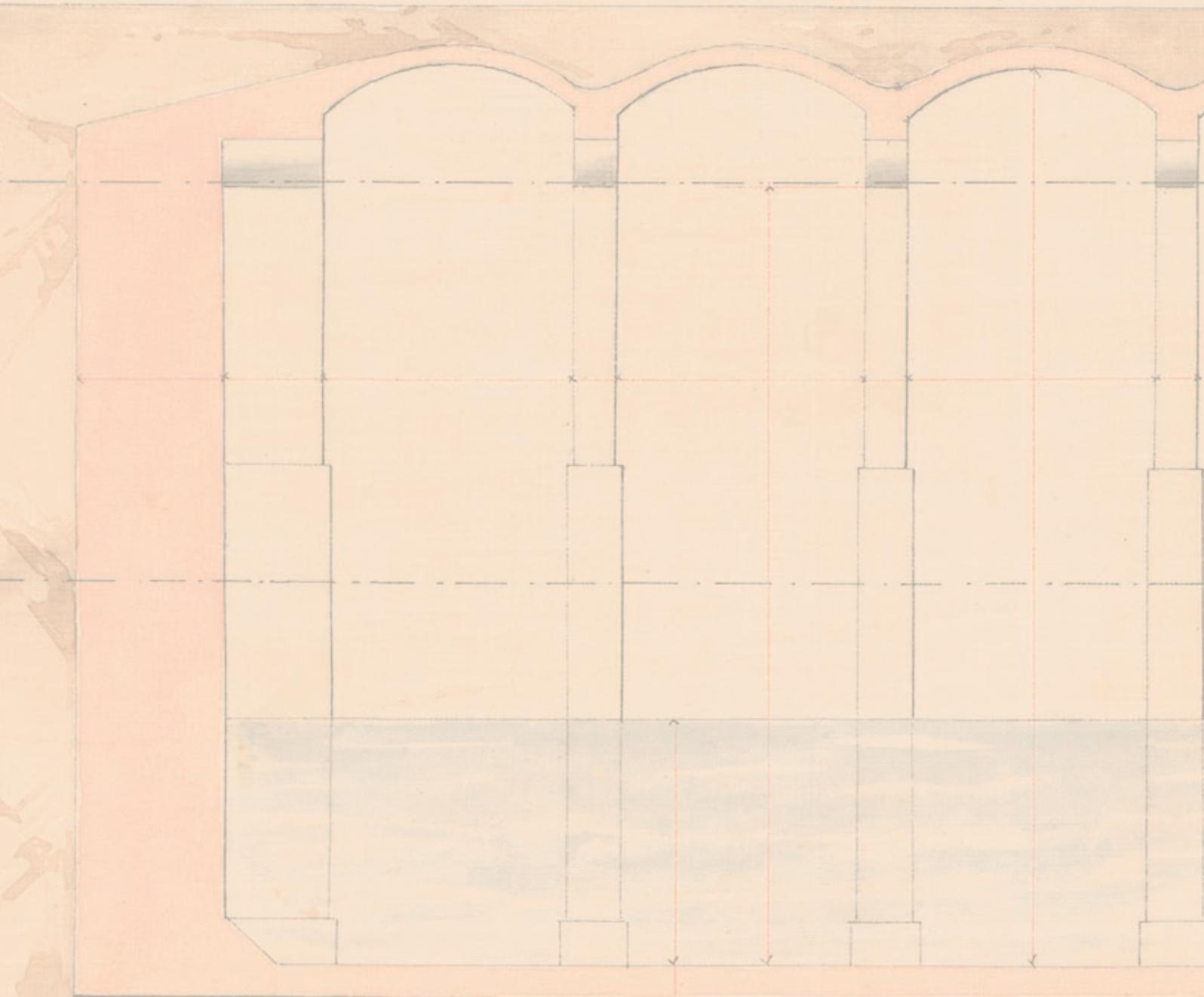


Serviço Pedagógico do Museu da Água - 10 Anos ao lado das crianças

edifícios históricos da responsabilidade da EPAL.

Pela sua relevância no contexto da sustentabilidade e na vida da empresa, destaca-se a elaboração e aprovação do Código de Ética da EPAL. Nos trabalhos desenvolvidos, procedeu-se à redefinição da missão da empresa, formalizou-se a sua visão e identificaram-se os principais valores da cultura e da maneira de estar da EPAL.

Os compromissos a assumir foram definidos sistematicamente em função das relações da empresa com os seus *stakeholders* e a sua assunção assentou na responsabilidade pessoal dos colaboradores. A sensibilização e o diálogo construtivo foram considerados como instrumentos permanentes da valorização e do cumprimento do Código de Ética.

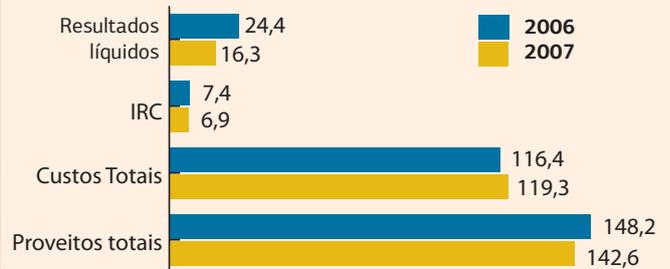


Desempenho financeiro

O desempenho económico e financeiro da EPAL em 2007 foi bastante positivo.

Para esta evolução contribuíram (i) a contenção dos custos operacionais, que foram 4,6% mais baixos do que no ano anterior e (ii) a estabilização do volume de água vendida, que em 2007 apresentou um nível semelhante ao do ano anterior.

Os proveitos totais aumentaram 3,9% para 148,2 milhões de euros o que – aliado a uma redução de 2,5% dos custos totais para 116,4 milhões de euros – permitiu atingir resultados líquidos de 24,4 milhões de euros, mais 49,4% do que no exercício anterior.



Volume de negócios

O volume de negócios atingiu os 140,0 milhões de euros, mais 1,9% do que no ano anterior.

(10³ EUR)

	2005	2006	2007	VARIÇÃO 07/06	
				Valor	%
Vendas	134 034	134 424	137 377	2 953	2,2
Prest. de serviços	3 351	2 936	2 592	(344)	(11,7)
Vol. de Negócios	137 385	137 360	139 969	2 609	1,9

Volumes de água vendidos (milhões m³)



As vendas de água, incluindo a quota de serviço, aumentaram 2,2% relativamente a 2006. Em volume, a água vendida em 2007 situou-se nos 210 milhões de m³.

As prestações de serviços tiveram uma quebra de 11,7% face a 2006, o que se deveu essencialmente à diminuição das actividades de reparação domiciliária e de ramais, de processos de abastecimento, de novos contratos de abastecimento e de instalação de contadores.

Custos operacionais

Os custos operacionais diminuíram 4,6% face ao ano anterior para os 106,9 milhões de euros. Esta redução deveu-se ao efeito da política de contenção e de racionalização de custos nos fornecimentos e serviços externos (-2,3%) e no custo com as matérias consumidas (-4,4%) e ao facto de, ao nível dos custos com pessoal, ter sido reconhecido, em 2006, um custo significativo, ascendendo a 7,7 milhões de Euros, relacionado com o impacto da transição de regimes do Plano Pós-Emprego.

de apenas 1,6% face ao ano anterior, evolução para a qual contribuíram os esforços de redução de perdas – que resultam na necessidade de processamento de menor caudal para um mesmo nível de água vendida – e a continuada estratégia e subsequentes medidas de melhoria da eficiência energética e de gestão dos períodos de consumo de energia.

Os custos com o pessoal registaram uma redução de 20,0% (8,3 milhões de Euros), fundamentalmente explicada pelo reconhecimento, no ano anterior, de custos relacionados com a transição de regimes do Plano Pós-Emprego, no montante de 7,7 milhões de Euros. Excluído esse efeito, os custos com pessoal teriam apresentado um agravamento na ordem dos 2%.

As amortizações e ajustamentos foram a componente dos custos operacionais que teve o maior incremento dos custos,

(10³ EUR)

Custos	2005	2006	2007	VARIÇÃO 07/06	
				Valor	%
Custo das matérias consumidas	3 103	2 809	2 684	(125)	(4,4)
Fornecimentos e serviços externos	34 715	37 621	36 771	(850)	(2,3)
Impostos	875	692	1 009	317	45,8
Custos com o pessoal	32 395	41 703	33 365	(8 338)	(20,0)
Outros custos operacionais	23	23	81	58	252,2
Amortizações e ajustamentos	27 591	28 317	31 918	3 601	12,7
Provisões	5 598	969	1 135	166	17,1
Custos operacionais	104 300	112 134	106 963	(5 171)	(4,6)

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, a evolução verificada traduz já resultados da implementação de diversas medidas de racionalização de custos, as quais produziram efeitos mais significativos nas despesas com conservação e reparação (menos 11,9%) e nos trabalhos especializados (menos 4,6%). Também ao nível da energia, fundamental para o processo de abastecimento de água e que representa 24,5% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, se verificou uma evolução bastante positiva face ao ano anterior. De facto, tendo o tarifário energético, aplicável à EPAL, sofrido um acréscimo médio, no ano, superior a 6%, os custos com energia na Empresa registaram um aumento

3,6 milhões de euros dos quais 2,5 milhões respeitam ao aumento das amortizações de activos e 1,1 milhões ao reforço de ajustamentos sobre dívidas de terceiros.

O aumento das amortizações do exercício resultou da conclusão de obras e início de exploração de importantes investimentos destinados ao reforço da garantia do abastecimento, dos quais se destacam (i) o subsistema do Castelo do Bode, com a ampliação da estação de tratamento da Asseiceira, a introdução da ozonização e a duplicação do troço entre a Quinta da Marquesa e a central elevatória de Vila Franca de Xira e (ii) a renovação da rede de distribuição de água em Lisboa.

O aumento de 1,1 milhões de euros nos ajustamentos sobre dívidas a terceiros deve-se inteiramente a uma alteração do critério de constituição de ajustamentos, implementada após cuidada revisão e análise do risco associado à cobrança de créditos.

As provisões do exercício foram de 1,1 milhões de euros e destinaram-se a fazer face a contingências e processos judiciais em curso. O reforço das provisões resulta de uma avaliação criteriosa e aprofundada dos riscos e tem por objectivo fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias. A EPAL considera que o montante de provisões acumuladas é adequado e suficiente.

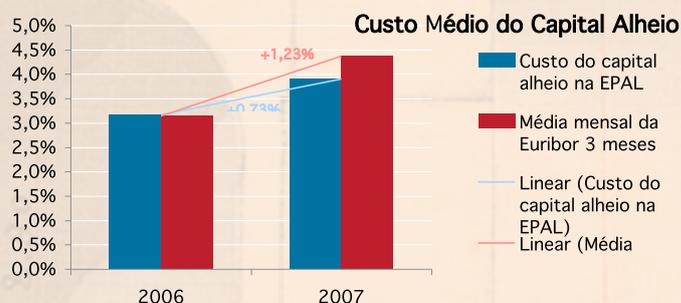
Resultados do exercício

O resultado líquido do exercício foi de 24,4 milhões de euros, mais 49,4% do que em 2006.

Os resultados operacionais foram de 35,0 milhões de euros, mais 8,3 milhões do que no exercício anterior, em consequência de proveitos operacionais totais de 142,0 milhões de euros (+2,2%) e de custos operacionais totais de 107,0 milhões de euros (-4,6%).

A política de gestão de risco de taxa de juro assumida pela empresa prevê (i) a contratação da modalidade – fixa ou variável – em que a empresa é mais competitiva e (ii) o equilíbrio entre o peso da dívida a taxa fixa e o peso da dívida a taxa variável.

Esta política tem produzido resultados positivos e tem permitido atenuar o efeito nos custos financeiros da empresa do aumento acentuado das taxas activas no mercado. Enquanto que no mercado a média mensal da taxa interbancária (Euribor a 3 meses) para os prazos de capitalização contratados pela EPAL se situou em cerca de 4,372% e apresentou um acréscimo de cerca de 123 pontos base face à média do ano anterior, a taxa média do custo do capital alheio na EPAL situou-se nos 3,901%,



(10³ EUR)

Resultados	2005	2006	2007	VARIÇÃO 07/06	
				Valor	%
Resultados operacionais	35 373	26 773	35 019	8 246	30,8
Resultados financeiros	(4 979)	(6 477)	(8 483)	(2 006)	(31,0)
Resultados extraordinários	2 901	2 969	5 248	2 279	76,8
Resultados antes de impostos	33 295	23 265	31 784	8 519	36,6
Imposto sobre o rendimento	9 507	6 936	7 393	457	6,6
Resultado líquido do exercício	23 788	16 329	24 391	8 062	49,4

Os resultados financeiros diminuíram 31,0% para -8,5 milhões de euros, em grande parte devido ao aumento dos custos de financiamento. Os encargos financeiros com a dívida bancária de médio e longo prazo contratada com o Banco Europeu de Investimento (BEI) foram de 8,4 milhões de euros, mais 32,3% do que no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento da dívida durante o ano – em que se realizaram desembolsos no montante de 15 milhões de euros – e do efeito nos juros do aumento significativo das taxas no mercado monetário, apesar de 42,1% da dívida bancária da empresa estar contratada a taxa de juro fixa.

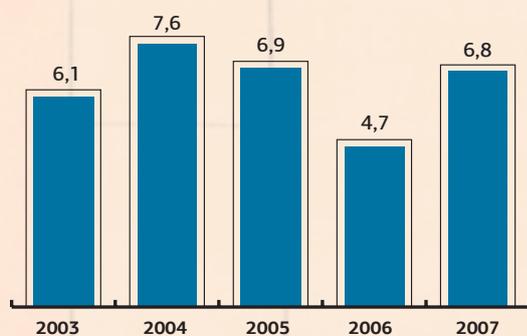
apresentando-se apenas 73 pontos base acima da taxa média do ano anterior. Para esta contenção da subida dos custos financeiros foi importante o facto de, para 42,1% da dívida bancária, ter sido oportunamente fixada a taxa de juro. Em termos médios ponderados, a taxa fixa ascendeu a 3,484%, um nível bastante mais baixo do que os 4,372% médios do mercado.

A par do aumento dos custos financeiros, também aumentaram os proveitos financeiros de juros de depósitos e aplicações bancárias de curto prazo, que foram de 345 mil euros, mais 62,8% do que no ano anterior.

Os resultados extraordinários aumentaram 76,8% para 5,2 milhões de euros, o que se explica pelo aumento de cerca de 2,3 milhões de euros dos proveitos extraordinários resultantes essencialmente da anulação de provisões, dum modo geral em consequência da liquidação efectiva do custo estimado, e do reconhecimento anual de proveitos relativos a subsídios ao investimento recebidos em anos anteriores.

Em consequência dos resultados obtidos, a taxa de rentabilidade dos capitais próprios aumentou para os 6,8%, um aumento significativo em relação a 2006.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)



Posição financeira

A EPAL manteve em 2007 a sua estratégia de investimento orientada para assegurar a qualidade do abastecimento e a utilização eficiente do recurso água. No total, realizou investimentos da ordem dos 32,5 milhões de euros, dos quais 80% se destinaram (i) à garantia do abastecimento, em que se incluem a nova conduta de abastecimento a Mafra, a renovação da rede de distribuição em Lisboa, a duplicação do adutor do Castelo do Bode entre a Quinta da Marquesa/Vila Franca de Xira e Alcanhões/Várzea das Chaminés e as obras de ampliação de 125 mil m³ da ETA da Asseiceira com introdução da ozonização, assim como (ii) à segurança das infra-estruturas, em que se inclui a reabilitação da conduta da Ota.

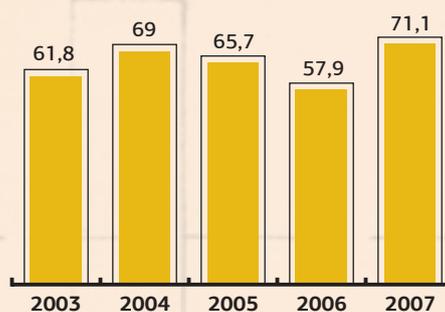
O financiamento do investimento implicou a mobilização de fluxos monetários que rondaram os 59,4 milhões de euros,

tendo a empresa contado com fluxos líquidos operacionais na ordem dos 81,1 milhões de euros e contraído financiamentos no montante de 15 milhões de euros.

Demonstração sintética dos fluxos de caixa 2007

Fluxos de caixa operacionais	81,1
Fluxos de caixa do investimento	(59,4)
Pagamentos em actividades de financiamento	
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	(25,2)
Recebimentos em actividades de financiamento	
Desembolsos do ano	15,0
Varição de caixa e seus equivalentes	11,5

EBITDA (10⁶ EUR)



Na perspectiva do *cash flow* operacional da EPAL em 2007, é ainda demonstrativo da sua solidez o nível de EBITDA, que, no ano, ascendeu a 71,1 milhões de Euros - o mais alto valor registado na última década -, nível esse revelador da importância do *cash flow* operacional enquanto fonte de fundos na Empresa.

Enquanto o activo não corrente se manteve ao nível do ano anterior, nos 669,1 milhões de euros, o passivo não corrente aumentou cerca de 3,5 milhões de euros, ou seja 1,2%, devido, por um lado, ao aumento líquido de 9,0 milhões de euros no financiamento de médio e longo prazo contratado com o BEI e, por outro lado, à redução dos impostos diferidos passivos e dos subsídios ao investimento.

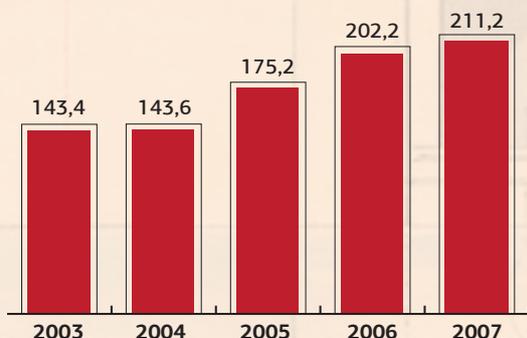
(10³ EUR)

Balanço	2005 (re-expresso)	2006	2007	VARIÇÃO 07/06	
				Valor	%
ACTIVO					
Activo não corrente	639 961	669 155	669 098	-57	(0,0)
Activo corrente	47 825	46 030	54 241	8 211	17,8
TOTAL	687 786	715 185	723 339	8 154	1,1
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio	345 906	343 780	356 461	12 681	3,7
Passivo não corrente	272 192	303 168	306 686	3 518	1,2
Passivo corrente	69 688	68 237	60 192	(8 045)	(11,8)
TOTAL	687 786	715 185	723 339	8 154	1,1

Nota: Os montantes referentes a 2005 não são directamente comparáveis com os apresentados no Relatório e Contas desse exercício, facto que se pretende evidenciar com a anotação "re-expresso".

Os investimentos realizados pela EPAL nos últimos anos têm sido financiados pela contratação de empréstimos junto do BEI, num máximo de 50% do custo dos investimentos, estando em curso o Contrato de Financiamento EPAL III que teve início em Janeiro de 2002, ao abrigo do qual a EPAL já efectuou desembolsos de 115,0 milhões de euros, tendo ainda disponível um saldo de 70,0 milhões de euros.

Endividamento de Médio e Longo Prazo (10⁶ EUR)



No final de 2007, o endividamento de médio e longo prazo da empresa era de 211,2 milhões de euros. Nos últimos cinco anos, o endividamento líquido a médio e longo prazo aumentou 67,8 milhões de euros, ou seja, cerca de 27,5% do investimento de 246,6 milhões de euros no mesmo período, o que confirma a importância do *cash flow* operacional no financiamento dos investimentos realizados.

No final do ano, o capital próprio era de 356,4 milhões de euros, mais 3,7% do que no final de 2006. O valor a 31 de Dezembro de 2007 estava, no entanto, influenciado pelos resultados líquidos do

exercício no montante de 24,4 milhões de euros, cuja distribuição – total ou parcial – só ocorrerá no exercício de 2008, e pelos resultados não distribuídos de 2006, que representaram cerca de 28% dos resultados líquidos obtidos.

O activo corrente registou um aumento de 17,8%, ou cerca de 8,2 milhões de euros, devido ao aumento da liquidez, gerida de modo a otimizar o retorno para a empresa com a aplicação de excedentes financeiros de curto prazo.

Em 2007, a EPAL consolidou a sua situação financeira, o que atestam os indicadores financeiros no quadro seguinte, que evidenciam as melhorias significativas no fundo de maneo (+60%), na liquidez geral (+40,8%), na solvabilidade (+5%) e na cobertura do imobilizado por capitais permanentes (+3%), cujo rácio atingiu o valor de 1,02, o que denota uma estrutura financeira equilibrada.

Indicadores Financeiros	2005	2006	2007	VAR. 07/06 %
Liquidez Geral	0,59	0,57	0,80	40,8
Solvabilidade	1,01	0,93	0,97	5,0
Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	0,99	0,99	1,02	3,0
Fundo de Maneio (10 ³ EUR)	(26 142)	(26 484)	(10 526)	60,3

A EPAL manteve, em 2007, as classificações (*rating*) do risco de crédito atribuídas pela Companhia Portuguesa de Rating para operações de curto, médio e longo prazos, que reflectem uma forte capacidade de a empresa satisfazer os seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

Rating	Notação
Rating de curto prazo	A-1 +
Rating de médio e longo prazo	A+

Fundo de pensões

O Fundo de Pensões da EPAL atingiu o valor de 48,4 milhões de euros no final de 2007, um aumento de 5,31% face ao ano anterior.

O crescimento do fundo resultou, por um lado, da sua rentabilidade de 3,88% no ano e, por outro lado, do esforço contributivo da empresa, que em 2007 reforçou o fundo com mais 2,6 milhões de euros. Entre 2002 e 2007, a empresa contribuiu no total com 15,8 milhões de euros.

Fundo de Pensões da EPAL (milhões de euros)



As contribuições efectuadas tiveram um impacto importante no financiamento das responsabilidades segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP: enquanto o nível de financiamento em 2005 estava ligeiramente acima dos 100%, em 2006 e 2007 ascendia a 107% e 115%, respectivamente.



II Jornadas do Roteiro para a Ciência.
Visita do Presidente da República à EPAL

Empresas participadas

A EPAL detém participações financeiras nas duas sociedades seguintes:

Clube de Golfe das Amoreiras	100,0%	350.000 Eur
Ambelis, SA	0,68%	1.370 Eur

Durante o ano de 2007, o Grupo AdP alienou integralmente a participação financeira detida na empresa brasileira Prolagos. No âmbito desta operação, a EPAL vendeu também a sua participação de 7,5% naquela sociedade.



EPAL, um dos "bons exemplos" de Portugal recebe o Presidente da República



O encontro teve lugar na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira

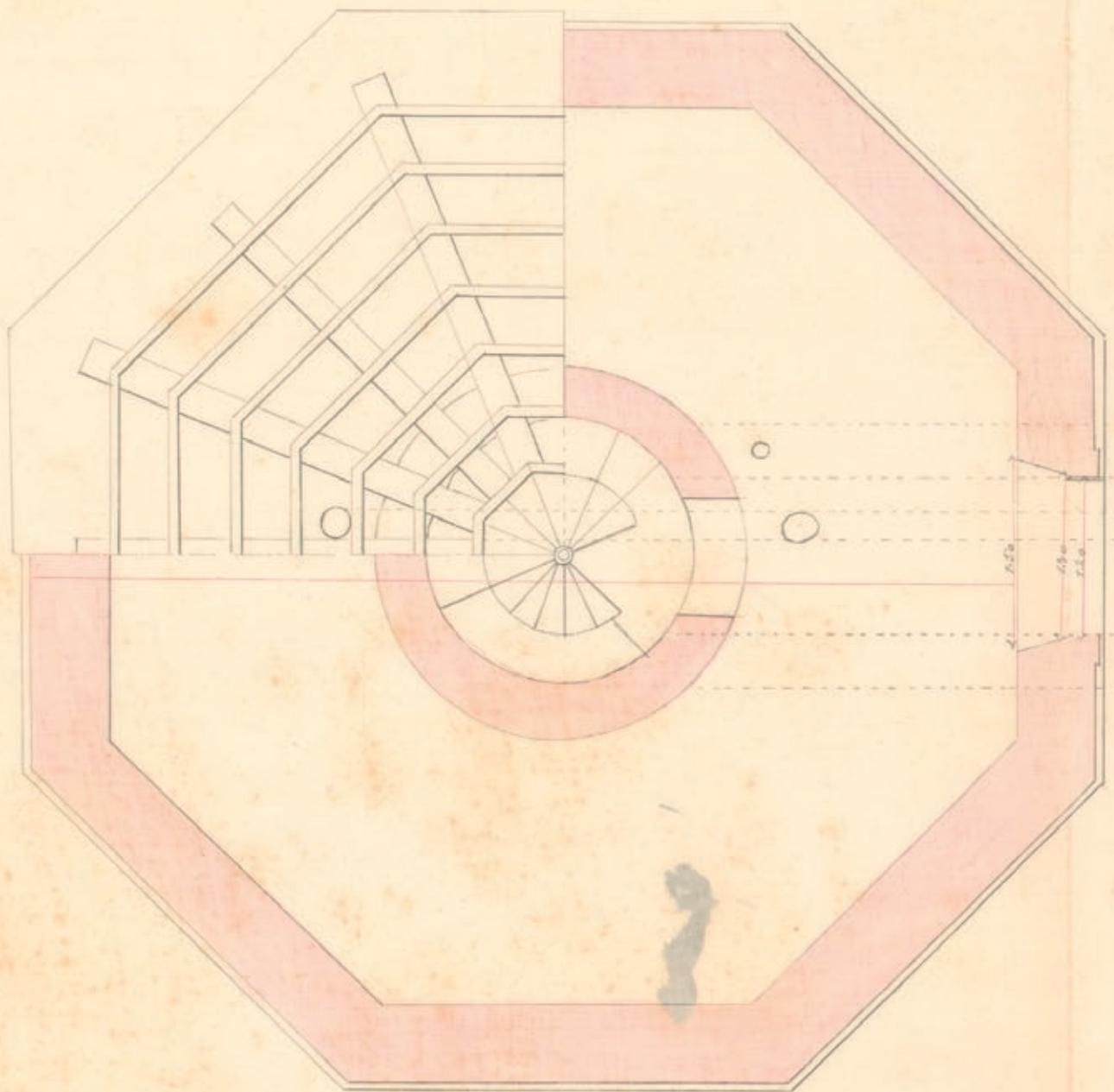
Durante o ano, foi igualmente alienada a participação no capital da Shore.

Clube de Golfe das Amoreiras, SA

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros. Ambas as sociedades celebraram,

em 1993, um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras - Academia de Golfe, SA, por meio do qual a sociedade Clube de Golfe prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior, a Supergolf, resolveu o contrato-promessa e, para apuramento de eventuais responsabilidades advenientes do termo do mesmo, foi constituído por iniciativa da Supergolf, em 2006, novo Tribunal Arbitral estando, nesta data, a correr termos a respectiva acção proposta contra a EPAL e o Clube de Golfe.



Gestão de riscos

Riscos financeiros

No plano financeiro, a actividade da EPAL está exposta a riscos essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro.

Risco de liquidez

Para gerir o risco de liquidez, a empresa tem por política manter as suas disponibilidades financeiras a um nível confortável e, simultaneamente, assegurar que eventuais défices de financiamento das suas actividades operacionais e de investimento estejam cobertos por contratos de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Numa perspectiva de curto prazo, a política da EPAL é garantir a disponibilidade de linhas de crédito de utilização flexível e em montantes adequados. Para este efeito, contratou com instituições bancárias de grande solidez duas linhas de crédito dum montante global de 12,5 milhões de euros, assim como um programa de papel comercial também de 12,5 milhões de euros.

Para financiamento dos investimentos, a EPAL celebrou em 16 de Janeiro de 2002 com o BEI um contrato de financiamento denominado BEI EPAL III que prevê um financiamento a longo prazo de 185 milhões de euros, correspondente a 50% dum programa de investimentos ainda em curso, avaliado em 370 milhões de euros. No final de 2007, os desembolsos acumulados ao abrigo daquele contrato eram de 115 milhões de euros, restando um crédito de 70 milhões de euros por utilizar.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro na EPAL advém da contratação de empréstimos de longo prazo a taxa de juro variável. A política financeira adoptada assenta (i) na contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais o instrumento de cobertura, e (ii) no equilíbrio da dívida a taxa fixa com a dívida a taxa variável. No final de 2007, a repartição da dívida do BEI era de 42,1% a taxa fixa e 57,9% a taxa variável.



Reparação de conduta de betão armado de Ø 1000 - colocação de anel.

Outros riscos

Para além dos riscos anteriormente referidos, cujos potenciais impactos se encontram genericamente cobertos por seguradoras ou pelas linhas de crédito existentes, a EPAL está também exposta a outros tipos de risco, porventura de maior significância e cuja gestão é certamente mais difícil. Referimo-nos fundamentalmente ao risco regulatório e a outros decorrentes da actividade operacional da Empresa.

Risco Operacional

O risco operacional tem vindo a acentuar-se no passado recente, fundamentalmente por via de uma maior incerteza na tendência do consumo. Efectivamente, verifica-se uma estagnação de receitas e uma tendência de redução dos volumes vendidos desde 2004, invertendo uma tendência histórica de crescimento, sendo ainda difícil de prever o fim desta tendência.

O atraso da entrada em exploração de sistemas de abastecimento de entidades clientes é outro dos factores exógenos que envolve risco operacional e que se pode repercutir desfavoravelmente no desempenho económico da Empresa.

As crescentes exigências na qualidade do produto água e nos níveis de serviço prestados, a par de uma maior consciência ambiental, são também factores que aumentam os desafios

da Empresa face ao meio envolvente e conseqüentemente o seu risco.

A política de gestão de riscos permite minimizar as potenciais perdas decorrentes dos mesmos, mas não eliminá-los em absoluto, pelo que existe sempre um risco associado às alterações nos processos internos da Empresa.

Risco Regulatório

O risco regulatório, é talvez aquele a que a empresa se encontra mais vulnerável e exposta. O desenvolvimento de nova legislação e regulamentação, actualmente em curso (Regulamento Tarifário, novo Estatuto do IRAR, Bases dos sistemas multimunicipais, etc), pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a Empresa, cuja natural repercussão nas tarifas seja de difícil realização, atendendo aos impactos económico-sociais.

Num ambiente altamente regulado, as alterações legislativas e/ou regulatórias podem levar a Empresa a não conseguir em cada momento cumprir a legislação ambiental e/ou regulatória, até ao ponto em que consiga adaptar-se àquelas mudanças, realinhando o negócio.

Também a capacidade de criação de valor, por parte da EPAL, pode ser fortemente condicionada pelo risco regulatório que



Renovação da Rede de Distribuição de Lisboa

pende actualmente sobre a Empresa. A inexistência de uma posição clara, no que concerne ao método de regulação, taxa e base de remuneração, transfere para o accionista o risco de recuperação do capital investido.

A minimização deste risco poderá ser conseguida através da criação de um quadro regulatório, elaborado de uma forma transparente e participada, que defina as regras a aplicar e estabeleça mecanismos de apelo à eficiência.

Naturalmente, a regulação e o reforço da sua intervenção acarreta custos acrescidos, decorrentes, por um lado, da existência de uma estrutura organizativa responsável pelo exercício dessa actividade e, por outro, de um maior consumo de recursos impostos à Empresa pela regulação, que terão de ser suportados pelos cidadãos, através do pagamento de impostos e/ou do preço que os consumidores pagam pelos produtos e serviços que lhes são prestados pelas entidades reguladas.

Perspectivas futuras

No desenvolvimento da actividade da empresa para 2008 assume particular importância um conjunto de projectos e iniciativas que se perspectiva concluir ou prosseguir em ritmo acelerado.

Desde logo, a conclusão das negociações do Acordo de Empresa com vista a garantir a todos os trabalhadores da EPAL horizontes de futuro com minimização de riscos e assegurar à empresa condições de sustentabilidade.

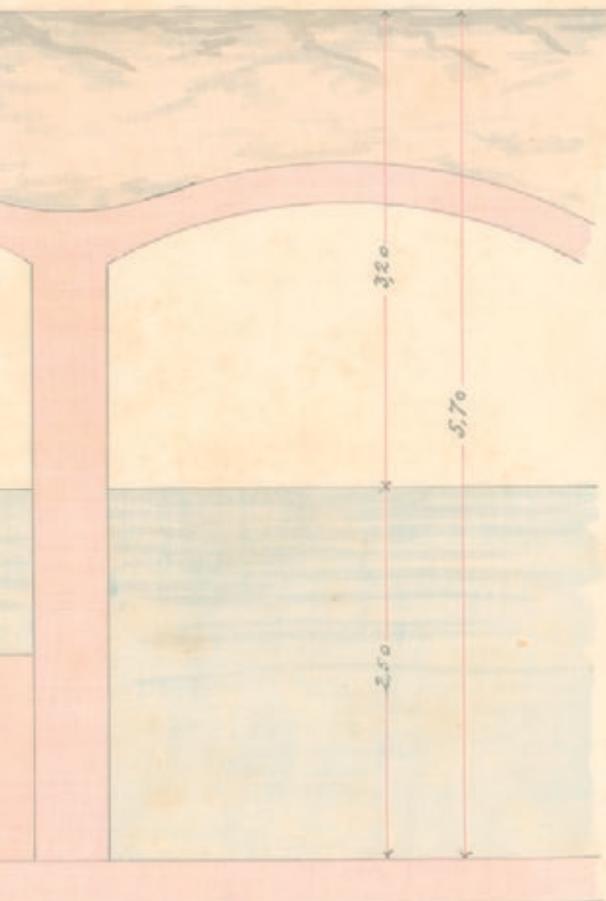
A transformação organizacional deverá também ser concluída em 2008, com implementação da função Gestão de Activos e alinhamento de toda a estrutura orgânica com a cadeia de valor da actividade.

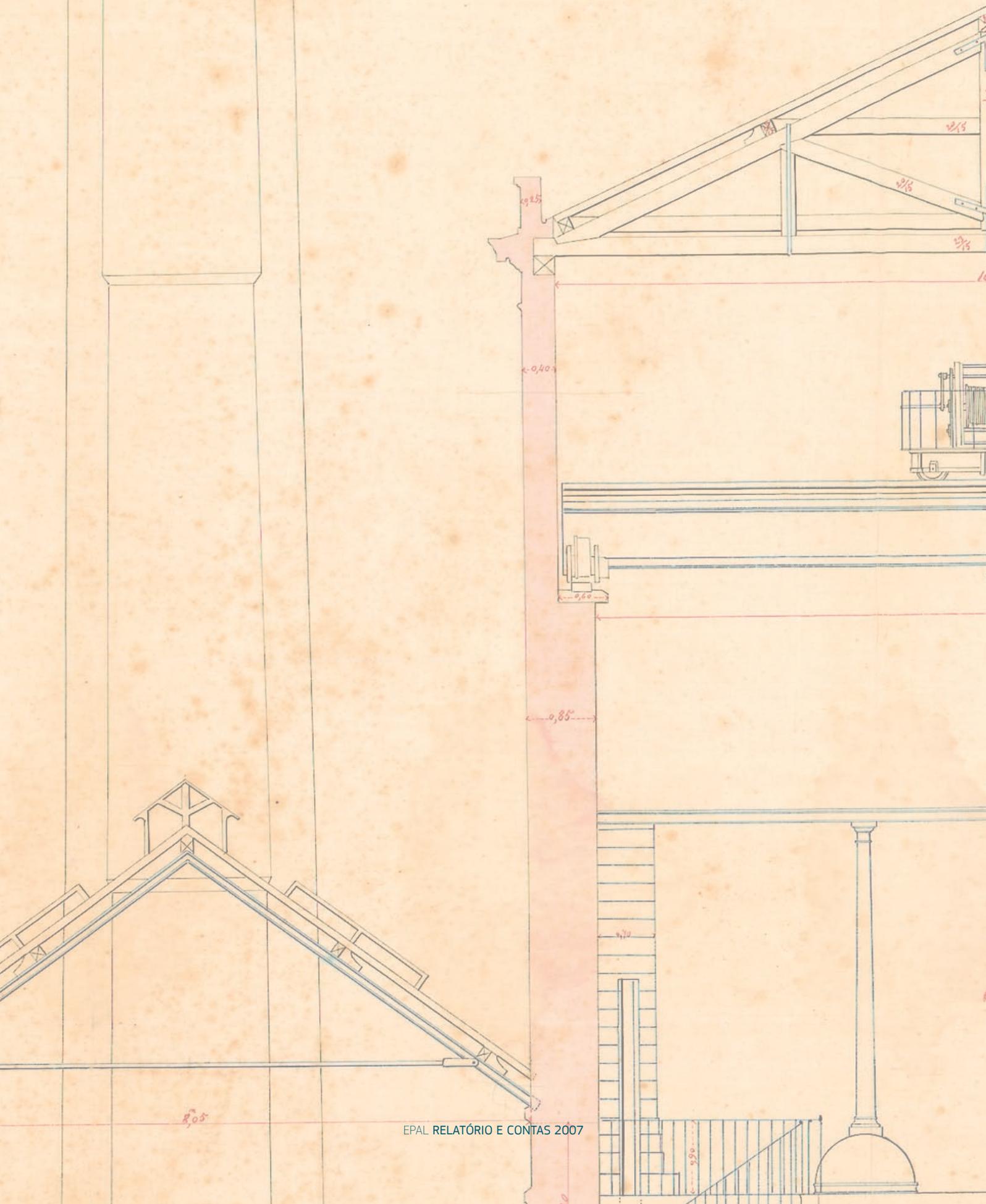
A valorização dos recursos humanos será prosseguida com a definição das competências necessárias, a melhoria geral das habilitações escolares com objectivos quantificados para os próximos três anos e o desenvolvimento de uma cultura organizacional alinhada com os objectivos estratégicos da EPAL. Nessa linha afigura-se fundamental criar planos de desenvolvimento dos colaboradores, centrados na capacidade de liderança e de gestão da mudança.

A racionalização de meios e o desenvolvimento de uma nova cultura de empresa são a base de desenvolvimento do projecto de centralização de funções no recinto dos Olivais: em 2008, ao mesmo tempo que se lança o concurso de construção do Laboratório Central, serão desenvolvidos os projectos para as instalações de outras áreas naquele recinto.

A melhoria contínua do atendimento aos clientes identificou como seu objectivo central a criação de uma carta compromisso de garantia de níveis de serviço bem como a criação de um portal de suspensões de serviço e de informação sobre a qualidade da água.

Ao celebrar os 140 anos da sua existência, será a eficiência na aplicação de todos os seus recursos financeiros, técnicos e humanos a base da afirmação da EPAL como empresa estruturante da gestão do ciclo urbano da água na área da Grande Lisboa Norte, com valor acrescentado para clientes, accionistas e afirmação de competências na gestão empresarial do sector no mercado nacional.

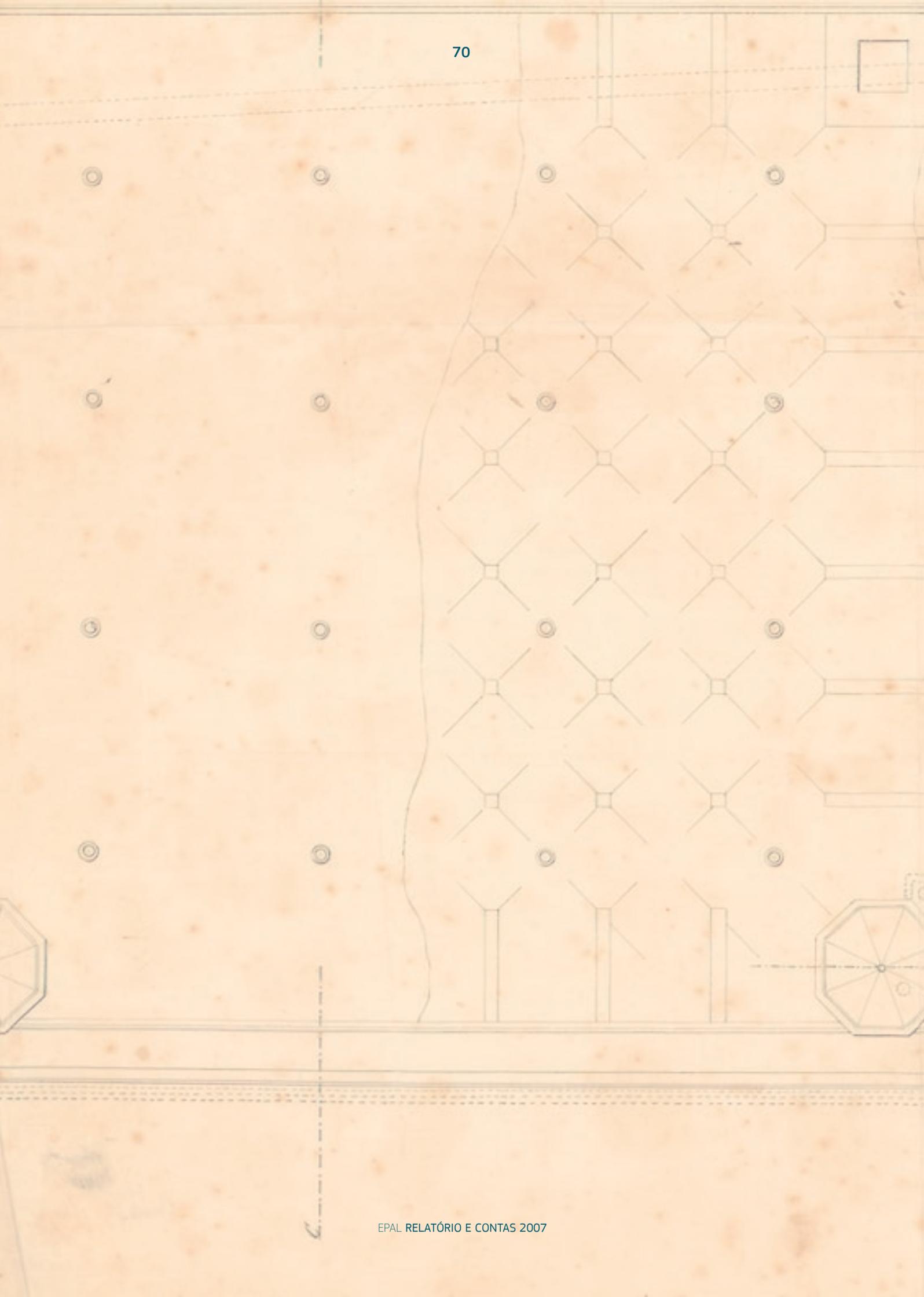




Proposta de aplicação de resultados

Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2007, no montante de €24 391 337,72 (vinte e quatro milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e sete euros e setenta e dois cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- €2 439 133,77 (dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, cento e trinta e três euros e setenta e sete cêntimos) para Reserva Legal;
- €17 073 936,40 (dezassete milhões e setenta e três mil, novecentos e trinta e seis euros e quarenta cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- €1 015 735 (um milhão, quinze mil e setecentos e trinta e cinco euros) para participação dos Trabalhadores nos Resultados;
- €3 862 532,55 (três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) para Resultados Transitados.



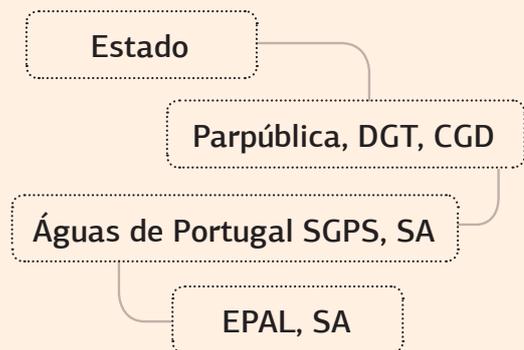
Controlo e administração da sociedade

Controlo accionista

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais públicos que tem como accionista único a Águas de Portugal, SGPS, SA, *holding* do grupo Águas de Portugal, em que a EPAL está integrada.

A Águas de Portugal foi criada em 1993, é detida, directa ou indirectamente, pelo Estado português e presta serviços a mais de sete milhões de habitantes em Portugal nas áreas do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e do tratamento de resíduos sólidos.

Controlo accionista da EPAL



Assembleia-geral

A mesa da assembleia geral da EPAL é presidida pela AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto Dias Teixeira, e tem como vice-presidente Cristina Rebelo Pereira e como secretária Alexandra Varandas, colaboradoras do Grupo Águas de Portugal.

Em 2007, a assembleia-geral reuniu-se a 22 de Março para aprovar o relatório de gestão e as contas de 2006 apresentadas pelo conselho de administração da empresa. Reuniu-se igualmente a 14 de Dezembro para deliberar sobre a celebração dos contratos de gestão previstos no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março.



Conselho de Administração

Rui Manuel de Carvalho Godinho, Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, João Manuel Lopes Fidalgo, José Alfredo Manita Vaz e António Bento Franco

A remuneração dos membros da mesa da assembleia-geral, aprovada pela Comissão de Vencimentos da empresa a 15 de Maio de 2006, é a seguinte:

Presidente	Senha de presença no valor de € 633,4
Vice-Presidente	Senha de presença no valor de € 475,0
Secretário	Senha de presença no valor de € 316,7

Conselho de administração

O conselho de administração é o órgão de administração da sociedade e é constituído por um presidente e quatro vogais eleitos para o período de 2005 a 2007.

Em 2007, o conselho de administração reuniu 43 vezes para deliberar sobre objectivos e políticas de gestão, planos de actividade e de investimentos e para assegurar a gestão corrente dos negócios sociais.

Conforme determinado no contrato de sociedade, compete à assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais. A sociedade tem, desde 1992, uma comissão de vencimentos eleita em assembleia-geral. A remuneração dos administradores não inclui componente variável.

Remuneração anual individualizada do conselho de administração da EPAL

Função	Nome	Remun.	Telefone	Viatura	Combustível	Subsídio Refeição	PPR*	Seguro Saúde	Seguro Vida
Presidente	João Manuel Lopes Fidalgo	118 230	920,46	11 989,54	2 788,66	1 397,55	6 333,75	-	2 649,11
Vogal	Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro	110 250	495,47	7 402,36	1 766,54	1 512,50	6 896,98	-	-
Vogal	José Alfredo Manita Vaz	110 250	945,11	6 734,54	2 144,95	1 512,50	6 896,98	806,65	3 193,61
Vogal	António Bento Franco	110 250	1 159,80	6 699,38	1 918,91	1 512,50	6 896,98	796,51	2 989,84
Vogal	Rui Manuel de Carvalho Godinho	110 250	853,93	8 080,08	1 995,57	1 512,50	6 896,98	-	-
Total Geral		559 230	3 548,56	40 905,9	10 614,63	7 447,55	33 921,67	16 013,16	8 832,56

* Montantes pagos entre Janeiro e Maio, mês a partir do qual deixaram de o ser

Órgão de fiscalização

A fiscalização da sociedade compete ao fiscal único António Dias Nabais, revisor oficial de contas, e a Manuel Luís Graça, suplente. Ao fiscal único foi atribuída em 2007 uma remuneração de 17 912 euros.

Conselho de impacte ambiental

Para apreciar questões associadas ao desempenho da empresa no domínio da sustentabilidade, a sociedade dispõe dum conselho consultivo presidido por Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre e em que Maria Paula Batista Antunes e Manuel Duarte Pinheiro são vogais.

Em 2007, o conselho de impacte ambiental reuniu para

apreciar questões do foro da sustentabilidade e para emitir um parecer relativo ao relatório de sustentabilidade de 2006.

A remuneração anual do conselho é de 4 427,6 euros por cada membro.

Na assembleia-geral anual de 2008 será apresentada proposta relativa à alteração da designação deste órgão estatutário, de modo a adequá-la à evolução registada nas suas atribuições. A designação proposta será a de Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Existem ainda na dependência directa do conselho de administração o Museu da Água (MDA) e o Grupo de Trabalho de Monitorização e Controlo (GMC)

Normas e regulamentos

No desenvolvimento das suas actividades, a EPAL assegura o cumprimento da legislação aplicável. A empresa rege-se pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que a transformou em sociedade anónima de capitais integralmente públicos e aprovou os seus estatutos. Rege-se, ainda, pelas normas especiais decorrentes do objecto da sociedade – produção e distribuição de água para consumo humano.

Existem quatro tipos de normas internas:

• Ordens de serviço

Documentos normativos emanados do conselho de administração e vinculativos para toda a empresa, respeitantes a assuntos que definem e regulam a estrutura e o funcionamento da organização, tais como constituição de pelouros, estrutura orgânica, delegações e subdelegações de competências, entre outros. Em 2007 foi divulgada a 6ª edição da OS-CA-002, relativa à estrutura orgânica da empresa;

• Procedimentos administrativos

Documentos normativos respeitantes a funções e a processos de natureza eminentemente administrativa. Em 2007, foram revistos treze procedimentos administrativos do Sistema de Gestão Ambiental e dois procedimentos do Sistema de

Gestão da Qualidade de clientes directos. Difundiram-se novas edições dos procedimentos de deslocações ao estrangeiro, de atribuição de automóveis, de aquisição de bens, do Plano Geral de Emergência e regras para a elaboração de documentos normativos. Foi aprovado o procedimento de controlo de combustíveis e de portagens;

• Procedimentos operativos

Documentos respeitantes a funções e a processos relativos à captação, à produção, ao tratamento, à adução, à distribuição, à medição de água e às actividades de manutenção. Foram publicadas novas edições de catorze procedimentos operativos do Sistema de Gestão Ambiental;

• Instruções de trabalho

Documentos que descrevem pormenorizadamente uma ou mais tarefas específicas dum processo. Em 2007, foram revistas 27 instruções de trabalho.

Os documentos citados podem ser consultados na *Intranet* da empresa.

Na reunião do conselho de administração de 21 de Dezembro foi aprovado o Código de Ética da empresa.

Agradecimentos

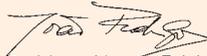
O Conselho de Administração da EPAL quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2007, designadamente:

- os clientes da EPAL, pelo reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços comercializados pela empresa;
- os colaboradores da empresa, pela dedicação e empenho que puseram no seu trabalho quotidiano;
- os titulares dos órgãos sociais, pelo bom conselho e orientação que prestaram à empresa;
- os fornecedores, pelo cumprimento escrupuloso dos contratos firmados com a empresa;
- os prestadores de serviços, pelo cumprimento tempestivo das tarefas que lhes foram cometidas;
- as seguradoras, pela confiança que depositaram nos sistemas de controlo operacional da empresa;
- os bancos, pela confiança que depositaram na estratégia e na política financeira da empresa;
- as entidades reguladoras, pelo bom conselho e orientação que prestaram à empresa;
- as entidades e serviços da Administração Pública pelo bom relacionamento mantido;
- o accionista, pela proximidade e assiduidade com que acompanhou os negócios da empresa;
- aos membros do Governo dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação, pelo interesse e pelo acompanhamento evidenciados das principais actividades da empresa.

A todos o nosso sincero agradecimento pela boa colaboração prestada.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração

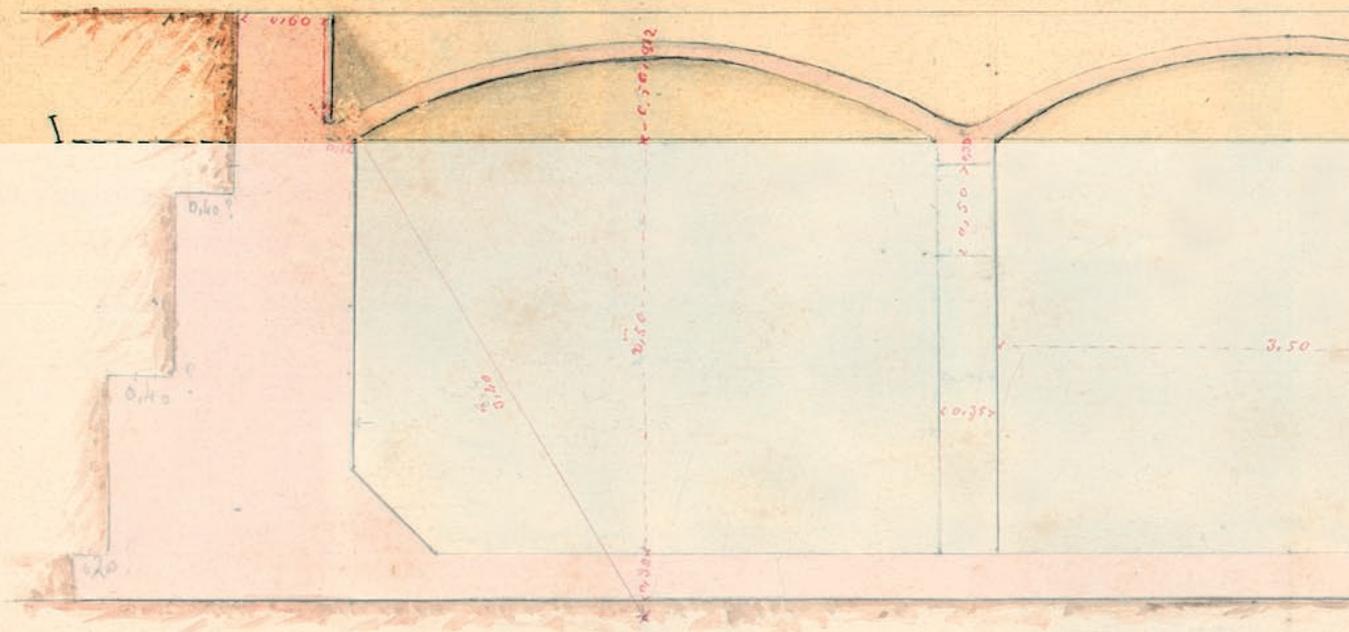

João Manuel Lopes Fidalgo
Présidente


Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro
Vogal

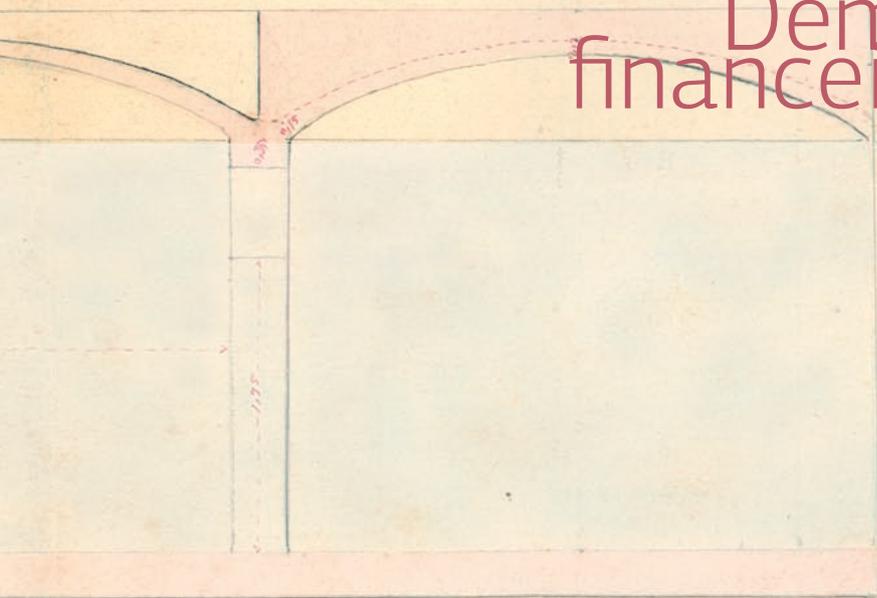

José Alfredo Manita Vaz
Vogal


António Bento Franco
Vogal


Rui Manuel de Carvalho Godinho
Vogal



Demonstrações financeiras e anexo



índice

82	Balanço
83	Demonstração dos resultados por naturezas
84	Demonstração dos resultados por funções
85	Demonstração das variações dos capitais próprios
86	Demonstração dos fluxos de caixa
87	Notas anexas às demonstrações financeiras
113	Elementos contabilísticos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC)
114	Balanço
116	Demonstração dos resultados por naturezas
117	Notas anexas às demonstrações financeiras

N.º 12

80

75.58

92.72 = J

P. 1280

109

7.18

m
1.225 2.11

Terreno

Ve

Índice das Notas Anexas

87	1 – Actividade económica da EPAL
88	2 – Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos a) Bases de apresentação; b) Imobilizações incorpóreas; c) Imobilizações corpóreas; d) Imparidade de activos; e) Activos financeiros; f) Contas a receber; g) Existências; h) Disponibilidades; i) Capital social; j) Benefícios aos empregados; k) Provisões; l) Subsídios para investimento; m) Fornecedores e outras contas a pagar; n) Impostos diferidos; o) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos; p) Dividendos a pagar; q) Reservas de reavaliação
92	3 – Políticas de gestão do risco financeiro
93	4 – Estimativas e julgamentos
93	5 – Imobilizado incorpóreo
95	6 – Imobilizado corpóreo
96	7 – Investimentos financeiros
97	8 – Impostos diferidos
98	9 – Clientes e outras contas a receber – não correntes
98	10 – Existências
98	11 – Clientes
99	12 – Estado e outros entes públicos activos
99	13 – Outros devedores
100	14 – Caixa e equivalentes de caixa
100	15 – Capital social
101	16 – Reservas e outros ajustamentos
102	17 – Provisões
102	18 – Responsabilidades com pensões
104	19 – Empréstimos bancários
104	20 – Subsídios ao investimento
105	21 – Fornecedores e outras contas a pagar
105	22 – Estado e outros entes públicos passivos
105	23 – Outros credores
105	24 – Vendas e prestação de serviços
106	25 – Custo das vendas
106	26 – Fornecimentos e serviços externos
106	27 – Custos com pessoal
107	28 – Amortizações e ajustamentos do exercício
107	29 – Provisões do exercício
108	30 – Outros custos operacionais
108	31 – Proveitos suplementares
108	32 – Outros proveitos e ganhos operacionais
108	33 – Custos financeiros
109	34 – Proveitos financeiros
109	35 – Resultados extraordinários
109	36 – Impostos
110	37 – Passivos contingentes e garantias prestadas
110	38 – Nota à demonstração dos resultados por funções

Balanço

	Notas	2007	2006
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizado incorpóreo	5	22 228	21 300
Imobilizado corpóreo	6	647 583 610	656 749 968
Investimentos financeiros	7	360 102	369 148
Impostos diferidos	8	9 829 939	11 303 607
Clientes e outras contas a receber	9	11 302 155	710 979
		669 098 033	669 155 001
Activo corrente			
Existências	10	1 223 114	1 190 293
Clientes	11	31 890 479	32 537 286
Estado e outros entes públicos	12	287 544	5 601 240
Outros devedores	13	5 841 052	3 170 141
Caixa e equivalentes de caixa	14	14 999 197	3 530 987
		54 241 385	46 029 947
Total do Activo		723 339 419	715 184 949
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	15	150 000 000	150 000 000
Reservas e outros ajustamentos	16	156 761 432	161 864 948
Resultados transitados		25 307 826	15 586 586
Resultado líquido do exercício		24 391 338	16 328 528
Total do Capital próprio		356 460 596	343 780 062
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	19 289 146	18 996 877
Responsabilidades com pensões	18	25 392 038	25 775 964
Empréstimos bancários	19	211 171 405	202 189 795
Impostos diferidos	8	8 864 243	9 657 055
Subsídios ao investimento	20	41 969 277	46 548 558
		306 686 108	303 168 249
Passivo corrente			
Empréstimos bancários	19	6 018 390	6 018 390
Fornecedores e outras contas a pagar	21	33 696 381	43 311 049
Estado e outros entes públicos	22	1 419 108	1 205 398
Outros credores	23	19 058 836	17 701 800
		60 192 715	68 236 637
Total do Passivo		366 878 823	371 404 886
Total do Passivo e Capital próprio		723 339 419	715 184 949

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos resultados (por naturezas)

	Notas	2007	2006
Vendas e prestação de serviços	24	139 968 824	137 359 980
Custo das vendas	25	(2 684 150)	(2 808 741)
Margem bruta		137 284 674	134 551 239
Fornecimentos e serviços externos	26	(36 771 381)	(37 620 821)
Custos com pessoal	27	(33 365 297)	(41 702 518)
Amortizações e ajustamentos do exercício	28	(31 918 373)	(28 317 730)
Provisões do exercício	29	(1 134 613)	(968 885)
Outros custos operacionais	30	(1 090 107)	(715 239)
Trabalhos para a própria empresa		43 254	74 592
Proveitos suplementares	31	1 868 600	1 390 356
Outros proveitos e ganhos operacionais	32	102 550	81 633
Resultados operacionais		35 019 307	26 772 628
Custos financeiros	33	(8 901 740)	(6 710 712)
Proveitos financeiros	34	419 098	233 810
Resultados correntes		26 536 664	20 295 725
Resultados extraordinários	35	5 247 869	2 969 337
Resultados antes de impostos		31 784 533	23 265 062
Imposto sobre o rendimento do exercício	36	(7 393 195)	(6 936 534)
Resultado líquido do exercício		24 391 338	16 328 528
Resultado por acção (básico e diluído)	15	0,81	0,54

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos resultados (por funções)

	Notas	2007	2006
Vendas e prestações de serviços	24	139 968 824	137 359 980
Custo das vendas e prestações de serviços		(36 397 404)	(35 201 821)
Resultados brutos		103 571 420	102 158 160
Outros proveitos operacionais		3 425 015	2 518 624
Custos distribuição		(31 321 136)	(31 334 385)
Custos administrativos		(29 807 750)	(38 631 587)
Outros custos e perdas operacionais		(5 357 032)	(4 800 479)
Resultados operacionais		40 510 516	29 910 333
Rendimentos de participação de capital			
Perdas relativas a empresas interligadas			(15 025)
Resultados de partes de capital			(15 025)
Rendimentos de outros investimentos			
Perdas relativas a outros investimentos		(335 342)	(182 143)
Resultados de outros Investimentos		(335 342)	(182 143)
Custo líquido do financiamento			
Perdas financeiras		(8 527 602)	(6 497 850)
Custo líquido do financiamento		(8 527 602)	(6 497 850)
Resultados correntes		31 647 572	23 215 315
Imposto sobre os resultados correntes	38	(7 256 234)	(6 886 787)
Resultado líquido do exercício		24 391 338	16 328 528
Resultado por acção	15	0,81	0,54

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração das variações dos capitais próprios

Rubricas	Capital	Ajustam partes cap.	Reserva de reaval.	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado exercício	Total
1 de Janeiro de 2006	150 000 000	(4 064)	118 164 897	23 213 483	22 171 377	8 572 938	23 787 526	345 906 158
Aplicação de resultados de 2005	-	-	-	2 378 753	-	21 408 774	(23 787 526)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(976 407)	-	(976 407)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(17 840 645)	-	(17 840 645)
Realização de reservas reavaliadas no exercício de 2006	-	-	(4 968 456)	-	-	4 968 456	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2006	-	-	546 530	-	-	(546 530)	-	-
Efeito da alteração da taxa de imposto no saldo de impostos diferidos relativos a reavaliações não realizadas	-	-	362 428	-	-	-	-	362 428
Resultado do exercício de 2006	-	-	-	-	-	-	16 328 528	16 328 528
31 de Dezembro de 2006	150 000 000	(4 064)	114 105 399	25 592 236	22 171 377	15 586 585	16 328 528	343 780 062
Aplicação de resultados de 2006	-	-	-	1 632 853	-	14 695 675	(16 328 528)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(941 221)	-	(941 221)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(10 769 583)	-	(10 769 583)
Reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2007 (Nota 16)	-	-	(7 527 889)	-	-	7 527 889	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2007 (Nota 16)	-	-	791 520	-	-	(791 520)	-	-
Resultado do exercício de 2007	-	-	-	-	-	-	24 391 338	24 391 338
31 de Dezembro de 2007	150 000 000	(4 064)	107 369 030	27 225 089	22 171 377	25 307 826	24 391 338	356 460 596

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
 Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
 José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
 António Bento Franco, *Vogal*
 Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2007	2006
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		174 011 002	169 573 568
Pagamentos a fornecedores		(40 850 723)	(44 900 044)
Pagamentos ao pessoal		(34 712 342)	(35 163 499)
Fluxo gerado pelas operações		98 447 937	89 510 026
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(7 266 099)	(11 361 617)
Outros recebimentos/pagamentos relativos actividade operacionais		(9 861 064)	(14 921 813)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(17 127 163)	(26 283 430)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		159 384	43 807
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(420 177)	(466 342)
		(260 793)	(422 535)
Fluxo de actividades operacionais (1)		81 059 981	62 804 061
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		467 224	27 213
Juros e proveitos similares		401 803	233 717
		869 027	260 930
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(345 853)	(192 143)
Imobilizações corpóreas		(59 893 385)	(68 971 952)
Imobilizações incorpóreas		(1 391)	
		(60 240 630)	(69 164 095)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(59 371 603)	(68 903 165)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	19	15 000 000	33 000 000
		15 000 000	33 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	19	(6 018 390)	(5 396 700)
Juros e custos similares		(8 432 195)	(6 264 341)
Dividendos		(10 769 583)	(17 840 645)
		(25 220 168)	(29 501 685)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(10 220 168)	3 498 315
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		11 468 210	(2 600 789)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	3 530 987	6 131 776
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	14 999 197	3 530 987
Variações de caixa e seus equivalentes		11 468 210	(2 600 789)

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2007.

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Notas anexas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

1. Actividade económica da EPAL

1.1 Introdução

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“EPAL” ou “Empresa”).

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Actividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 23 municípios da Região da Grande Lisboa.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral das Actividades Económicas.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora reportadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 12 de Fevereiro de 2008. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da EPAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL do exercício de 2007, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das variações do capital próprio e respectivas notas anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com excepção da derrogação da Directriz Contabilística nº 19 decorrente da Empresa ter adoptado, em anos anteriores, a metodologia "corridor", prevista na IAS 19, para registo das suas responsabilidades com o Plano de Benefícios Pós-Emprego (Nota 2)).

O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e a demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos naquelas datas, são apresentados com base num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, sendo as notas anexas apresentadas numa ordem sequencial de balanço e de demonstração dos resultados, contendo, contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, as informações requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade, ascendendo, o total do activo e do capital próprio, em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, a montante igual àqueles que resultam da apresentação do balanço e da demonstração de resultados por naturezas de acordo com o formato requerido pelo Plano Oficial de Contabilidade, os quais são também apresentados em anexo na secção "Elementos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade".

A demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, foi preparada com base numa metodologia de determinação da natureza dos fluxos, distinta da utilizada em anos anteriores. Nessa sequência e para fins comparativos, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi re-expressa, em conformidade com a nova metodologia.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adoptar pela EPAL, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

Salvo indicação contrária, todos os valores são expressos em Euros.

b) Imobilizações incorpóreas

O valor inscrito na rubrica "Imobilizações incorpóreas" inclui: i) o montante de 21.300 Euros, relativo a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL, que por se tratar de um direito de uso ilimitado, não é sujeito a amortização; e ii) o montante de 928 Euros, relativo a uma patente, que se encontra a ser amortizada pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil estimado dos bens a que respeitam (Nota 6).

As taxas utilizadas correspondem, de um modo geral, às taxas máximas fiscalmente permitidas e são as que seguem:

Naturezas	Intervalos de taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	2% - 25%
Equipamento de transporte	6,2% - 25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 25%
Taras e vasilhame	14,28%
Outras imobilizações corpóreas	6,66% - 12,5%

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica "Equipamento Básico", são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Refira-se ainda, que a utilização da referida taxa de amortização foi, para efeitos fiscais, autorizada pela DGCI.

As despesas com conservação corrente são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

As imobilizações corpóreas constantes em balanço, ainda que não totalmente depreciadas, serão considerados como custo do exercício se não for expectável que sejam obtidos benefícios económicos futuros provenientes da utilização ou alienação desses activos. Sempre que a quantia contabilística for superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu ajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em "Reserva de Reavaliações" é transferido para "Resultados Transitados".

d) Imparidade de activos fixos

Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos para venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado activo, o mesmo deverá ser agregado com outros activos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (Unidade geradora de caixa).

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados no exercício em que se verificam as condições para o seu registo, sendo anualmente acrescida ou revertida, total ou parcialmente, sempre que as condições que originaram o seu registo inicial se tenham alterado ou deixem de se verificar.

e) Activos financeiros

Empresas do grupo e associados

Os investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas são registados ao custo e valorizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, os ganhos e perdas obtidas por estas sociedades são registados, pela parte proporcional detida, como resultados financeiros.

Outros investimentos

Outros investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

f) Contas a receber

Os ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (Nota 11).

g) Existências

As existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Essas existências estão valorizadas ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. Quando o valor realizável líquido é inferior ao respectivo valor de balanço, são registados ajustamentos pela diferença.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

h) Disponibilidades

As disponibilidades incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 1 ano (três meses, no caso da demonstração dos fluxos de caixa) e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado.

i) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

j) Benefícios aos empregados – Pensões

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores (benefícios definidos), que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do plano de benefícios em vigor são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os custos relativos a estas responsabilidades são reconhecidos em conformidade com o *International Accounting Standard 19* (Nota 18).

k) Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de

determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

l) Subsídios para investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de imobilizações corpóreas são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados numa base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos activos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

m) Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a receber no curto prazo.

n) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de reversão do imposto diferido. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm como contrapartida as mesmas rubricas onde as transacções ou eventos que lhe deram origem foram registados. O valor da rubrica "Reserva de reavaliação" inscrita no capital próprio encontra-se líquida do correspondente passivo por imposto diferido (Nota 16).

Não são efectuadas compensações entre impostos diferidos activos e passivos.

o) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e o rédito é reconhecido como segue:

Venda de água e quota de serviço

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os proveitos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são facturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido um acréscimo de proveitos pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos (Nota 11).

Encargos financeiros

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como custo do exercício em que se vencem, mesmo quando os empréstimos visam financiar a aquisição de imobilizado (Nota 23).

Outros proveitos e custos

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos.

p) Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar são reconhecidos no exercício em que são aprovados em Assembleia-Geral de Accionistas.

q) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica "Reservas de Reavaliação" são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (Nota 6) e anualmente transferidos para a rubrica "Resultados transitados", na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

Factores do risco financeiro

As actividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A EPAL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A EPAL efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Dado que a EPAL não possui activos com remuneração significativa, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro da EPAL advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a EPAL ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a EPAL ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da EPAL é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EPAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Imparidade de activos

À data da apresentação das demonstrações financeiras da EPAL relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados.

5. Imobilizado incorpóreo

O imobilizado incorpóreo no montante de 22.288 Euros, respeita essencialmente a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL, no valor de 21.300 Euros. Por se tratar de um direito de uso ilimitado, o mesmo não é sujeito a amortização.

	2007	2006
Propriedade industrial e outros direitos	22 228	21 300
	22 228	21 300

Os movimentos ocorridos no imobilizado incorpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2007 foram como segue:

Rubricas	2006	Aumentos	Transfer.	Abates e alienações	2007
Imobilizado bruto					
Propriedade Industrial e outros direitos	21 300	1 391	-	-	22 692
	21 300	1 391	-	-	22 692
Amortizações acumuladas					
Propriedade Industrial e outros direitos	-	464	-	-	464
	-	464	-	-	464

6. Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo líquido de amortizações, tem a seguinte composição:

	2007	2006
Terrenos e recursos naturais	49 869 219	49 247 566
Edifícios e outras construções	43 684 298	27 337 027
Equipamento básico	516 187 645	500 763 655
Equipamento de transporte	3 515	5 911
Ferramentas e utensílios	1 042 121	1 348 860
Equipamento administrativo	1 594 142	1 303 798
Taras e vasilhames	748	1 095
Outras imobilizações corpóreas	2 019 150	2 489 221
Imobilizações em curso	32 027 635	74 252 834
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1 155 135	
	647 583 610	656 749 968

No final do exercício de 2007, a rubrica "Equipamento básico" incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante 10.573.336 Euros.

Os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2007 foram como segue:

Rubricas	2006	Aumentos	Transfer.	Diminuições	2007
Imobilizado bruto					
Terrenos e recursos naturais	49 247 566	-	932 266	(310 612)	49 869 219
Edifícios e outras construções	98 059 427	-	20 411 685	(1 576 048)	116 895 064
Equipamento básico	874 914 831	386 266	52 005 946	(19 715 236)	907 591 807
Equipamento de transporte	1 655 748	-	-	-	1 655 748
Ferramentas e utensílios	10 084 654	283 637	-	(91 444)	10 276 847
Equipamento administrativo	15 860 099	233 232	618 500	(34 335)	16 677 495
Taras e vasilhame	8 134	-	-	-	8 134
Outras imobilizações corpóreas	10 361 334	38 111	149 781	(6 745)	10 542 481
Imobilizações em curso	74 252 834	31 892 978	(74 118 178)	-	32 027 635
Adiantam. conta de imob. corp.	-	1 155 135	-	-	1 155 135
	1 134 444 628	33 989 358	-	(21 734 420)	1 146 699 566

Rubricas	2006	Aumentos	Transfer.	Diminuições	2007
Amortizações acumuladas					
Edifícios e outras construções	70 722 400	3 755 663	-	(1 267 297)	73 210 766
Equipamento básico	374 151 176	24 883 121	-	(7 630 135)	391 404 162
Equipamento de transporte	1 649 837	2 396	-	-	1 652 233
Ferramentas e utensílios	8 735 794	565 517	-	(66 584)	9 234 726
Equipamento administrativo	14 556 301	561 387	-	(34 335)	15 083 353
Taras e vasilhame	7 040	346	-	-	7 386
Outras imobilizações corpóreas	7 872 113	657 963	-	(6 745)	8 523 331
	477 694 661	30 426 392	-	(9 005 097)	499 115 956
		(Nota 28)			

A rubrica "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores.

Os aumentos ocorridos no exercício de 2007 no Imobilizado corpóreo, ascenderam a, aproximadamente, 34 milhões de Euros, e respeitam, essencialmente, a obras de ampliação do Sistema de Castelo de Bode e ao reforço do abastecimento do Concelho de Mafra.

A redução da rubrica "Imobilizações em curso", no montante de, aproximadamente, 74,1 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão, no decurso do exercício de 2007, de parte das obras relacionadas com a ampliação do Sistema de Castelo de Bode.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Imobilizações em curso" respeita, essencialmente, a obras destinadas ao reforço do abastecimento do Concelho de Mafra.

As diminuições ocorridas no exercício de 2007 no Imobilizado corpóreo, no montante de, aproximadamente, 12,7 milhões de Euros (líquido de amortizações acumuladas no montante de, aproximadamente, 9 milhões de Euros) respeitam, essencialmente, ao registo da alienação de activos fixos relacionados com os Subsistemas de Abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço (Nota 9).

Reavaliações

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas, em anos anteriores, ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2007, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b) (Nota 16)	Valores Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	12 355 399	33 042 006	45 397 405
Edifícios e outras construções	6 857 342	4 373 575	11 230 917
Equipamento básico	99 430 160	78 766 273	178 196 433
	118 642 901	116 181 854	234 824 755

a) Líquidos de amortizações b) Englobam as sucessivas reavaliações

7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os investimentos financeiros eram como segue:

	2007	2006
Partes de capital em empresas do grupo	250 000	250 000
Partes de capital em outras empresas participadas	1 370	5 013 150
Títulos e outras aplicações financeiras	108 732	109 172
Ajustamentos a investimentos financeiros	-	(5 003 174)
	360 102	369 148

Empresas do grupo

As participações em empresas do grupo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, e os respectivos capitais próprios e resultados eram os seguintes, à data de 31 de Dezembro de 2007:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
					a)		
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	238 171	(26 854)	250 000	-	250 000

a) corresponde a prestações acessórias

Em 31 de Dezembro de 2007, esta subsidiária apresentava capitais próprios negativos, no montante de 38.313 Euros, excluindo prestações acessórias. Ao abrigo do normativo contabilístico aplicável, a EPAL cessou a utilização do método da equivalência patrimonial no momento em que as perdas acumuladas da associada excederam o valor do investimento financeiro em balanço.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros. Ambas as sociedades celebraram, em 1993, um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, SA, por meio do qual a sociedade Clube de Golfe prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior, a Supergolf resolveu o contrato-promessa e, para apuramento de eventuais responsabilidades advenientes do termo do mesmo, foi constituído por iniciativa da Supergolf, em 2006, novo Tribunal Arbitral estando, nesta data, a correr termos a respectiva acção proposta contra a EPAL e o Clube de Golfe.

Participadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os investimentos financeiros em outras participações eram como segue:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Ambelis	Lisboa	0,7%			1 370	-	1 370
					1 370	-	1 370

Títulos e outras aplicações de tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a Empresa detinha os seguintes títulos:

	2007	2006
Valores à ordem dos tribunais	108 072	89 415
OT's	660	18 428
FIP's	-	1 328
	108 732	109 172

Movimentos ocorridos durante o exercício

Os movimentos ocorridos em investimentos financeiros e respectivos ajustamentos, foram como segue:

	2006	Reforços	Reduções	2007
Partes de capital em empresas do grupo	250 000	-	-	250 000
Partes de capital em outras empresas participadas	5 013 150	335 342	(5 347 122)	1 370
Títulos e outras aplicações financeiras	109 172	511	(951)	108 732
Ajustamentos a investimentos financeiros (Nota 33)	(5 003 174)	(335 342)	5 338 516	-
	369 148	511	(9 557)	360 102

O reforço em "Partes de capital em outras empresas participadas" respeitou à participação da EPAL na subscrição e realização de aumento de capital da Prolagos, a qual foi integralmente objecto de ajustamento durante o exercício.

A redução em "Partes de capital em empresas do grupo" resultou essencialmente da alienação, durante 2007, das participações financeiras na Prolagos e na Shore que, à data da alienação, ascendiam a 5.307.016 Euros e 31.500 Euros (Nota 35), respectivamente, e as quais se encontravam integralmente ajustadas.

8. Impostos diferidos

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de Imposto prevista no Orçamento do Estado para 2008 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada de imposto de 26,5%

Os movimentos no exercício de 2007 nas rubricas de impostos diferidos foram os seguintes:

Rubrica	2006	Aumento	Reversão	2007
Provisões acima dos limites fiscais	40 688 258	7 777 921	(12 921 978)	35 544 201
Reposição de proveitos tributados	1 966 861	-	(416 953)	1 549 908
Base de incidência	42 655 119	7 777 921	(13 338 931)	37 094 109
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	10 663 780	1 944 480	(3 334 733)	9 273 527
Derrama (1,5%)	639 827	116 669	(200 084)	556 412
Activos por impostos diferidos	11 303 607	2 061 149	(3 534 817)	9 829 939
Reavaliação de activos imobilizados	36 242 807	-	(2 986 868)	33 255 939
Valor líquido das mais-valias reinvestidas	198 912	-	(4 877)	194 035
Base de incidência	36 441 719	-	(2 991 745)	33 449 974
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	9 110 430	-	(747 936)	8 362 493
Derrama (1,5%)	546 626	-	(44 876)	501 750
Passivos por impostos diferidos	9 657 055	-	(792 812)	8 864 243

9. Clientes e outras contas a receber – não correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos desta rubrica, nos montantes de 11.302.155 Euros e 710.979 Euros, respectivamente, correspondem a dívidas de médio e longo prazo de "Outros devedores". O aumento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2007 encontra-se relacionado com o registo, no exercício de 2007, da alienação de activos fixos (Nota 6). Esta conta a receber apresenta um plano de reembolso anual, durante 27 anos, encontrando-se as prestações sujeitas a actualização anual.

10. Existências

No final dos exercícios de 2007 e 2006, os saldos desta rubrica, nos montantes de 1.223.114 Euros e 1.190.293 Euros, respectivamente, compreendiam exclusivamente matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

11. Clientes

A composição da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007	2006
Clientes c/c	20 635 621	22 449 544
Clientes de cobrança duvidosa	4 774 764	2 741 795
Ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa	(3 477 453)	(2 076 701)
Subtotal clientes	21 932 932	23 114 637
Acréscimo de proveitos relativo a consumos de água por facturar	7 889 743	7 373 361
Acréscimo de proveitos relativo a quota de serviço por facturar	1 972 240	1 941 492
Acréscimo de proveitos relativo a serviços prestados por facturar	95 564	107 796
	31 890 479	32 537 286

Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos registados nos saldos de clientes de cobrança duvidosa e respectivos ajustamentos no exercício de 2007, foram os seguintes:

	2006	Aumentos	Diminuições	2007
Clientes de cobrança duvidosa	2 741 795	2 162 356	(129 387)	4 774 764
Ajustamentos a clientes de cobrança duvidosa (Notas 28 e 32)	(2 076 701)	(1 481 220)	80 468	(3 477 453)
	665 093	681 137	(48 919)	1 297 311

O reforço verificado nos saldos e ajustamentos relativos a clientes de cobrança duvidosa decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de clientes.

Relativamente às diminuições, estas resultam essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.

O saldo de clientes de cobrança duvidosa, no valor de 4.774.764 Euros, é composto por 3.477.453 Euros cujo risco de incobrabilidade pertence à Empresa e se encontra integralmente provisionado e por 1.297.311 Euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

12. Estado e outros entes públicos activos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos devedores do Estado e Outros Entes Públicos, eram compostas como segue:

	2007	2006
IRC		
Estimativa de IRC	(6 712 340)	-
Pagamentos por conta	6 915 096	-
Retenções na fonte	83 043	-
Subtotal IRC	285 800	-
IVA a receber	1 744	5 601 240
	287 544	5 601 240

13. Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a composição da rubrica de outros devedores é a seguinte:

	2007	2006
Empresas do grupo	1 343 246	1 333 246
Pessoal	31 521	60 148
Outros devedores diversos	3 918 306	1 059 636
Ajustamentos a outros devedores de cobrança duvidosa	(623 124)	(634 907)
Subtotal	4 669 949	1 818 122
Outros acréscimos de proveitos	74 083	35 070
Custos diferidos relativos a seguros liquidados	593 247	901 093
Outros custos diferidos	503 772	415 855
	5 841 052	3 170 141

Empresas do grupo

O valor registado na rubrica empresas do grupo refere-se exclusivamente a suprimentos concedidos ao Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.

Movimentos ocorridos relativos a ajustamentos para outros devedores de cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos no ano são como segue:

	2007	2006
Saldo inicial	634 907	614 395
Reforço / Dotações do exercício (Nota 28)	10 298	31 383
Reversão (Nota 32)	(22 082)	(10 871)
Saldo final	623 124	634 907

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Caixa	36 037	26 050
Depósitos bancários	3 963 160	3 504 937
Subtotal	3 999 197	3 530 987
Outras aplicações de tesouraria	11 000 000	-
	14 999 197	3 530 987

15. Capital social

O capital social no montante de 150.000.000 Euros é constituído por 30.000.000 acções de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Accionistas

À data de 31 de Dezembro de 2007, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Resultado por acção

	2007	2006
Resultado líquido do exercício	24 391 338	16 328 528
Número médio de acções	30 000 000	30 000 000
Resultado por acção (básico e diluído)	0,81	0,54

16. Reservas e outros ajustamentos

Em 31 de Dezembro de 2007 as reservas e outros ajustamentos eram como segue:

	2007	2006
Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas	(4 064)	(4 064)
Reserva de reavaliação	107 369 030	114 105 399
Reserva legal	27 225 089	25 592 236
Reservas livres	22 171 377	22 171 377
	156 761 432	161 864 948

Observação: ver em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios.

A variação ocorrida na rubrica Reservas de Reavaliação durante o exercício de 2007 foi como se segue:

	2006	Transferências	Outros	2007
Reservas de reavaliação				
Constituição das reservas de reavaliação	256 514 383	-	-	256 514 383
Realização das reservas de reavaliação	(132 804 640)	(7 527 889)	-	(140 332 529)
(Nota 6)	123 709 743	(7 527 889)	-	116 181 854
Impostos diferidos associados				
Constituição dos impostos diferidos	(21 042 483)	-	-	(21 042 483)
Realização dos impostos diferidos	11 438 139	791 520	-	12 229 659
(Nota 8)	(9 604 344)	791 520	-	(8 812 824)
Valor líquido das reservas de reavaliação	114 105 399	(6 736 369)	-	107 369 030

Transferências: Os montantes incluídos nas colunas de "transferências" respeitam à transferência para a rubrica de "Resultados transitados" da parcela de reservas de reavaliação realizadas pela amortização, alienação ou abate dos activos fixos correspondentes, e respectivos impostos diferidos, durante o exercício de 2007.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 22 de Março de 2007, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, no montante de 16.328.528 Euros, da seguinte forma:

Transferência:

Para reservas legais	1 632 853
Para resultados transitados	2 984 871
	<u>4 617 724</u>

Distribuição:

De dividendos	10 769 583
De lucros ao pessoal	941 221
	<u>11 710 804</u>
	<u>16 328 528</u>

17. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a composição das provisões é a seguinte:

	2007	2006
Processos judiciais em curso	8 430 553	7 377 774
Acidentes de trabalho	255 346	230 357
Outros riscos e encargos	10 603 246	11 388 746
	<u>19 289 146</u>	<u>18 996 877</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Provisões" no exercício de 2007 detalha-se como segue:

	2006	Aumentos (Nota 29)	Reduções (Nota 35)	2007
Processos judiciais em curso	7 377 774	1 124 613	(71 834)	8 430 553
Acidentes de trabalho	230 357	24 989	-	255 346
Outros riscos e encargos	11 388 746	10 000	(795 500)	10 603 246
	<u>18 996 877</u>	<u>1 159 602</u>	<u>(867 334)</u>	<u>19 289 146</u>

A Empresa fez uma revisão cuidadosa e completa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, a Empresa considera que o montante reflectido na rubrica "Provisões", que em 31 de Dezembro de 2007 ascendia a 19.289.146 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

O valor total da coluna "Aumentos", de 1.159.602 Euros, engloba 1.134.613 Euros registados em resultados como provisões do exercício (Nota 29) e 24.989 Euros registados em custos com pessoal.

18. Responsabilidades com pensões

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela Empresa.

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo.

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de benefícios sociais eram as seguintes:

Varição nas responsabilidades	2007	2006
Responsabilidades do início do período	95 464 704	95 475 448
Custo dos serviços correntes	2 298 000	2 262 000
Custos dos juros	4 395 000	4 394 000
(Ganhos)/Perdas actuariais	(8 321 670)	(909 708)
Benefícios pagos	(5 438 212)	(5 757 036)
Responsabilidades no fim do período	88 397 822	95 464 704

As responsabilidades indicadas no quadro acima foram calculadas com base nos seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	2007	2006
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de desconto	5,25%	4,75%
Taxa anual de rendimento	5,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2,50%	2,50%

A evolução dos activos do Fundo foi a seguinte:

Fundo de pensões	2007	2006
Valor no início do período	45 960 297	41 383 875
Retorno efectivo	1 714 685	2 576 422
Contribuição da EPAL	2 593 857	3 726 602
Benefícios pagos	(1 813 857)	(1 726 602)
Valor no fim do período	48 454 982	45 960 297

Em complemento aos activos do Fundo, a 31 de Dezembro de 2007, a Empresa tem reconhecido, no passivo, uma provisão para responsabilidades com pensões, no montante de 25,4 milhões de euros.

A situação global pode ser resumida no quadro seguinte:

	2007	2006
Responsabilidades no fim do período	88 397 822	95 464 704
Valor dos activos no fim do período	48 454 982	45 960 297
Provisão para pensões	25 392 038	25 775 964
Perdas actuariais diferidas	14 550 802	23 728 443
Prior service cost	2 251 036	2 650 036
Perdas enquadráveis no limite de 10% - "corredor"	8 839 782	9 546 470
Perdas em excesso ao corredor	3 459 984	11 531 937

O decréscimo das perdas actuariais diferidas no exercício de 2007 resulta, essencialmente, do efeito do aumento da taxa de desconto. O custo global com benefícios pós-emprego ascendeu, em 2007, a 5.834.286 Euros, como segue:

	2007	2006
Custo dos serviços correntes	2 298 000	2 262 000
Custo dos juros	4 395 000	4 393 000
Retorno esperado dos activos	(2 199 000)	(1 978 000)
Reconhecimento do prior service cost	399 000	9 236 000
Reconhecimento de perdas actuariais diferidas	941 286	1 136 000
Custo do período (Nota 27)	5 834 286	15 049 000

As perdas actuariais diferidas que excederam o limite de 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, encontram-se a ser reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população activa e a idade de reforma.

Na sequência do processo de alteração ao actual Plano de Pensões e continuando a ser objectivo da Empresa reforçar o nível de financiamento do seu Plano de Pensões, o Conselho de Administração decidiu realizar durante o ano de 2007, mais uma contribuição financeira robusta para o Fundo, no montante de 2,6 milhões de Euros.

19. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 detalham-se como segue:

	2007				2006			
	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total ML prazo 2007	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total ML prazo 2006
Banco Europeu do Investimento (BEI)	6 018 390	43 335 556	167 835 849	211 171 405	6 018 390	38 251 752	163 938 043	202 189 795

Durante o exercício de 2007, a Empresa efectuou ainda, pontualmente e por prazos muito curtos, utilizações diversas de papel comercial que, globalmente, ascenderam a 27.900.000,00 Euros e que foram integralmente reembolsadas ainda durante o ano de 2007. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2007, estes movimentos foram apresentados de forma compensada.

20. Subsídios ao investimento

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o passivo relativo a subsídios ao investimento detalha-se como segue:

	2007	2006
Subsídios ao investimento	82 884 731	87 798 859
Proveitos reconhecidos	(40 915 455)	(41 250 301)
	41 969 277	46 548 558

A variação verificada entre os dois exercícios, no valor de 4.579.281 Euros (Nota 35), refere-se ao reconhecimento anual em resultados dos subsídios ao investimento, na mesma proporção em que os activos subsidiados utilizados pela Empresa são amortizados e ainda a regularizações (Nota 35).

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a composição dos saldos de fornecedores e outras contas a pagar é a seguinte:

	2007	2006
Fornecedores c/c	24 867 155	21 117 867
Fornecedores facturas em recepção e conferência	24 301	217 664
Fornecedores de imobilizado	7 279 530	20 452 879
Acréscimos de custos	1 525 394	1 522 639
	33 696 381	43 311 049

22. Estado e outros entes públicos passivos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos credores do Estado e outros entes públicos são como segue:

	2007	2006
IRC		
Estimativa de IRC	-	9 138 175
Pagamentos por conta	-	(8 674 124)
Retenções na fonte	-	(59 130)
Subtotal IRC	-	404 921
IVA	586 276	-
IRS	304 047	289 542
Segurança Social	517 230	498 985
Imposto de selo	11 555	11 950
	1 419 108	1 205 398

23. Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os saldos com outros credores são como segue:

	2007	2006
Câmara Municipal de Lisboa		
Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	12 472 643	11 354 736
Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1 400 710	1 227 892
Férias e subsídio de férias	3 682 061	3 751 693
Juros a pagar	1 214 738	1 090 453
Seguros a liquidar	130 864	125 605
Pessoal	4 092	4 092
Credores diversos	153 728	147 329
	19 058 836	17 701 800

24. Vendas e prestação de serviços

Nos exercícios de 2007 e 2006, as vendas e as prestações de serviços detalham-se como segue:

Mercado Nacional	
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2007	
Vendas de água e quota de serviço	137 376 839
Prestação de Serviços	2 591 985
	139 968 824
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	
Vendas de água e quota de serviço	134 424 191
Prestação de Serviços	2 935 789
	137 359 980

25. Custo das vendas

Nos exercícios de 2007 e 2006, o custo das vendas detalha-se como segue:

	2007	2006
Existências Iniciais	1 190 293	1 248 442
Compras	2 715 784	2 741 069
Regularização de existências (Nota 35)	1 186	9 523
Existências finais	1 223 114	1 190 293
	2 684 150	2 808 741

26. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2007 e 2006, os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	2007	2006
Electricidade	8 994 745	8 855 666
Conservação e reparação	7 566 213	8 587 755
Trabalhos especializados	6 356 580	6 659 741
Comunicação	1 397 289	1 349 259
Rendas e alugueres	1 282 974	1 218 429
Seguros	1 276 035	1 162 401
Subcontratos	1 046 447	1 083 742
Combustíveis	520 760	520 233
Outros FSE's	8 330 339	8 183 595
	36 771 381	37 620 821

27. Custos com pessoal

Nos exercícios de 2007 e 2006, os custos com pessoal detalham-se como segue:

	2007	2006
Remunerações	20 895 664	20 300 548
Plano Pós-emprego (Nota 18)	5 834 286	15 049 000
Outros	6 635 348	6 352 970
	33 365 297	41 702 518

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais durante o exercício de 2007, foram as seguintes:

Conselho de Administração	716.523
Revisor Oficial de Contas	<u>17.912</u>
	<u>734.435</u>

Número médio de colaboradores

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	2007	2006
Órgãos sociais	4	4
Trabalhadores efectivos e outros	815	813
	819	817

28. Amortizações e ajustamentos do exercício

Nos exercícios de 2007 e 2006, as amortizações e os ajustamentos do exercício detalham-se como segue:

	2007	2006
Amortizações de imobilizado corpóreo (Nota 6)	30 426 392	27 899 007
Amortizações de imobilizado incorpóreo (Nota 5)	464	-
Ajustamentos a saldos de clientes (Nota 11)	1 481 220	387 341
Ajustamentos a saldos de outros devedores (Nota 13)	10 298	31 383
	31 918 373	28 317 730

29. Provisões do exercício

Nos exercícios de 2007 e 2006, as provisões do exercício foram como segue:

	2007	2006
De processos judiciais	1 124 613	768 385
De outros riscos e encargos	10 000	200 500
(Nota 17)	1 134 613	968 885

30. Outros custos operacionais

Nos exercícios de 2007 e 2006, os outros custos operacionais tinham a composição que segue:

	2007	2006
Impostos e taxas	1 008 739	692 213
Outros custos operacionais	81 368	23 026
	1 090 107	715 239

31. Proveitos suplementares

Nos exercícios de 2007 e 2006, os proveitos suplementares foram como segue:

	2007	2006
Assistência técnica relativa ao Aquamatrix	840 387	273 317
Tarifa de saneamento	319 623	316 356
Análises laboratoriais	146 746	155 985
Cadernos de encargos	141 050	77 800
Rendas relativas a espaços	99 070	88 146
Apoio legal em expropriações	67 514	87 823
Royalties	64 867	86 345
Serviços sociais	12 204	11 869
Reparação de contadores	3 337	54 797
Outros	173 802	237 919
	1 868 600	1 390 356

32. Outros proveitos e ganhos operacionais

Nos exercícios de 2007 e 2006, os outros proveitos e ganhos operacionais detalham-se como segue:

	2007	2006
Reversões de ajustamentos a clientes (Nota 11)	80 468	70 763
Reversões de ajustamentos a outros devedores (Nota 13)	22 082	10 870
	102 550	81 633

33. Custos financeiros

Nos exercícios de 2007 e 2006, os custos financeiros tinham a composição que segue:

	2007	2006
Juros suportados	8 429 160	6 383 340
Ajustamentos a aplicações financeiras (Nota 7)	335 342	182 143
Perdas relativas a empresas associadas	-	15 025
Diferenças de câmbio desfavoráveis	361	303
Outros custos e perdas financeiras	136 878	129 902
	8 901 740	6 710 712

34. Proveitos financeiros

Nos exercícios de 2007 e 2006, os proveitos financeiros foram como segue:

	2007	2006
Juros obtidos	394 557	216 044
Diferenças de câmbio favoráveis	497	356
Descontos de pronto pagamento obtidos	113	177
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	23 930	17 232
	419 098	233 810

35. Resultados extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários, para os exercícios de 2007 e 2006, é como segue:

	2007	2006
Donativos	97 500	34 688
Perdas em existências (Nota 25)	1 351	1 688
Perdas em imobilizações	38 359	3 377
Multas e penalidades	5 911	44 841
Correcções relativas a exercícios anteriores	1 385	5
Outros custos e perdas extraordinárias	360 682	386 808
Total de custos e perdas	505 187	471 406
Ganhos em existências (Nota 25)	2 537	11 211
Ganhos em imobilizações	37 762	27 213
Reduções de provisões (a)	898 834	656 001
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	340
Subsídios ao investimento (Nota 20)	4 579 281	2 652 763
Outros proveitos e ganhos extraordinários	234 643	93 214
Total de proveitos e ganhos	5 753 056	3 440 743
Resultados extraordinários	5 247 869	2 969 337

a) O montante de reduções de provisões, de 898.834 Euros, diz respeito à diminuição de provisões para riscos e encargos, no valor de 867.334 Euros (Nota 17) e à anulação da provisão sobre a participação financeira na Shore, no valor de 31.500 Euros (Nota 7).

36. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa normal de 25% que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, conduzindo a uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios económicos até 2003 (inclusive) sido objecto de revisão, poderão ainda ser sujeitas a inspecção as declarações relativas aos anos de 2004 a 2007. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções

resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

O Imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28 (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2007	2006
Resultado antes de impostos	31 784 533	23 265 062
Imposto esperado à taxa nominal de 26,5%	8 422 901	6 397 892
Efeito das diferenças permanentes	(1 161 283)	(10 179)
Tributações autónomas	131 577	124 259
Efeito da alteração da taxa agregada de imposto	-	424 562
Encargo de imposto	7 393 195	6 936 534
Imposto corrente	6 712 340	9 138 175
Imposto diferido (Nota 8)	680 856	(2 201 641)
Taxa efectiva de imposto	23,26%	29,82%

37. Passivos contingentes e garantias prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades contingentes que devessem ser divulgadas como contingentes.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas como segue:

	2007	2006
Banco Europeu de Investimento	12 613 707	18 489 220
Câmaras Municipais	18 873 923	15 086 260
Tribunais	5 433 496	5 433 496
Outros	476 512	478 459
	37 397 638	39 487 436

38. Nota à demonstração dos resultados por funções

Em 31 de Dezembro de 2007, as principais rubricas da demonstração de resultados por funções eram como segue:

a) Custo das Vendas e Prestação de Serviços

A rubrica de Custo das Vendas e Prestação de Serviços incluía 40.591.166 Euros referentes aos custos operacionais da Área de Negócio de Produção, deduzidos de 4.193.762 Euros de proveitos relativos à parcela, realizada no ano, de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos à Área de Produção.

A repartição do montante anual total do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 4.579.281 Euros, pelas diversas rubricas da demonstração de resultados por funções em 2007, é como segue:

	2007	2006
Custo das vendas e prestações de serviços	4 193 762	2 267 243
Custos distribuição	381 779	381 779
Outros Custos e Perdas Operacionais	3 741	3 741
	4 579 281	2 652 763

b) Custos de distribuição

Esta rubrica, reflecte essencialmente os custos operacionais da Área de Negócio da Distribuição, que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, ascenderam a 31.557.000 Euros.

c) Custos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica incluía sobretudo os custos operacionais de todas as áreas de suporte da Empresa.

d) Custo líquido de financiamento

Nesta rubrica estão incluídos os juros de empréstimos bancários, no montante de 8.414.051 Euros, e os custos suportados com garantias bancárias exigidas para a contratação dos empréstimos do BEI, no valor de 113.551 Euros.

e) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração de resultados por naturezas e na demonstração de resultados por funções é como segue:

	2007	2006
Imposto total do exercício	7 393 195	6 936 534
Excesso de estimativa de imposto (a)	-	(49 747)
Insuficiência de estimativa de imposto (a)	45 300	-
Restituições de impostos (a)	(182 262)	-
	7 256 234	6 886 787

(a) Classificados na demonstração dos resultados por naturezas em resultados extraordinários.



Elementos contabilísticos exigidos pelo Plano oficial de contabilidade



ACTIVO	Exercícios			
	2007		2006	
	Activo Bruto	Amort. e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações Incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	22 692	464	22 228	21 300
Total	22 692	464	22 228	21 300
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	49 869 219	-	49 869 219	49 247 566
Edifícios e outras construções	116 895 064	73 210 766	43 684 298	27 337 027
Equipamento básico	907 591 806	391 404 162	516 187 645	500 763 655
Equipamento de transporte	1 655 748	1 652 233	3 515	5 911
Ferramentas e utensílios	10 276 847	9 234 726	1 042 121	1 348 860
Equipamento administrativo	16 677 495	15 083 353	1 594 142	1 303 798
Taras e vasilhame	8 134	7 386	748	1 095
Outras imobilizações corpóreas	10 542 481	8 523 331	2 019 150	2 489 221
Imobilizações em curso	32 027 635	-	32 027 635	74 252 834
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1 155 135	-	1 155 135	-
Total	1 146 699 566	499 115 956	647 583 610	656 749 968
Investimentos Financeiros				
Partes de capital em empresas associadas	251 370	-	251 370	259 976
Títulos e outras aplicações financeiras	108 732	-	108 732	109 172
Total	360 102	-	360 102	369 148
DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Outros devedores	11 302 155	-	11 302 155	710 979
Total	11 302 155	-	11 302 155	710 979
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 223 114	-	1 223 114	1 190 293
Total	1 223 114	-	1 223 114	1 190 293
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo				
Clientes, c/c	20 635 621	-	20 635 621	22 449 544
Clientes de cobrança duvidosa	4 774 764	3 477 453	1 297 311	665 093
Empresas associadas	1 343 246	-	1 343 246	1 333 246
Estado e outros entes públicos	287 544	-	287 544	5 601 240
Outros devedores	3 949 828	623 124	3 326 704	484 877
Total	30 991 002	4 100 577	26 890 425	30 534 000
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	11 000 000	-	11 000 000	-
Total	11 000 000	-	11 000 000	-
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	3 963 160	-	3 963 160	3 504 937
Caixa	36 037	-	36 037	26 050
Total	3 999 197	-	3 999 197	3 530 987
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	10 031 630	-	10 031 630	9 457 719
Custos diferidos	1 097 019	-	1 097 019	1 316 949
Impostos diferidos activos	9 829 939	-	9 829 939	11 303 607
Total	20 958 588	-	20 958 588	22 078 274
Total de Amortizações e Ajustamentos		503 216 997		
Total do Activo	1 226 556 415		723 339 419	715 184 949

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2007

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
	2007	2006
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150 000 000	150 000 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4 064)	(4 064)
Reservas de reavaliação	107 369 030	114 105 399
Reservas:		
Reservas legais	27 225 088	25 592 236
Outras reservas	22 171 377	22 171 377
Resultados transitados	25 307 826	15 586 586
Sub-Total	332 069 258	327 451 534
Resultado líquido do exercício	24 391 338	16 328 528
Total do Capital Próprio	356 460 596	343 780 062
PASSIVO		
Provisões para Riscos e Encargos		
Outras provisões para riscos e encargos	19 289 146	18 996 877
Total	19 289 146	18 996 877
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	211 171 405	202 189 795
Total	211 171 405	202 189 795
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	6 018 390	6 018 390
Fornecedores, c/c	24 867 155	21 117 867
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	24 301	217 664
Fornecedores de imobilizado, c/c	7 279 530	20 452 879
Estado e outros entes públicos	1 419 108	1 205 398
Outros credores	14 029 393	12 726 431
Total	53 637 878	61 738 628
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	31 945 095	32 272 235
Proveitos diferidos	41 971 057	46 550 296
Impostos diferidos passivos	8 864 243	9 657 055
Total	82 780 395	88 479 587
Total do Passivo	366 878 823	371 404 886
Total do capital próprio e do passivo	723 339 419	715 184 949

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2007

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

CUSTOS R PERDAS	Exercícios			
	2007			2006
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Matérias	2 684 150	2 684 150	2 808 741	2 808 741
Fornecimentos e serviços externos		36 771 381		37 620 821
Custos com o pessoal:				
Remunerações	20 895 664		20 300 548	
Encargos sociais:				
Pensões	2 593 857		3 726 602	
Outros	9 875 776	33 365 297	17 675 367	41 702 518
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	30 426 855		27 899 007	
Ajustamentos	1 491 518		418 724	
Provisões	1 134 613	33 052 986	968 885	29 286 615
Impostos	1 008 739		692 213	
Outros custos e perdas operacionais	81 368	1 090 107	23 026	715 239
		A.....	106 963 921	112 133 933
Juros e custos similares	8 901 740	8 901 740	6 710 712	6 710 712
		C.....	115 865 661	118 844 646
Custos e perdas extraordinários			505 187	471 406
		E.....	116 370 849	119 316 052
Imposto sobre o rendimento do exercício			7 393 195	6 936 534
		G.....	123 764 044	126 252 586
Resultado líquido do exercício		24 391 338		16 328 528
		148 155 382		142 581 114
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Produtos	137 376 839		134 424 191	
Prestações de serviços	2 591 985	139 968 824	2 935 789	137 359 980
Trabalhos para a própria empresa	43 254		74 592	
Proveitos suplementares	1 868 600		1 390 356	
Subsídios à exploração	-		-	
Reversões de amortizações e ajustamentos	102 550	2 014 404	81 633	1 546 581
		B.....	141 983 228	138 906 561
Juros e proveitos similares	419 098	419 098	233 810	233 810
		D.....	142 402 326	139 140 371
Proveitos e ganhos extraordinários			5 753 056	3 440 743
		F.....	148 155 382	142 581 114
RESUMO				
Resultados operacionais :	(B) - (A) =	35 019 307		26 772 628
Resultados financeiros :	(D - B) - (C - A) =	(8 482 643)		(6 476 902)
Resultados correntes :	(D) - (C) =	26 536 664		20 295 725
Resultados antes de impostos :	(F) - (E) =	31 784 533		23 265 062
Resultado líquido do exercício :	(F) - (G) =	24 391 338		16 328 528

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2007

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

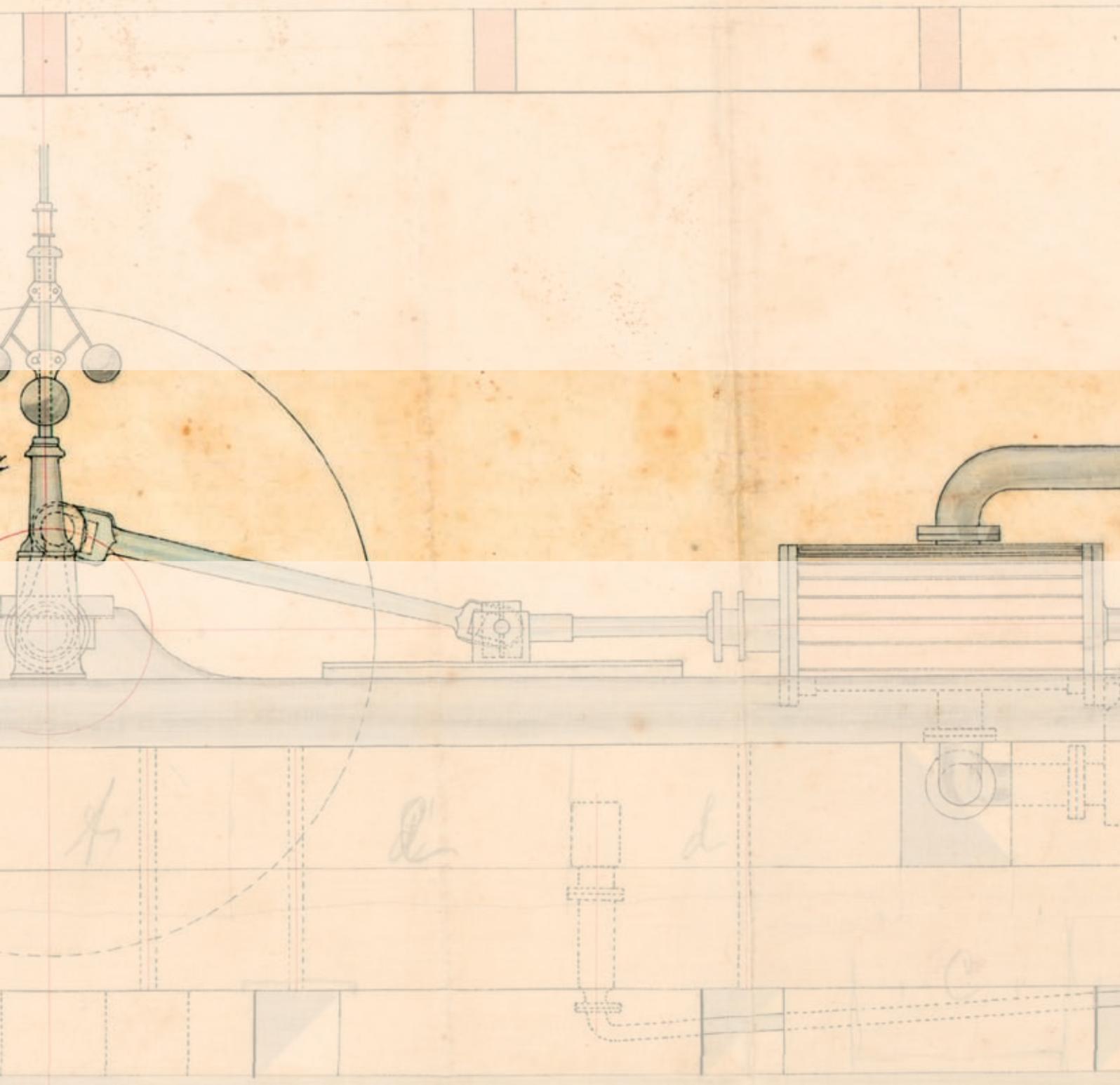
O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*
António Bento Franco, *Vogal*
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

Notas Anexas

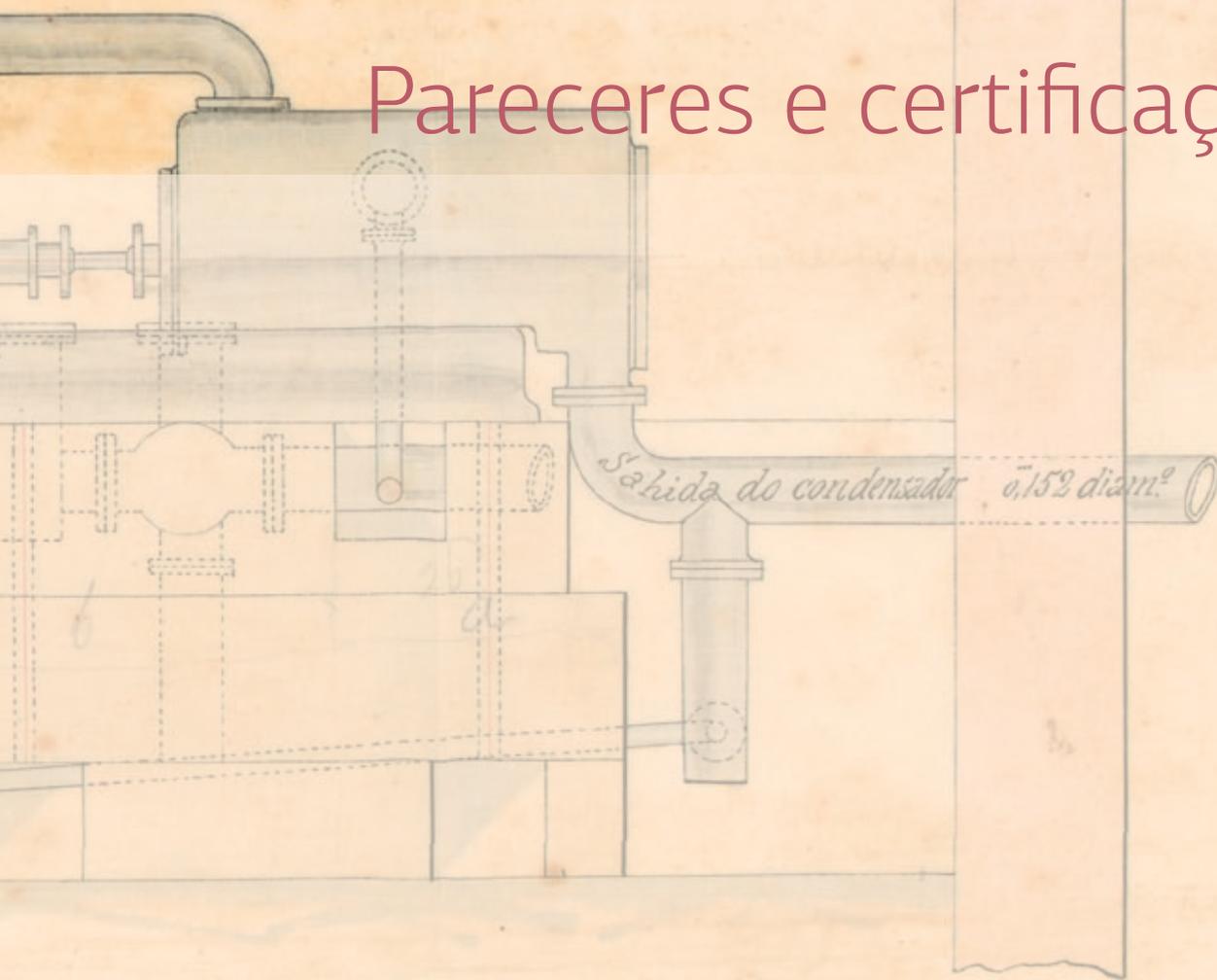
A reconciliação entre a numeração das notas anexas requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade e a numeração das notas anexas apresentadas, é como segue:

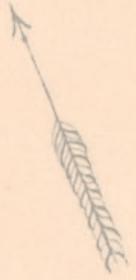
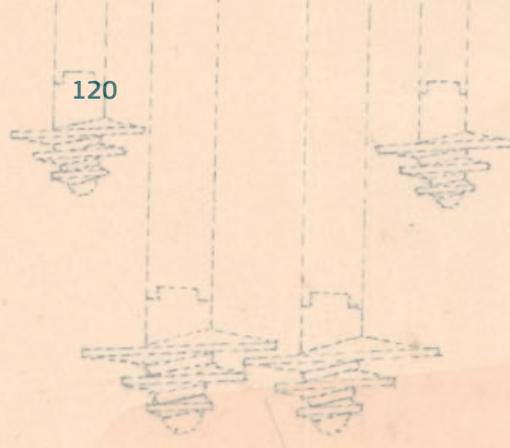
Nota POC	Descrição	Notas Anexas
1.	Disposições do POC derogadas no exercício	2
2.	Comparabilidade	n.a
3.	Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos	2
4.	Cotações	n.a
5.	Vantagens fiscais que afectam o exercício	n.a
6.	Imposto sobre o rendimento	36
7.	Número médio de trabalhadores	27
8.	Nota às contas de Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	n.a
9.	Justificação da amortização de trespasses além de cinco anos	n.a
10.	Movimentos ocorridos na rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e ajustamentos	5,6,7 e 28
11.	Financiamento de imobilizações capitalizados no exercício	n.a
12.	Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)	6
13.	Quadro discriminativo das reavaliações	6
14.	Imobilizações em poder de terceiros	6
15.	Bens utilizados em regime de locação financeira	n.a
16.	Participações em empresas do grupo e associadas	7
17.	Acções e quotas da conta títulos negociáveis de montante superior a 5% do activo circulante	n.a
18.	Discriminação da conta 4154 - Fundos	n.a
19.	Diferenças materialmente relevantes entre preços de mercado e critérios valorimétricos do activo circulante	n.a
20.	Atribuição a elementos do activo circulante de valores inferiores ao preço mercado	n.a
21.	Ajustamentos	11 e 13
22.	Existências em poder de terceiros	n.a
23.	Dívidas de cobrança duvidosa	11 e 13
24.	Empréstimos concedidos aos órgãos sociais	n.a
25.	Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa	13 e 23
26.	Dívidas tituladas por rubricas do balanço e nele não evidenciadas	n.a
27.	Obrigações e títulos de participação emitidos pela empresa	n.a
28.	Valores em mora incluídos na conta Estado e Outros entes Públicos	n.a
29.	Dívidas a terceiros a mais de cinco anos	19
30.	Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais	n.a
31.	Compromissos que não figuram no balanço	18
32.	Garantias prestadas	37
33.	Diferença entre dívidas a pagar e correspondentes quantias adequadas	n.a
34.	Provisões	17
35.	Aumentos ou reduções do capital próprio	n.a
36.	Composição do capital	15
37.	Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital	7
38.	Acções e quotas subscritas no exercício	n.a
39.	Variação das reservas de reavaliação no exercício	16
40.	Movimentos ocorridos na rubrica do capital próprio	Demonstração das variações dos capitais próprios
41.	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25
42.	Demonstração da variação da produção	n.a
43.	Remunerações dos órgãos sociais	27
44.	Discriminação das vendas e prestações de serviços	24
45.	Demonstração dos resultados financeiros	33 e 34
46.	Demonstração dos resultados extraordinários	35
47.	Informações exigidas por diplomas legais	n.a
48.	Outras informações relevantes	12,13,14,19, 22 e 23

n.a. – não aplicável

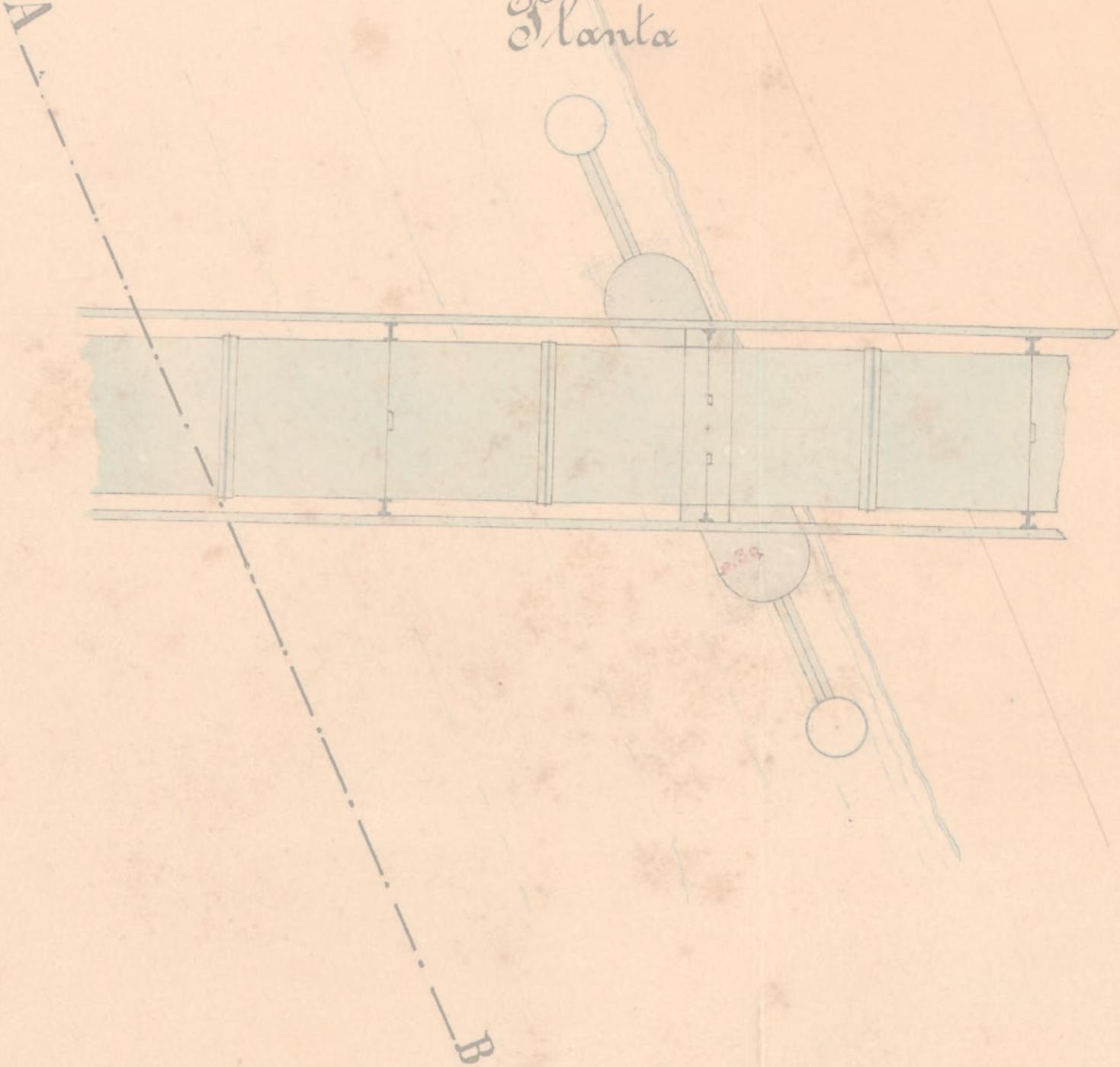


Pareceres e certificação





Planta



Relatório e Parecer do Fiscal Único

De acordo com o estabelecido por lei e estatutos, o fiscal único da EPAL preparou o seu Relatório anual de actividade, o qual inclui a análise do Relatório e Contas da Gestão de 2007, bem como o parecer sobre a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentada pelo Conselho de Administração.

A. RELATÓRIO

No âmbito das suas competências acompanhou a gestão da Empresa nas áreas essenciais da sua actividade, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas mensais e respectivos elementos de suporte; os orçamentos de exploração e de investimentos; contas de terceiros; a evolução dos empréstimos obtidos para financiar os investimentos realizados e em curso; as quantias de água produzida e consumida e respectivas perdas, bem como a informação de gestão preparada pelo serviço de Planeamento e Controlo (P.C.G.), reportada à execução dos orçamentos e à evolução da situação económica e financeira da empresa.

O trabalho desenvolvido consta de relatórios trimestrais remetidos ao Órgão de Gestão, nos termos prescritos pelo C.S.C. sobre esta matéria.

No exercício das suas funções o órgão fiscalizador adoptou, como essenciais, os seguintes procedimentos:

1. Apreciação da gestão em áreas específicas do funcionamento da empresa, com referência para as de compras e vendas, recursos humanos, custos operacionais e financeiros, investimentos e empréstimos.
2. Confirmação da titularidade, pela empresa, dos bens e valores afectos à exploração. Neste domínio pôde verificar-se que as imobilizações corpóreas estão registadas no balanço ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado, tendo as amortizações do exercício, num total de 30,43 milhões EUR, sido apuradas com base na vida útil estimada dos bens e pela aplicação das taxas máximas previstas na lei fiscal.
3. Verificação da adequação e consistência das políticas

contabilísticas adoptadas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados nas Notas anexas às Contas de forma a expressar, em termos fidedignos, a posição financeira da empresa e o resultado das operações realizadas no exercício.

4. Confirmação de que as demonstrações financeiras estão formalmente apresentadas de acordo com as normas legais em vigor e têm suporte em documentos e registos adequados.
5. Controlo da execução financeira dos orçamentos de exploração e do plano de investimentos. Os níveis de realização do orçamento são considerados muito satisfatórios, não só pelos desvios favoráveis que foram atingidos, como também pelas variações homólogas registadas, face ao ano anterior. Neste sentido são de realçar, ao nível dos proveitos, os desvios positivos registados de 2,84 milhões Eur na execução do orçamento, e de 5,6 milhões Eur em termos de variação homóloga. Na área dos custos, o desvio favorável é de 6% (612 mil Eur) e a variação homóloga, também positiva, atinge cerca de 3 milhões Eur.,
O Plano de investimentos regista um índice de realização de 69% da dotação anual, com um valor nominal de quase 33 milhões EUR e o volume de compromissos assumidos orçando os 77% do total do plano. Estes indicadores evidenciam um desempenho financeiro satisfatório na área dos investimentos, em consonância com valores já registados em anos anteriores.
6. Analisadas as perdas de água do exercício, em todas as fases de percurso, desde a captação até à utilização pelo cliente, verifica-se que o índice global de perdas, de 13,67%, face ao volume de água captada, é considerado como um dos mais baixos de sempre, o qual se coaduna com os objectivos de gestão neste domínio. Nesta conformidade e com vista a criar condições para potenciar uma quebra continuada das perdas de água, a empresa tem vindo a realizar investimentos expressivos na renovação e ampliação da rede de Lisboa, os quais neste exercício atingiram cerca de 5,4 milhões Eur e um volume de compromissos assumidos de 6,2 milhões Eur, no final do exercício.
7. As responsabilidades da empresa com o Plano de Pensões registaram em 2007 uma quebra acentuada de 7,067 milhões Eur, face ao ano anterior, a qual foi influenciada pelo aumento do valor dos activos do Fundo, em 2,5 milhões Eur, com origem nas contribuições da EPAL de quase 2,6 milhões Eur, neste exercício. No final do ano o nível de financiamento do Plano apresentava-se de acordo com os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP, tendo por base os seguintes parâmetros de cobertura: i) Valor dos activos do Fundo 54,8%; ii) Provisão constituída 28,7%; iii) Perdas actuariais diferidas 16,5%. Sublinha-se que o apoio financeiro da EPAL, neste domínio, contribuiu decisivamente para que os pressupostos exigidos pelo ISP já tenham atingido 115%.
8. A situação financeira da empresa inverteu a tendência de sentido negativo registada em anos anteriores, tendo neste exercício evidenciado melhorias significativas em relação aos seus indicadores mais críticos: Fundo de maneio com variação positiva de 60%; Liquidez geral +40,8% e solvabilidade + 5%. Os rácios de Autonomia Financeira e de Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes registam índices de 1,16 e 1,02, respectivamente, valores que tipificam uma estrutura financeira suficientemente sólida e equilibrada, e garantem o funcionamento da empresa em condições de normalidade.
No que concerne à situação económica sublinha-se que os índices de rentabilidade do capital próprio (ROE), Activo e Vendas, registam melhorias acentuadas neste exercício, face a um acréscimo dos proveitos em 3,9% conjugado com a redução dos custos de 2,5%. Tal evolução originou uma melhoria considerável dos resultados líquidos, de 49,4% face ao ano anterior. A redução dos custos operacionais atingiu 5,2 milhões Eur (4,6%), decorrente de uma política de contenção e de racionalização de gastos com fornecimentos e serviços externos -2,3%; consumo de matérias -4,4% e com pessoal -20%, face ao ano anterior.
De realçar na rubrica dos "fornecimentos e serviços externos" as contenções verificadas com "conservação e reparação" -11,9%; trabalhos especializados -4,6% e energia +1,6% não obstante o aumento médio, na ordem dos 6% das tarifas aplicadas à empresa neste exercício. A contenção dos consumos de energia assume grande significado, se tivermos em conta que o seu custo médio representa cerca de 8,4% dos custos operacionais da empresa.
9. O *Cash-flow* operacional num montante superior a 60 milhões Eur, constitui, face ao valor atingido, um meio de financiamento relevante da actividade da empresa, servindo de cobertura não só a gastos de funcionamento correntes, mas também a de uma parte significativa

do investimento realizado. Neste sentido, pode verificar-se que o aumento do endividamento líquido, de médio e longo prazo no último quinquénio, tem financiado apenas cerca de um terço do investimento realizado pela empresa no mesmo período.

- 10.** O capital próprio da empresa, num total de 356,46 milhões Eur no Balanço do exercício, aumentou apenas 3,7% face ao ano anterior. Tal variação teve origem basicamente nos resultados transitados, os quais foram reforçados pelas reservas de reavaliação realizadas, num total de 9,7 milhões Euros. Sublinha-se o facto de o resultado líquido de 2006, de 16,33 milhões Eur, apenas ter influenciado o capital próprio em cerca de 4,6 milhões Eur (28,3%), a título de Reservas, e o Resultado Líquido de 2007, de 24,39 milhões Eur, pese embora o seu contributo positivo no Capital Próprio em 31.Dez.07, ainda se manter pendente de aplicação pela Assembleia-Geral de aprovação das Contas do exercício.
- 11.** O plano de investimentos registou um índice de realização de 69%, a par de um valor de compromissos assumidos de 77%, face a uma dotação anual de 47,060 milhões Euros. Entende-se que o nível de execução deste plano atingiu um índice global satisfatório, tendo até em conta que as perspectivas da empresa neste campo se enquadram num sentido de optimização do capital empregue, com base numa gestão mais eficiente dos activos. Tal medida já foi iniciada em 2006 e inclui como um dos seus objectivos a fixação de prioridades para os investimentos, alicerçados num conhecimento mais aprofundado dos activos da empresa, em resultado de uma maior integração da informação sobre os mesmos.
- 12.** Como nota final, realçamos a importância para a empresa da estratégia que visa melhorar a qualidade do serviço prestado e assegurar um perfil financeiro sustentável e um adequado e justo retorno ao accionista do capital empregue. Tal perspectiva que tem por base o aumento da eficiência operacional, através da implementação do sistema de Gestão da Qualidade, envolve um projecto de centralização das compras, já em curso, visando maior racionalização dos custos de aquisição de bens e serviços através da concertação da política de compras com clientes internos e fornecedores.

Por se tratar de uma medida que a nosso ver pode trazer benefícios significativos à empresa, nomeadamente de âmbito económico, entendemos fazer-lhe a devida referência neste relatório.

- 13.** Somos de opinião que a Proposta de Aplicação dos Resultados, constante do Relatório de Gestão, cumpre o disposto na Lei e nos Estatutos, em especial o estipulado no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria.

B. PARECER

Em face do que ficou exposto, é do parecer do Fiscal Único que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2007;
 - . a Proposta de Aplicação dos Resultados,
- nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2008.

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um Activo Líquido de 723.339.419 euros e um total de Capital Próprio de 356.460.596 euros, incluindo um Resultado Líquido de 24.391.338 euros); a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções; a Demonstração das Variações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame inclui também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras da empresa.

6. Anota-se que o Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas de 2006/2007 são apresentados num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, conforme, aliás, está expresso na Nota 2.a) do Anexo às Contas, sendo as notas anexas apresentadas numa ordem sequencial de Balanço e de Demonstração de Resultados. Contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, todas as informações requeridas pelo POC, em especial no que se refere ao total do Activo, Capital Próprio e Resultado Líquido, em ambos os exercícios são mantidas com valores idênticos aos que resultam do Balanço e da Demonstração de Resultados por Naturezas de acordo com o formato exigido pelo Plano Oficial de Contabilidade, os quais são também apresentados em secção anexa própria.

7. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião sobre os documentos de prestação de contas da empresa.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2008.

O Revisor Oficial de Contas,



(António Dias Nabais)

RELATÓRIO DE AUDITORIA



Deloitte & Associados, SRÓC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.^o
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 723.339.419 Euros e capitais próprios de 356.460.596 Euros, incluindo um resultado líquido de 24.391.338 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das variações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

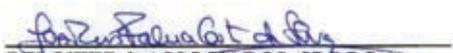
Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2.a).

Lisboa, 12 de Fevereiro de 2008


DELOITTE & ASSOCIADOS, SRÓC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acção com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Socio Verein, entre como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Socio Verein (associação), trata a Deloitte Touche Tohmatsu com qualquer das suas sociedades membro assume qualquer responsabilidade isolada ou solidária perante os membros de qualquer das outras sociedades membros. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.^o, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.^o, 4150-146 Porto • Tel: +(351) 225 439 200 • Fax: +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

EPAL RELATÓRIO E CONTAS 2007
edição EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
design gráfico GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL

